

**CLÓVIS
DE BARROS**

親切

**SHINSETSU
O PODER DA
GENTILEZA**

**SHINSETSU
O PODER DA
GENTILEZA**

**CLÓVIS
DE BARROS**

親切

**SHINSETSU
O PODER DA
GENTILEZA**

 Planeta

Copyright © Clóvis de Barros Filho, 2018
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2018
Todos os direitos reservados.

Preparação: Carla Fortino
Revisão: Maria Aiko Nishijima e Ceci Meira
Diagramação: Futura
Capa: André Stefanini
Adaptação para eBook: Hondana

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Barros, Clóvis de
Shinsetsu: o poder da gentileza / Clóvis de Barros. -- São Paulo:
Planeta do Brasil, 2018. 272 p.

ISBN: 978-85-422-1306-5

1. Gentileza 2. Cortesia 3. Bondade 4. Filosofia I. Título.

18-0704

CDD 177.1

Índices para catálogo sistemático:
1. Gentileza

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Padre João Manuel, 100 – 21^o andar
Ed. Horsa II – Cerqueira César
01411-000 – São Paulo-SP
www.planetadelivros.com.br
atendimento@editoraplaneta.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - AFASTAR O DANO, A TRISTEZA E O INCÔMODO!

CAPÍTULO 1 – SUNTSU E SHINSETSU

CAPÍTULO 2 – ARREPENDIMENTO MAIOR

CAPÍTULO 3 – FICHA TÉCNICA

CAPÍTULO 4 – *WOULD YOU MIND IF?*

CAPÍTULO 5 – ANGÚSTIA EGOÍSTA

CAPÍTULO 6 – PÁSCOA SEM CABANA

CAPÍTULO 7 – LEVEZA E SISUDEZ

CAPÍTULO 8 – FOFOCA COM CAFEZINHO

CAPÍTULO 9 – LIQUIDEZ MORAL, SOLIDEZ MORALISTA

CAPÍTULO 10 – MATÉRIA, SÍMBOLO, MATÉRIA

CAPÍTULO 11 – POLIFONIA DISCURSIVA

CAPÍTULO 12 – ARENA DE LUTA

CAPÍTULO 13 – *DÉCADENCE AVEC ÉLÉGANCE*

CAPÍTULO 14 – EU COMIGO MESMO

CAPÍTULO 15 – OLHANDO ASSIM, NINGUÉM DIRIA!

CAPÍTULO 16 – UMA AÇÃO, DUAS RAZÕES

CAPÍTULO 17 – TEMPERAMENTO E CARÁTER

CAPÍTULO 18 – MIDAS, ROSAURA E O PAI DE SANTO

CAPÍTULO 19 – GOTAS DE JÚBILO PARA MELANCÓLICOS

CAPÍTULO 20 – O SÁBIO NADA SABICHÃO

CAPÍTULO 21 – ENSINAR A PENSAR

CAPÍTULO 22 – TOMA LÁ, DÁ CÁ

CAPÍTULO 23 – LUZES CEGAS DA CIDADE

CAPÍTULO 24 – ANEL DE CANALHA

CAPÍTULO 25 – MORAL SEM CELULAR

CAPÍTULO 26 – GENTILEZA GERA GENTILEZA. QUEM DERA!

CAPÍTULO 27 – A HORA DA ESTRELA

CAPÍTULO 28 – MUROS, JARDINS E PRIMAVERAS

CAPÍTULO 29 – A METADE DO MEIO-IRMÃO

CAPÍTULO 30 – BOMBAS NÃO SÃO MORANGOS

CAPÍTULO 31 – EM CADA UM, A FACE DE DEUS

CAPÍTULO 32 – REMÉDIO AMARGO

CAPÍTULO 33 – OUTRO POR TODA PARTE

CAPÍTULO 34 – BLOQUEIA ESSE CARA DE UMA VEZ

CAPÍTULO 35 – O OUTRO É MISTÉRIO

CAPÍTULO 36 – AS PALAVRAS E AS COISAS

CAPÍTULO 37 – O INFERNO TÁ CHEIO

CAPÍTULO 38 – SERVE PRA QUE MESMO?

CAPÍTULO 39 – EU, INÚTIL? COMO ASSIM?

CAPÍTULO 40 – PRESENTES DO MEU PAI

CAPÍTULO 41 – OLHOS PARA COLÍRIOS

CAPÍTULO 42 – O MALA DO ANO

CAPÍTULO 43 – DÁ PRA SOMAR FELICIDADES?

CAPÍTULO 44 – AGRADAR A TODO MUNDO NÃO DÁ!

CAPÍTULO 45 – OPS! FOI MAL!

CAPÍTULO 46 – ISAURA: O INSTRUMENTO REBELDE

CAPÍTULO 47 – O EVEREST É LOGO ALI

CAPÍTULO 48 – BARRADOS NO BAILE

CAPÍTULO 49 – MAMATA TEM LIMITE

CAPÍTULO 50 – CADA UM POR SI, E PRONTO!

CAPÍTULO 51 – ALGO PRA ODIAR. URGENTE!

CAPÍTULO 52 – BERÇO ESPLÊNDIDO DO ÓDIO

CAPÍTULO 53 – CARA GENTE FINA!

CAPÍTULO 54 – ME DEIXA! PEL'AMOR

CAPÍTULO 55 – PIMENTA NOS OLHOS DOS OUTROS

CAPÍTULO 56 – KANT OUTRA VEZ!

APRESENTAÇÃO

Afastar o dano, a tristeza e o incômodo!

Mario Sergio Cortella

Clóvis é um docente! Um estupendo docente! Eu o sei por já ter assistido a várias explanações dele, presencial e virtualmente, na fala e na escrita. E, como também sou docente, posso apreciar, admirante e aprendente, a arte que domina com literal maestria.

Clóvis é um docente, e, como alguém que deseja o Bom e o Belo, é um “docente decente”, e não apenas um ensinante casual ou um instrutor domesticante; ele gosta que

aprendamos com ele (adora ensinar!), e, é claro, isso só é possível porque aprende bastante com outras pessoas e nelas presta atenção. Como gosto de reafirmar, só é um bom ensinante quem for também um bom aprendiz!

Por isso, Clóvis foi aprender durante bastante tempo sobre “gentileza” e agora pode nos ensinar um pouco mais sobre essa virtude que não pode se rarefazer na nossa convivência e, antes de tudo, permite que as relações entre as pessoas ganhem densidade simpática e colaboração sistemática.

A gentileza precisa e pode ser exigida, aprendida, ensinada, praticada, protegida e partilhada; essa é uma série de ações que nós, de alguma maneira, docentes ou não, mas sempre educadoras e educadores, temos de exercer em nosso cotidiano.

É exatamente com isso que Clóvis impregna este livro: colocar a Gentileza como Exigência, Aprendizado, Ensino, Prática, Proteção e Partilha!

Ele não usa os conceitos e as ações nesse modo como acima indiquei, abstrato; o faz por meio de uma figura central preñe de outras histórias, tecidas a partir de uma

personagem nipônica decisiva: Shinsetsu (a própria Gentileza).

Esse modo narrativo faz com que educadoras e educadores (na Família, na Escola, na Empresa etc.) tenhamos um poderoso inventário de situações que fazem com que essa virtude, Gentileza, mais do que uma requisição social, venha para nós como um desejo, e é a partir deste que podemos e devemos encantar especialmente as crianças e os jovens de que de múltiplas maneiras cuidamos.

Clóvis mesmo esclarece nos princípios: “Por que um livro sobre shinsetsu? Por acreditar que enriquece a reflexão sobre a vida. Problematisa valores. Questiona obviedades. Critica evidências aparentes. Em especial nas sociedades que definiram o sucesso de cada um como referência maior para atribuição de valor às pessoas e suas vidas”.

Questionar, aprender e ensinar, de forma que alteremos com uma ética saudável o que, de fato, significa sucesso e êxito na Vida! Tudo para que possamos acolher com maior nitidez o que é real-mente uma pessoa valorosa!

Essa é uma das trilhas mais urgentes para a educação e para as pessoas que nela existimos, e Clóvis nos fortalece o argumento e a competência.

Nos 56 capítulos deste livro, plenos de ciência, literatura e filosofia, tenho um trecho predileto: o jeito com que Clóvis, entusiasta como eu pela cultura japonesa, conseguiu traduzir como “gentileza” o termo “shinsetsu”:

O que é shinsetsu? Trata-se de uma forma particular de pensar para agir em convivência. Segundo a qual a existência de qualquer pessoa – em interação real ou potencial com quem age – é fator relevante na definição dos limites que este agente se imporá para evitar-lhe dano, tristeza ou incômodo.

Evitar produzir em outra pessoa dano, tristeza ou incômodo! Queremos outra atitude na Vida partilhada do que essa convicção a ser transformada em reciprocidade?

Temos de incorporar nos requisitos de uma docência decente o nosso compromisso em ajudar a formar pessoas que façam o seu melhor para não produzir voluntariamente nas outras pessoas (e em si mesmas) dano, tristeza ou incômodo!

Não é por acaso ou desvio de estilo que coloquei tantos pontos de exclamação nesta Apresentação; é porque

realmente a intenção ética das ideias e orientações entusiasma e nos faz, ainda mais, entender por que Clóvis de Barros Filho é tão superlativo.

Assim, com alegria, só posso agradecer ao professor Clóvis por ter persistido em proteger o poder da Gentileza com um *domo arigatou gozaimasu!*

CAPÍTULO 1

Suntsu e Shinsetsu

Suntsu é chinês. Shinsetsu é japonesa. O primeiro é bem masculino. A segunda é mais para o feminino. Sem ignorar mulheres guerreiras, como a minha. E homens gentis e respeitadores. Como procuro ser quase sempre. Não há certeza de que tenha havido um militar de nome Suntsu. Pode ser apenas uma personagem, como Shinsetsu neste livro.

Suntsu não quer dizer guerra. Ensina a arte da guerra. Shinsetsu não quer dizer paz (*heiwa* em japonês). Ensina a arte da paz. Suntsu é o que está em nossas mãos para fazer a guerra de um jeito eficaz. Shinsetsu é o que está em nossas mãos para fazer a paz, também de um jeito eficaz.

Suntsu é um estilo de combate. Shinsetsu é um estilo de harmonia. Quem age em Suntsu respeita princípios. Quem age em Shinsetsu também. Suntsu busca a vitória sobre o adversário. Shinsetsu busca a felicidade do outro. Ambos perseguem resultados.

Suntsu é usado em cenários específicos de conflito e luta; Shinsetsu, em cenários de solidariedade. Suntsu manda ocupar o campo de batalha antes do adversário. Shinsetsu sugere conceder o posto mais cômodo para o outro. Suntsu age, em guerra, defendendo os interesses da nação. Shinsetsu age, em paz, protegendo os interesses da humanidade.

Suntsu manda o líder conhecer os subordinados para tirar deles o melhor de suas competências. Em busca da vitória. Shinsetsu sugere considerar qualquer outro, conhecer suas forças e fragilidades, para, se possível, ajudá-lo a se tornar uma pessoa melhor. Em nome de uma convivência harmônica entre todos.

Suntsu e Shinsetsu não são conceitos filosóficos. O livro que segue não é de filosofia. Seu autor não é, nunca foi e nunca será filósofo. Suntsu já tem literatura. Shinsetsu ganha agora estas páginas que você está lendo.

CAPÍTULO 2

Arrependimento maior

Em mais de cinquenta anos de vida, o mundo nunca saiu da minha frente. E a vida foi vivida assim. Sempre assim. Com o mundo diante de mim, aos lados e supostamente também atrás. Imagino que continue desse jeito até o final. Em interação com ele. Com seus corpos, suas coisas. Viver é relacionar-se. Toda blindagem é ilusória.

Pode ser que haja mais coisas. Além das marcas que o mundo imprime no corpo e na alma de quem nele vive. Recursos que já tenham nascido comigo. Anteriores, portanto, às primeiras experiências. Como talentos naturais ou ideias inatas e um certo jeito de pensar. Mas a interação

com outros corpos, essa não acaba. Enquanto vida houver. E mesmo depois. Quando só houver putrefação.

Agora mesmo, neste instante, estou digitando este texto que você está lendo. Domingo à tarde. Em casa. No quarto, sentado na cama. O mundo não tira folga. Além da casa, do quarto e da cama tem o colchão. Macio demais para essa atividade. Tem também o ar que chega até o meu corpo. É condicionado. Vem da máquina lá em cima. Alivia o calor de fora. Tanta coisa num segundinho de vida.

Mas ainda não acabou. A TV ligada no futebol diminui a solidão. Não importa quem esteja jogando. A luz da tela vai cansando a vista. O teclado é suave. As crianças do vizinho de cima ainda brincam com bolas de gude. Em chão de madeira. Meias de futebol, bermuda e camiseta cobrem e atritam pedaços de mim.

Tudo isso, no mesmo instante. Ao mesmo tempo. Interagindo comigo. Como se fossem vetores de realidade a incidir sobre o meu corpo. A afetá-lo e transformá-lo. Alguns, melhorando a vida. Outros, enervando, irritando,

entristecendo. A experiência vivida é meu corpo afetado pelo resto. O tempo todo.

Ar-condicionado, colchão, tela, teclado, roupas e bolas de gude. Em meio a tudo que me afeta, ficou faltando uma pessoa. Que também está no quarto. Arrumando seu armário. Em silêncio. Num roupão lilás que de vez em quando capta minha atenção. A esposa, fisioterapeuta Marina, também é “outro”. Faz parte do mundo em relação com meu corpo.

Mas todos sabemos: Marina é um outro diferente dos outros citados anteriormente. É outro porque não é eu. Nem idêntica a mim. Mas tem um estatuto diferente de um pijama, um computador ou bolinhas de gude. Marina é – digamos assim – como eu.

Talvez, por isso, os franceses chamem de *autre* todas aquelas coisas e de *autrui* a esposa. Ou qualquer outra pessoa. Essa distinção nos ajudaria no português. Afinal, neste livro vamos falar sempre da relação com *autrui*, e nunca com *autre*.

Nestes 52 anos, em muitos instantes de vida, a somatória de tudo que me afetou foi francamente negativa. Produzindo sensações mais para desagradáveis. Queda de potência. Renúncia provisória e parcial a continuar

resistindo. Desistência momentânea de insistir. Tristeza reinando soberana.

Entre todos esses incontáveis instantes, muitos “saíram na urina”, como dizia meu pai. A memória do coração parece mesmo dar primazia às boas lembranças. Eliminando primeiro as mais dolorosas. Sem esse artifício, o passado seria insuportável. Registros deslocados para fora da consciência. Expulsos da mente. Cuidadosamente recalçados. Convidados a se retirar com firmeza e discrição.

E faz sentido. Se tudo na vida é esforço para perseverar no ser, algo em cada um de nós luta para tirar da cabeça o que apequena, machuca, faz sofrer. Pondo outra coisa no lugar. Um pouco melhor, de preferência. Minha avó, já vivida, previa um pouco diferente: na tentativa de curar a tristeza de um abandono, costuma vir outro pior.

Algumas tristezas parecem mais resistentes. Fazem lembrar David Hume, que compara os afetos à harpa (instrumento de corda), e não à corneta (instrumento de sopro). Sim, porque os efeitos do mundo sobre nosso corpo duram mais tempo do que o dedilhar que lhes deu causa. Ao passo que a corneta só soa enquanto houver sopro. O mundo

nos afeta, e a harpa de nossas sensações segue vibrando por mais tempo.

Há, para mim, e aqui falo mesmo só de mim, um tipo de tristeza dura de digerir. Não são as dores físicas. Tampouco os grandes e numerosos fracassos que pude protagonizar. As rejeições – em especial as amorosas –, essas também sempre as tirei mais ou menos de letra.

Para mim, a tristeza grudada por excelência surge em situações nas quais – ao agir – poderia ter considerado a presença de alguém e não o fiz. Causando, por isso, tristeza, desconforto, dor, insegurança etc.

Um pedido de perdão sincero não basta para aliviar minha barra. Fico com aquilo engasgado. Ser causa da tristeza do outro – por falta de atenção, preguiça, comodidade, ou por conta do atropelo egoísta na caça dos pequenos sucessos do cotidiano, e ter plena consciência disso, produz em mim um afeto brochante e de vibração duradoura na harpa de minhas emoções.

Por isso, quando me perguntam sobre arrependimento, respondo sempre que – nas inúmeras decisões que já tomei – ter podido ser menos entristecedor e não ter aproveitado a chance é, sem dúvida, o que mais lastimo.

Assim, no meu caso, aprender a considerar a presença de quem quer que seja como um potencial afetado pelas minhas decisões práticas representou um primeiro importante passo para a busca de uma vida feliz em qualquer coletivo de que faça parte. Sinto-me muito bem toda vez que uma intervenção minha afeta alegremente. Seja quem for. Empatia, simpatia, amor. Chame como quiser.

CAPÍTULO 3

Ficha técnica

Categoria gramatical

Shinsetsu admite a forma substantiva, adjetiva e adverbial. Assim, como exemplo de substantivo, no primeiro caso, “shinsetsu é um dos mais relevantes atributos da cultura japonesa”. No segundo caso, na forma adjetiva, fulano de tal “é uma pessoa muito shinsetsu”. E finalmente, como advérbio, não é incomum frase do tipo “ele shinsetsumente me ajudou a carregar a bagagem até o trem”.

Qual a tradução para o português?

Facilitaria se esse vocábulo correspondesse com fidelidade a uma única palavra do nosso idioma. Mas não é o caso. Por

isso um livro com tantas páginas, no lugar de uma única linha de dicionário. Shinsetsu faz pensar num mosaico de significados que precisam ser reunidos. Um quebra-cabeça. Sentidos que se interpenetram – e invaginam – em delicada justaposição e complementaridade.

Fragmentos de sentido

Antes de mais nada, shinsetsu é objeto de consideração. Na hora de deliberar sobre o que fazer, todo agente considera muitas coisas: suas forças, competências, posição, fragilidades, que está chovendo, que tem trânsito, que já está escuro, que é perigoso etc.

Em meio a todas essas, há uma consideração que se destaca, que tem primazia sobre as demais. Maior valor. Que, em caso de conflito, deve prevalecer. Tão especial que a espécie engole o gênero. Quando alguém diz “tenha consideração” e não especifica qual, será sempre dessa que está falando. Consideração por alguém, pelo outro. Por alguma pessoa que poderá vir a ser afetada. Alguém que integra a mesma humanidade que o agente.

De fato. Decidir o que fazer pode ter a ver com o outro. Com a posição que ocupa. Com o que vai pensar. Com o juízo

que fará do agente. Com o que vai sentir. Com seus afetos. Com sua alegria, tristeza, temor, esperança, dor, excitação. Em suma, com tudo que nele poderá decorrer da ação. Melhorar ou piorar a vida. Sim, piorar também.

Afinal, considerar não é só proteger ou evitar algum mal. Quem odeia também considera. Para infligir conscientemente sofrimento a alguém também é preciso considerá-lo. Por isso, shinsetsu, que não combina muito com fazer sofrer, vai muito além da simples consideração. Tem a ver com gentileza. Com um gesto que alivia. Com uma palavra que conforta.

Mas não só. Shinsetsu é mais do que agir gentilmente. É também amabilidade. Agir de maneira amável. Suficiente para tornar o agente, naquele instante, amado por alguém. Implica um reconhecimento afetivo por parte do outro. Agir amavelmente é criar condições para o amor. Dar à luz uma possibilidade amorosa.

Alguém argumentará que só um japonês, imerso na sua cultura, pode compreender em profundidade o que shinsetsu quer dizer. E estará coberto de razão. Mas este livro não é escrito por um japonês. Seu autor é brasileiro, e sua

perspectiva será definitivamente marcada por este dado de realidade.

Trata-se de um olhar assumidamente externo. De um curioso. Apaixonado por uma cultura que não é a sua. Admirador de muitos de seus aspectos. Por isso, tudo que para mim é surpreendente e encantador para um nativo talvez não passe de obviedade.

O que é shinsetsu?

Na falta de sinônimos, tentemos uma definição. Trata-se de uma forma particular de pensar para agir em convivência. Segundo a qual a existência de qualquer pessoa – em interação real ou potencial com quem age – é fator relevante na definição dos limites que este agente se imporá para evitar-lhe dano, tristeza ou incômodo.

Por que um livro sobre shinsetsu?

Por acreditar que enriquece a reflexão sobre a vida. Problematisa valores. Questiona obviedades. Critica evidências aparentes. Em especial nas sociedades que definiram o sucesso de cada um como referência maior para atribuição de valor às pessoas e suas vidas.

Toda a glória para quem alcançou o que queria. Bateu metas. Teve êxito. Foi bem-sucedido. O troféu obtido diz tudo. Capa de revistas de negócios. Legitimidade indiscutível. Merecedor ou merecedora de aplauso. Bom partido para matrimônios. Amizade a cultivar. Capital relacional a rentabilizar.

Muitas vezes quem chega a ocupar posições tão consagradas acaba se empenhando em apagar o caminho percorrido para tal. Sua parte menos confessável: as traições, as mentiras, as emboscadas, as puxações de tapete.

Shinsetsu é uma forma particular de viver. Em que a própria felicidade não é tudo. Uma forma particular de interagir em que a dominação é secundária. Uma forma particular de agir em que o valor do resultado pretendido vai além do próprio ganho. Porque recuar ou intervir é decisivo para alguém mais além do agente. Para o outro. E, assim, para a humanidade a que pertencemos.

CAPÍTULO 4

Would you mind if?

“Você se incomodaria se eu recuasse o encosto da minha poltrona?”, pergunta um passageiro japonês, sentado à minha frente, logo após a decolagem. O voo era de Tóquio para Pequim. O sotaque carregado truncou a mensagem. Fiz cara de incompreensão. Ele repetiu. Agora com pausas e articulando melhor.

Não havia mais dúvida. O jovem japonês queria mesmo saber quanto recuar o assento da poltrona me molestaria. E permaneceu virado para trás. Esperando minha reação. Condicionou sua manobra à minha resposta. Só recuaria se eu lhe garantisse que tava de boa. Inquiria se o deslocamento pretendido, bem como a ocupação de espaço decorrente, não

determinaria em mim algum tipo de tristeza ou queda de potência.

Meio no reflexo balbuciei um “that’s ok”.

“Are you sure?”, insistiu.

“Sure.”

Sorriu e virou-se. Angulou ligeiramente o encosto. Menos do que poderia.

Em poucos segundos, tinha vivido experiência de grande valor. Sou daqueles que se encantam mais por pessoas e suas atitudes do que por outras atrações do mundo. Adepto de um turismo de convivência.

Ali, no interior daquela aeronave, alguém tinha considerado meus afetos na hora de agir. Inquiriu sobre minhas alegrias e tristezas para colocá-las em posição de força – perante o próprio conforto – na sua equação deliberativa.

Não se contentou com o sentido mais imediato da resposta. Duvidou da sinceridade. Aquele “that’s ok” foi significado segundo o complexo *Japanese way of meaning*. E traduzido por “vai ficar mais apertado do que já está. E a vida durante o voo pior do que já seria se você não reclinasse”. Por isso recuou só um tiquinho. Para não me

ofender com sua incredulidade. E assegurar o conforto de que eu falsamente abdicara.

Experiência de grande valor, sim senhor. Também pelo aprendizado, que poderá se traduzir em práticas futuras. Diferentes e melhores. Em convivência aperfeiçoada. Do ontem para o amanhã.

Anos de vida viajante, palestrando sobre ética cada dia num canto de meu país-continente. Avião todo dia. Milhagens a mil. Deixando-me cair nos assentos marcados e recuando encostos com a rudeza de quem percebe o mundo com princípio e fim em si mesmo, no próprio prazer, conforto e ganho.

Com a alimentação exagerada de todos os dias, excessos estocados em gordura abdominal, instalar-me no 2C, deixando a gravidade fazer seu papel, reclinar a poltrona com a violência que a massa corporal permite, abrir o cinto, dar às células de gordura um lugar no mundo, onde possam ocupar posição sem constrangimentos, é procedimento automático. Um hábito aeronáutico.

Quanto ao ocupante do 3C... bem, esse nunca foi levado em conta. Após a aterrissagem, na hora de recuperar a

bagagem nos compartimentos superiores, quem sabe um olhar de relance. De indiferença.

Aquele passageiro japonês, *nihonjin* como eles dizem, tinha me ensinado coisa preciosa. O que minha mãe, dona Nilza, chamaria de ‘bons modos’. Um jeito melhor de se portar. De agir. De interagir. De conviver. De viver com o outro. Segue minha mãe: “As outras pessoas estarão sempre por perto. A vida é com elas. Não tem felicidade sem elas. Tratar mal os outros machuca a alma”. E concluía, profetizando: “O que você não aprender aqui em casa vai acabar aprendendo na rua”.

O tom de ameaça indicava que dona Nilza não se referia à gentil oriental e seus sorrisos. Mas a profecia materna, ali na aeronave, mais uma vez se convertera em corpo, em matéria, em energia, em afeto, em sabedoria. Afinal, a minha presença fora considerada relevante por alguém que, embora não me conhecendo, condicionou sua vida daquele instante à minha. E, ao fazê-lo, perdeu pleno controle sobre seu devir imediato. Ficou, por decisão sua, na minha mão.

Daquele dia em diante, nos últimos dois anos, nunca mais reclinei o encosto de meu assento sem consulta prévia ao ocupante de trás. Alguns aproveitaram para conversar

sobre qualquer coisa. Outros me ignoraram. Mas houve quem tenha tomado minha iniciativa por zombaria, chacota, tiração de sarro. Ou até uma afronta.

Como toda mensagem, a ação em shinsetsu é enunciada e recebida. Nada garante que o receptor destinatário de nossa ação a interprete a partir das mesmas premissas que usamos para deliberar. Por vezes vale o dito popular: cada cabeça, uma sentença.

CAPÍTULO 5

Angústia egoísta

Ao agir em *shinsetsu*, o passageiro japonês condicionou sua ação a uma resposta minha, cujo teor eu ignorava no momento em que me fez a pergunta. Podemos dizer que essa opção – por considerar a minha resposta vinculando a ela seu comportamento – é um risco que outros menos *shinsetsu* não se obrigam a correr. Mas isso não significa necessariamente vida mais fácil. Isenta de dúvidas ou dilemas existenciais.

Imagine comigo, querido leitor, outra cena. Diferente da narrativa anterior. Agora tudo é só criação da mente. Continuamos no mesmo voo. O japonês se senta e, claro, tem a prerrogativa de reclinar o encosto da poltrona. É direito seu

apertar o botão. Então, sem virar para trás, sem dar bola para ninguém, ele considera o conforto esperado pela nova angulação.

“Que beleza. Com a poltrona reclinada e um copinho de vinho, vou dormindo até lá. Só acordo com o tranco da aterrissagem.”

Quase ao mesmo tempo, lembra-se de recomendação ortopédica postural. Apoie o peso do tronco sobre os ísquios, e não sobre a lombar. Quanto mais reto, melhor.

Após trinta segundos de postura impecável... “São sádicos esses fisioterapeutas e ortopedistas. Gostaria de vê-los no meu lugar. Não há quem aguente tanto tempo sentado como se estivesse amarrado a um cabo de vassoura.”

“Mas talvez seja melhor tentar um pouco. Da outra vez, houve relaxamento, e, no dia seguinte, lembro bem: não podia me mexer. Hérnias lombares são implacáveis para quem tem que fazer uma viagem internacional por semana.”

O que fazer? Escolher quase nunca é fácil. Se não houvesse escolha, como numa poltrona de encosto fixo, sua mente já estaria ocupada com outra coisa. Por outro lado, se o travamento da poltrona dependesse só dele – em infinitas

angulações possíveis –, talvez chegasse a Pequim sem ter decidido nada.

Nesse segundo caso, imaginado por nós, a decisão do passageiro não leva em conta mais ninguém além de si mesmo. Confronto entre seu próprio bem-estar imediato e o do dia seguinte. Uma equação que reúne valores, cuja tradução afetiva completa se produz em momentos diferentes. O reclinar atenderia de maneira clara ao prazer daquelas horas de voo. O ângulo reto evitaria a dor do amanhã.

Angústia do egoísta. Ao se livrar do outro – e da consideração pelo seu bem-estar –, não resolveu a complexidade dos múltiplos afetos contraditórios que toda deliberação desencadeia. Mesmo aquelas que têm o eu como única preocupação de quem delibera.

CAPÍTULO 6

Páscoa sem cabana

Shinsetsu é consideração e respeito pela existência e pela posição ocupada pelo outro. Implica, portanto, por parte do agente, a definição de limites da própria ação. Como no episódio do assento reclinado na aeronave.

Ou todas as vezes que, você leitor, mesmo cansado, cedeu o lugar. Com pressa, deixou passarem na frente. Com fome, permitiu que se servissem antes. Com sede, concedeu o último gole. Apertado, deixou usarem o vaso primeiro.

Shinsetsu aparece com clareza, atinge seu esplendor, toda vez que um agente impede a si mesmo de se permitir o que conforta, alcançar o que almeja, de satisfazer o seu

desejo por considerar outra pessoa na hora de decidir o que fazer.

E mesmo que lhe digam: “Essa é a hora de pensar em você”, nosso agente impediu a si mesmo de uma conquista alegradora para não agir em detrimento de um beneficiário cuja existência e cujos afetos leva em conta.

No último feriado de Páscoa pensei em escrever estas páginas na minha cabana em Serra Negra. Mas minha esposa, Marina, queria passar o feriado com os pais. Natália, minha filha caçula, queria encontrar o namorado. E ambas faziam questão da minha companhia. Então, abri mão da cabana e da sua tranquilidade para que Marina e Natália tivessem o feriado que esperavam.

Mas shinsetsu não é só limite. Negação. Deixar de fazer o que prejudica. É também iniciativa. Positiva. É ação. Que ajuda, alegra, arredonda, beneficia, quebra um galho, alivia. É se oferecer para carregar. Dar carona. Levar até a porta. Buscar na cozinha. Levantar para apagar a luz. Preparar um chá. Ir comprar pão. Remédio. Para o outro. Dando primazia às suas necessidades. Identificando sua fragilidade, momentânea ou crônica.

Shinsetsu é nunca se virar para dormir sem que o outro tenha alcançado o máximo de prazer que você puder proporcionar. É abandonar a inércia movendo-se com vistas a produzir efeito alegrador em alguém. Ou meramente redutor da dor.

Minha professora de japonês chama-se Mitsuko HIKARUKO. Mora em Atibaia com o marido. Temos aula por Skype. Com ela aprendi o que Shinsetsu quer dizer. Decidi convidá-los para jantar em casa num sábado. Vieram de ônibus até o terminal. Depois metrô. Fui buscá-los na estação. Duas quadras de casa. Jantamos. Muito agradável. Não percebemos o passar do tempo. Ficou tarde.

Entendi que o retorno em metrô e ônibus, como pretendiam, seria penoso. Então decidi levá-los. Relutaram. Muito. Mas eu insisti. Minha esposa, sabendo do meu sono, também veio. Fomos e voltamos. Com a certeza de que proporcionamos um programa bacana que não se tornou penoso ou arriscado no final. Em noventa minutos, estávamos de volta. Exemplo da dimensão ativa de shinsetsu. Iniciativa pelo outro. Proatividade altruísta.

Tendo a própria ação ou omissão como objeto de reflexão, recorreremos à moral como primeira ferramenta

conceitual de referência. Para jogar luz sobre shinsetsu. Claridade e clareza para o nosso olhar. Moral é uma joia do pensamento ocidental. Você já imaginava que as duas têm muito em comum.

CAPÍTULO 7

Leveza e sisudez

Shinsetsu é uma linda japonesa que veio, séculos atrás, fazer intercâmbio na casa da Moral. Quando esta ainda morava em Roma, onde nasceu. Tornaram-se BFFs. *Best friends forever*. Almas gêmeas. Parças para o que der e vier.

A oriental sempre mais leve, mais fácil de levar para sair, mais dada. Por isso sempre citada, a toda hora. Na boca do seu povo. Sobretudo daqueles que se beneficiam dela. Shinsetsu pra cá, Shinsetsu pra lá. No supermercado, no trânsito, entre vizinhos, na escola, na igreja, em qualquer lugar. A todo instante em que uma pessoa ajuda outra.

Shinsetsu é sorridente. Alegria qualquer ambiente. Por onde passa as pessoas curtem. Agentes e beneficiados

parecem mais felizes. Shinsetsu está sempre preocupada com o dia a dia. Com a vida em seus momentos de maior normalidade. Com a relação mais corriqueira entre as pessoas.

Shinsetsu vive acima de seus apetites. Por isso joga limpo. Com todo mundo. Odeia o que é confuso. Dúbio. Obscuro. Gosta do que é claro. Por ser elevada. Ante qualquer dificuldade alheia, ameniza. Suaviza. Preza pela delicadeza. Prefere engolir um sapo a constranger. Recolher-se a alardear suas virtudes. Não se interessa pelo sinistro. Pelo mais destrutivo. Pelo absolutamente proibido.

Já sua amiga Moral é mais sisuda. Recatada. Não dá o ar da graça em papinho fútil. Não frequenta qualquer lugar. Ninguém se atreve a convidá-la para jogar conversa fora. Uma rápida aparição requer porta-voz autorizado. Espaços legítimos de enunciação. Interlocutor qualificado. Em eventos chancelados por instituição afim: aulas, palestras, seminários, audiências.

Moral é interessada pelos grandes temas da vida. Pelos deveres mais devidos. Pelos imperativos mais categóricos. Coisas graves. Que precisam acontecer de qualquer jeito. Categoricamente. Pela complexidade de suas preocupações,

Moral teria tudo para desprezar Shinsetsu. Considerá-la uma japonesinha fútil. Sem densidade.

Mas pelo contrário. Reconhece sua enorme importância. Companheira nota dez. Parceira e solidária. Moral vibra com a popularidade da amiga. É sua fã. Admira a presença capilar e duradoura no dia a dia de sua gente.

Moral sempre soube que pessoas mesquinhas se encantam por coisas extraordinárias. Enquanto sábios e sábias, como Shinsetsu, se encantam por coisas comuns.

A japonesa, por sua vez, também poderia achar Moral um saco. Um pouco deprê. Apegada a teorias complicadas. Metida a erudita. Cheia das verdades. Pretensiosa. E, por isso, cada vez mais ausente da vida das pessoas. Motivos não faltam. Nada disso é absurdo.

Mas para Shinsetsu a amiga romana é simplesmente o máximo. Seu caráter, sua integridade. Sua intransigência em defesa do bem, do que é devido. Sua coragem para enfrentar os grandes dilemas. As maiores encruzilhadas existenciais.

Com tanta admiração recíproca não é de espantar que se entendessem maravilhosamente. E, olha, isso desde que se conheceram. A amizade entre ambas é de dar inveja. Uma se

preocupa tanto com o bem-estar da outra que nenhuma delas precisa pensar em si. Dispensando todo egoísmo.

Por tudo isso, tornaram-se muito próximas. A ponto de às vezes se esquecerem do mundo lá fora. Onde há muito mais coisas do que só elas duas. Onde nem todas as condutas são regidas por Moral ou Shinsetsu. Mundo cheio de gente rude e canalha.

Na hora de pegar o avião para regressar ao Japão, Shinsetsu, mais emotiva, pediu a Moral que nunca se esquecesse dela. Esta, mais controlada, segurando as lágrimas, prometeu à amiga que escreveria um livro. Com o seu nome. Para que todos, daquele lado do mundo, soubessem o quão especial ela é. As duas trocam WhatsApp até hoje. E prometem uma a outra que nunca morrerão. Porque seria insuportável a vida sem elas.

CAPÍTULO 8

Fofoca com cafezinho

Moral – tanto quanto shinsetsu – responde à pergunta: o que devo fazer? É a lei que eu livremente imponho a mim mesmo. Conjunto de princípios que decidi respeitar por considerá-los legítimos. É tudo que – pensadamente – me autorizo a fazer. E me proíbo também, mesmo que tivesse capacidade para tal.

Exemplo escolar. Em dia de prova, o professor precisa deixar a classe por alguns instantes. Os alunos se aproveitam dessa ausência inesperada para consultar seus apontamentos. Um deles, porque não aceita fraude, responde às questões sem recorrer ao expediente ilícito.

Exemplo profissional. Coisa de gestão. A empresa passa por uma reestruturação. Mais trabalho. Menos colaboradores. Mais atitude, proatividade, espírito de dono, resiliência. Mesmo salário. Porque a lei não permite reduzi-lo. Só os mais eficazes conservarão seu emprego. Todos torcem pelo deslize do outro. Destacam a ineficácia alheia. Insinuam a incompetência ou a desmotivação de uns e de outros.

Esse cenário de delação generalizada não impede alguém de jogar o jogo em equipe de verdade. Cobrir as eventuais falhas dos companheiros. Esforçar-se por reduzir suas fragilidades. Em nome do triunfo de todos.

Exemplo de mestre. Professor Cortella relata – em suas magistrais palestras – o desfecho de uma maratona. O corredor espanhol se aproximava do fim da prova. Vinha em segundo. O queniano liderava desde a partida. Porém, na hora de cruzar a linha de chegada, equivocou-se. E parou de correr um pouco antes. O espanhol se dá conta do erro. E empurra o adversário para a vitória. Recusando-se a tirar vantagem. Conservando sua segunda colocação.

Shinsetsu e moral respeitam princípios. Não para obter vantagem. Se assim fosse, não passaria de estratégia,

legislação em causa própria. Tampouco para ser feliz, que não passaria de egoísmo. A felicidade de quem age nem sempre é alcançada com justiça.

Princípios para agir por dever. Para fazer o que é devido. A coisa certa do jeito certo. E assim, quem sabe, contribuir com o coletivo. Com uma convivência harmoniosa. Respeitando direitos, pretensões e interesses do outro. Construindo, por intermédio da própria conduta, uma ideia de si e da humanidade.

Moral – assim como shinsetsu – é reflexão sobre si mesmo. O seu único objetivo é a própria conduta. É deliberação sobre o próprio agir. Por isso, as duas nunca se convertem em conselho, dica ou mesmo ordem. Pensar sobre como o outro deve agir ou deveria ter agido – embora povoe as mentes e sirva de tema para muitas conversas – nada tem a ver nem com moral nem com shinsetsu. Muito menos agir por ordem alheia. As duas se limitam a investigar o que o eu deve fazer.

Já os deveres alheios – sabemos bem – é assunto pra mais de metro. Falar mal de quem não se encontra é passatempo de quase todo mundo. Fofocar socializa. Entretém. Diverte. Desopila. Junto com um cafezinho, então!

Atribuir valor moral negativo à conduta alheia é campeão de audiência em qualquer espaço de interação. Mas insistimos. Nada tem a ver com a moral. Nem com shinsetsu.

Isso fica claro quando quem define padrões de comportamento para os outros admite não os seguir. Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. A hipocrisia é esse desalinhamento entre as referências usadas para atribuir valor à própria conduta e à conduta alheia.

CAPÍTULO 9

Liquidez moral, solidez moralista

Na vida do hipócrita, a moral é frágil, mas o moralismo está sempre afiado. Assim, denunciar sonegadores de tributos sonegando; apontar privilégios indevidos de outrem beneficiando-se deles ou lamentando não serem os seus; acusar corruptos corrompendo ou deixando-se corromper, se necessário; blasfemar contra adúlteros em plena traição ou na castidade imposta pela condição de rejeitado universal.

Para saber do que um hipócrita é capaz, sugiro ao leitor visitar o vestiário masculino de um clube qualquer. Imediatamente após uma pelada matutina. E, na sequência, dirigir-se ao restaurante. Onde os peladeiros agora almoçam com suas famílias. Observe a mudança de discurso nas duas

situações: assunto, vocabulário, valores, práticas relatadas, tudo.

As conquistas sexuais apresentadas no vestiário como troféus são denunciadas como ultrajantes no âmbito familiar. A troca entusiasmada de informações sobre os atributos desta ou daquela profissional do sexo é substituída pela defesa inflamada da unidade e solidez familiar. Não incomoda manter um pé na dieta e outro na gula. Um na castidade e outro na lascívia. Um na fidelidade e outro na traição.

Um hipócrita tem sempre mais de um discurso na manga. O rigor usado para avaliação alheia não vale para si. O mesmo se aplica ao grupo dos outros e ao grupo a que pertencemos. Ao partido ou time dos outros e ao partido ou time em que militamos ou para o qual torcemos. Assim, a flexibilidade da moral vem de par com o ódio moralizador. O mais promíscuo é também o mais higienista. A dissonância não perturba.

Exemplo belíssimo de conduta hipócrita nos traz a literatura de Eça de Queiroz. No livro *A relíquia*, a personagem Teodorico frequentava a missa para conquistar o apreço de sua tia Patrocínio. Ao mesmo tempo, justificava-

se perante os amigos que o chacoteavam – zoavam da sua cara – dizendo-se galanteador, xavecador das beatas. Louva a Jesus no desespero e blasfema contra Ele em momento de luxúria.

Pluralidade identitária. Falta de alinhamento entre múltiplos eus. O hipócrita é um desfocado. Vive em dispersão e fragilidade. Exibe – com consciência – múltiplas identidades adaptadas a distintos meios. Por narrativas que se desmentem. Sempre na berlinda. Como um equilibrista de pratos em varetas.

Um hipócrita de carteirinha respeita princípios “à la carte”. Espera do outro uma conduta que só se dispõe a ter quando convém. Se num instante investe tempo, inteligência, produzindo argumentos a respeito do valor da ação do outro, encontra-se, nesse mesmo instante, impossibilitado de uma reflexão propriamente moral. Tendo a si mesmo como objeto.

É conhecida a indignação: “Por que você não se preocupa com a sua vida e me deixa em paz?”, que faz lembrar ensinamento paterno: “Não podendo falar bem de alguém, melhor ficar calado”. Absolver-se pela indignidade alheia é cacoete de quem torce por uma humanidade medíocre. Onde

sempre haja um impostor supremo para purificar o resto.
Um expiatório nada bode.

Por tudo isso, moral e shinsetsu têm um lema comum:
toda real transformação do mundo começa dentro de si. Na
consciência. Na razão prática. Na convicção íntima. Para
além de toda a oportunidade que exija violá-la.

CAPÍTULO 10

Matéria, símbolo, matéria

A palavra “moral” não tem um significado verdadeiro e outros falsos. Esse que você acabou de ler é um possível. Entre tantos outros que poderiam estar no seu lugar. Não fique assim. Eu sei que preferiria uma definição indiscutivelmente verdadeira, que enunciada com convicção, no meio de um discurso, determinasse convencimento.

Essa certeza te seria mais útil na hora de fazer algum uso social dessa leitura. Pessoas de sucesso são seguras. Sabem o que estão dizendo. Distinguem com clareza o certo do errado. Multiplicam afirmações com assertividade. São cheias de certezas. E as enunciam com empáfia. Lamento essa frustração. Mas entenda o porquê da minha cautela.

Uma palavra é um signo. Tem uma materialidade. Uma reunião de letras. Palavra é matéria. Suponho que essa afirmação possa parecer estranha se você está acostumado a relacionar matéria com tudo que pode ter nas mãos, tudo que consegue pegar. Pense na tinta que marca o papel, nas ondas sonoras que fazem vibrar seus tímpanos. Sem matéria não deixamos traços. Não fazemos vibrar nada. Fica mais claro agora. Para escrever a letra “a”, ou enunciar a palavra “mesa”, eu preciso de matéria.

Como signo, toda palavra refere-se a uma outra materialidade. Além dela própria. Assim, a palavra “cruz” tem quatro letras que remetem a dois pedaços de madeira dispostos horizontal e verticalmente e que se cruzam definindo segmentos assimétricos no eixo vertical e simétricos no eixo horizontal. A relação entre as quatro letras justapostas nessa ordem e os dois pedaços de madeira não advém da natureza das coisas. Nem é estabelecida em outros mundos. Trata-se de uma operação realizada por nós. Aqui mesmo, no mundo da vida. Tanto que em outras sociedades esses mesmos dois paus são chamados de *croix* ou de *bantho*. Outras palavras para a mesma disposição de paus. Para o mesmo significado.

Da mesma forma, a palavra “cruz” pode fazer pensar em outras materialidades: “Deus”, “sofrimento”, “perdão”, “ressurreição”. Assim, nada impede que tenhamos várias palavras para o mesmo significado e vários significados para a mesma palavra. Ante tantas possibilidades, as pessoas, na relação entre elas, farão associações cuja pertinência depende do outro ou dos outros que estão ouvindo. Ou lendo.

Essa construção é sempre coletiva. Como disse Montaigne, as palavras pertencem metade a quem fala e metade a quem ouve. Para haver palavra precisamos de mais de um. Na solidão radical não há palavras. Nem linguagem. Portanto, também não haveria nem pensamento nem discurso. Assim, é na relação entre pessoas – e para a relação entre elas – que as palavras vão ganhando seus significados. E significados vão ganhando palavras.

Mesmo quando você fala de si, da sua vida, dos seus sentimentos, da sua intimidade, precisa das palavras. Aprendidas na muvuca dos discursos que chegaram até você. Todos fazemos parte dessa muvuca. De tanto ouvir, acabamos falando um dia. Muvuca polifônica. Vamos olhar tudo isso mais de perto.

CAPÍTULO 11

Polifonia discursiva

Palavras estão no mundo. Algumas há muito tempo. Seus significados justificam seu uso. Dependendo do que se quer dizer. Esses significados não nos foram legados de fora. Provenientes de outro mundo. Foram decididos por nós. As palavras e o que elas querem dizer. Para que haja comunicação, é preciso que haja palavras. E que haja também certo entendimento sobre seus significados.

Por que eu preciso das palavras para comunicar? Primeiro porque elas já são a matéria-prima do meu pensamento. Isto é, daquilo que pretendo comunicar. Segundo porque nem sempre as coisas do mundo são imediatamente apresentáveis. Assim, se eu tivesse que dizer

que o Pão de Açúcar no Rio de Janeiro é muito bonito, usando as palavras fica mais fácil do que se tivesse que trazer a saliência do relevo na mão para você ver sobre o que estou falando. Já para o Rio de Janeiro, não sei, não...

No caso do Pão de Açúcar, talvez apareça algum maluco dando um jeito para transportá-lo. Mas se eu estiver dizendo que a “universidade pública no Brasil concentra a maior parte da produção científica realizada no país”, a dependência das palavras aumenta. O que dirá para comunicar ansiedade, amor, angústia, desespero, dor etc.

Além da facilidade para enunciar, as palavras são matéria flexível. Adequada para a mente. Para a consciência. Se, na falta da palavra “cruz”, tivesse que tirar dois pedaços de pau da minha cabeça e enfiá-los na cabeça do meu interlocutor – para ele saber do que estou falando –, as interações se tornariam mais lentas e dolorosas.

A palavra – enquanto materialidade significativa – é indolor. Já o seu significado, esse, sim, pode machucar. Mas isso é outra história. Ninguém sofre de alargamento das pregas neuronais porque aprendeu uma nova palavra comprida, com muitas letras. As palavras se adaptam à mente. Podem vir a ser enunciadas por bocas abrindo e

fechando. Mas essa é a parte para inglês ver. A ponta exposta do iceberg.

Palavras circulam entre mentes. Ou, se você preferir, entre almas. Não inventaram jeito melhor para conhecer a alma de alguém do que pelas palavras que usa. As palavras são as ideias. E não apenas sua roupagem. E as ideias, em ininterrupta gestação, são a própria alma. Na sua parte mais propriamente humana. A parte da razão.

Viver em shinsetsu implica uma inclinação permanente para a alma alheia, uma curiosidade genuína por ela. Um interesse real por essa usina de produção de ideias à qual só temos acesso por intermédio de corpos semelhantes aos nossos.

Mas nem todo shinsetsu é dependente de palavra. Se fosse assim, a ignorância de outros idiomas a mataria na raiz. Pelo contrário. Em momentos de dificuldade para comunicar por palavras, shinsetsu mostra sua força. Com o esforço solidário das gentes ante a estrangeiridade ali fragilizada.

Na cidade de Osaka, em subterrâneos intermináveis pelos quais transitamos saindo de centros comerciais e entrando em estações de metrô sem precisar ver a luz do Sol,

o segurança de uma agência de câmbio, perguntado por mim em inglês sobre o acesso a uma linha específica, abandona seu posto e me conduz, numa caminhada intensa de oito minutos, até o local por onde passaria o meu trem. Sem precisar dizer palavra. Shinsetsu de boca fechada. Generoso e gentil.

Há mais coisas de alma do que palavras. Silêncios são ricos em significado. Contam histórias inteiras. Gestos, fisionomias, caretas, tanta coisa comunica sem palavras. Mas no exato instante em que essas mensagens são percebidas pelo receptor, começam a ser interpretadas.

No entanto, para identificar o que seus emissores terão pretendido comunicar, seus receptores recorrerão em suas mentes a palavras. Elas participam da interação de um jeito ou de outro. Elos conectores de mentes. Que, no começo da vida, chegam até nós por intermédio das pessoas que vão surgindo na nossa frente.

De fato, quando nascemos não há consciência. Estamos zerados. Ainda não há signos para povoá-la. À medida que vamos vivendo, no mundo social em que nos toca circular, as interações nos banham em um mar de discursividade.

Ouvimos, ouvimos, ouvimos, ouvimos. Até que num belo dia arriscamos dizer algo. A matéria-prima que usamos é a mesma que nos chegou e nos chega aos ouvidos desde sempre. Matéria-prima semiótica. De signos. Aprendidos no mundo polifônico. Com seus significados. Seus sentidos.

Por isso os outros, ao ouvir o que dissermos, poderão associar nosso discurso a algo que coincida em grande parte com o que fora pensado por nós, enunciadores. Porque nossa consciência, que vai sendo aos poucos abastecida pelos signos que serão usados pelas forças que produzem pensamento em nós, tem sua origem e sua condição de validade no mundo social de que fazemos parte.

E, assim, tudo vira mesmo uma rede. Na qual somos, ao mesmo tempo, enunciadores e enunciatários. Falantes e ouvintes. De discursos que nos atravessam. Do nascimento à cova.

CAPÍTULO 12

Arena de luta

Pode ser vantajoso para alguém que todos atribuam a essa ou àquela palavra um significado, e não outro. Assim, prefiro – enquanto palestrante – que a palavra “palestra” seja associada a um momento nobre de inspiração de um auditório. E não a uma atividade de puro entretenimento conduzida por profissionais, com alguma competência retórica, que ganham muito dinheiro para dizer coisas sem a menor relevância.

Da mesma maneira que o significado da palavra “palestra” tem a ver com os meus interesses, também pode ter a ver com os de outras pessoas. Eventualmente críticas desse tipo de prestação. Ou apenas desgostosas com os

resultados simbólicos e econômicos alcançados pelos palestrantes que se destacam. Muito provavelmente se empenharão para impor outro significado de “palestra”. Menos legítimo ou abonador.

O termo “universidade pública” é exemplo ainda melhor. Dependendo do tipo de atividade, estatuto, vínculo ou função, haverá interesses compatíveis com um ou outro significado para o atributo “público” que acompanha o substantivo “universidade”, que pode se objetivar em diferentes formas de acesso como aluno, como docente, financiamento dos cursos, das pesquisas etc.

O que público quer dizer exatamente? Que todo mundo tem acesso efetivo e gratuito? Que qualquer um pode ter acesso gratuito se triunfar em processo seletivo? Que todo mundo pode ter acesso, desde que pague? Que a graduação é gratuita, a pós é paga? Que só o Estado financia a produção científica? Que esse financiamento será feito em parceria público-privada? Que empresas podem financiar produção científica do seu interesse?

Poderia ficar horas apresentando entendimentos diferentes da mesma justaposição de palavras “universidade pública”. Na Universidade de Buenos Aires, o entendimento

de público é diferente daquele mais reconhecido por aqui na Universidade de São Paulo. Que também não coincide com a interpretação dominante na Universidade de Paris e muito menos as vigentes na Universidade de Porto Rico ou na de Cleveland. Todas se dizem públicas.

O entendimento provisoriamente dominante em qualquer lugar sobre o que “universidade pública” quer dizer é definido numa arena de luta. Luta simbólica pela definição de como devemos entender aquele mundo. Condição da satisfação de certas pretensões em detrimento de outras.

Talvez agora estejamos mais preparados para entender que quando alguém fala em moral, formação moral, crise da moral, falta de moral, desmoralizado, ressuscitar a moral etc., está tomando por óbvio um significado para essa palavra que de óbvia não tem nada. Está consolidando um sentido que convém às suas convicções. Raramente associado à liberdade para decidir sobre as máximas e os princípios que presidirão as próprias ações.

Da mesma forma, uma sociologia do uso da palavra *shinsetsu* no Japão permitiria identificar as forças e os interesses que estão por trás da consagração de certo

significado em detrimento de outros, preteridos porque episodicamente vencidos na ininterrupta luta pela definição do que falar quer dizer.

E nessa arena, onde muitos lutam pelos sentidos legítimos das palavras, este livro está inserido. Nem uma vírgula mais verdadeiro do que qualquer discurso que dele divirja. Arena em que a legitimidade dos porta-vozes e dos lugares de fala se converte em armas secretas. Em que toda dominação, mais ou menos provisória, será tanto mais eficaz quanto melhor esconder o arbitrário que lhe confere fundamento.

Espero ter deixado claro que o uso das palavras é menos indiferente do que parece. Quanto o seu uso é estratégico. E os signos, sempre ideológicos. Caso eu tenha fracassado e tudo isso não tenha ficado muito claro, também não há muito do que se lamentar. Como dizia Baltasar Gracián, “será celebrado tudo que não for entendido”. Ou Nietzsche: “o infortúnio dos escritores claros é que são tidos por pouco profundos. Pouco esforço é empregado em sua leitura”.

Já os que são tidos por gênios, de extraordinária densidade reflexiva, o que definitivamente não é o meu caso,

estes merecem toda a deferência e atenção. Questão de postura.

Portanto, querido leitor, pode continuar deitado no sofá. Se cochilar, tudo isso terá finalmente servido para alguma coisa. Afinal, ideias muito claras e fáceis de entender parecem mesmo com os dias contados.

CAPÍTULO 13

Décadence avec élégance

Peço desculpas pelo longo passeio que fizemos. Mas agora fico mais à vontade. Você entendeu que ao falar de moral e shinsetsu serei – como qualquer um – vítima de uma perspectiva que é a minha. Compartilhada, é verdade, por outros. Muitos outros.

Durante muito tempo, como docente da Universidade de São Paulo, meu objeto de pesquisa foi o imaginário da moral. Assim, meu interesse não era pelo que os grandes pensadores diziam sobre o tema. Ou pela definição que as pessoas deveriam conhecer por ser a verdadeira. Meu objeto de pesquisa era o significado que as pessoas efetivamente atribuíam ao termo.

Penso que se você e eu retomássemos essa pesquisa e saíssemos à rua perguntando o que “moral” significa descobriríamos, antes de mais nada, que a palavra não está na moda. Uma das razões da sua admiração por Shinsetsu. Sem inveja, claro. Não seria digno dela.

Depois de reinar soberana durante séculos em discursos sobre como deveríamos agir, Moral sofre hoje a concorrência de sua prima: a Ética. Quando eram crianças todos diziam que pareciam gêmeas. Eram quase sempre confundidas. Mas foram ficando diferentes e se afastando enquanto cresciam. Nos últimos trinta anos, Ética virou celebridade. Todos só falam dela. Presença obrigatória em todo tipo de programa. Citada até a náusea nas redes sociais. Hiper-recorrente em todo espaço público. Não parece se importar que quase ninguém saiba direito quem ela é ou já foi um dia.

Enquanto isso, Moral envelheceu. E decaiu. Sobretudo depois que ficou viúva. De um alemão chamado Kant. Immanuel Kant. Quando raramente alguém a menciona, faz lembrar nossos antepassados. Época em que respeitar os demais ocupava um espaço mais significativo na educação familiar. Shinsetsu, de lá do Oriente, tenta animá-la. Manda

fotos. Mostra quanto, lá onde mora, muitos ainda pensam nela. Falam dela. Debalde.

Moral parece cada vez mais retraída. Retirou-se resignada. Mudou-se da cidade de Königsberg, onde viveu com o marido os últimos anos de vida dele. Comprou uma chácara na zona rural. Onde mora sozinha e solitária. Condenada à nostalgia. A lembrar dos bons tempos que acredita ter vivido um dia.

Tempos em que seu nome não era usado em vão. Em que nem todos precisavam ser fiscalizados, ameaçados ou agredidos para agir dignamente. Tempos em que câmeras e radares não tinham efeito punitivo. E não se clamava de joelhos para que algum estúpido tirano viesse pôr ordem na casa. Do jeito que bem entender.

Ainda retomando nossa pesquisa, propomos uma segunda hipótese: aqueles que se animam ou simplesmente aceitam dizer alguma coisa sobre “moral” a relacionam com “punição”, “repreensão” ou “condenação”. E de terceiros. Nunca deles próprios.

Assim, expressões como “crises de valores”, “indecência”, “falta de vergonha” vêm acompanhadas do dedo em riste. Em tom de denúncia. De um mundo que –

sempre na terceira pessoa do singular ou do plural – teria descarrilhado em suas condutas, costumes, práticas e relações. Postura moralista, moralizadora, higienista do alheio. São hipóteses sobre o significado que as pessoas atribuem à palavra “moral”, no caso – cada vez mais remoto – de terem que falar disso.

Bem, penso que as pessoas se enganam sobre moral. E só não se enganam também sobre shinsetsu por não terem a menor ideia do que se trata. Estou dizendo apenas que o senso comum – entendido aqui como aquilo que quase todo mundo considera certo – não está alinhado com o meu entendimento de moral.

E aqui eu insisto: meu entendimento. Só isso. E você poderá perguntar: se todo mundo acha uma coisa e você acha outra, que importância tem o que você acha? Gostei. Nenhuma, claro. Mas quem comprou este livro – que eu escrevi – foi você. Agora aguenta. Rs. Por que, então, estavam enganados sobre moral? Gancho para o que segue.

CAPÍTULO 14

Eu comigo mesmo

Acho que a moral – tanto quanto shinsetsu – nada tem a ver com repressão, condenação ou punição. Para isso há polícia e tribunais. O chamado uso da violência legítima por parte do Estado. Quando numa blitz um policial prende vários suspeitos, essa intervenção nada tem a ver com moral. E dizendo isso não estou sugerindo que a prisão seja indevida. De jeito nenhum.

O ordenamento jurídico prevê as condições de fato para toda privação de liberdade a que um tipo de prisão assim está autorizada. A segurança das pessoas que dela decorre é superimportante. O policial faz o seu trabalho. Alguns com excelência. Como em todo lugar. Tá tudo certo. O meu

problema aqui é outro. Essa prisão, por mais necessária, justa e autorizada pelo direito que seja, não se confunde com moral. Muito menos com shinsetsu. É isso que me importa aqui.

Um rapaz cheio de hormônios não molesta a moça no metrô, por sentir-se observado por seguranças. Medo da polícia é medo. Imprescindível para segurar a onda dos mais atrevidos. Afinal, não é não. Para proteger a convivência. Afeto civilizador. Mas medo não é moral. Nem shinsetsu. Nada tem a ver com elas.

O mesmo diríamos da sentença de uma juíza sobre o montante de pensão alimentícia. Direito de família. Responsabilidade dos pais pelo sustento de seus filhos. Questão da maior importância. Mas a decisão da magistrada também não se confunde com moral. Nem com shinsetsu. Muito menos com a atitude de algum pai ou mãe que a contragosto deposita em juízo parte dos seus ganhos estipulados pela magistrada. Por medo de ser preso ou presa.

Porque tanto moral quanto shinsetsu começam exatamente onde os policiais e a juíza não entram. Nem os radares, as câmeras fiscalizadoras, as tornozeleiras eletrônicas, as catracas, os cartões magnéticos, o escâner

corporal, o elevador inteligente, a recepção, os guarda-costas etc. Mas que lugar é esse, onde nada disso entra?

Ora, caro leitor. O único lugar onde nada disso consegue entrar é a nossa consciência. Nosso reduto mais nosso. Onde somos definitivamente livres. Mesmo que na prisão. Ou amarrados. Ameaçados por uma arma. Vigiados por toda a técnica do mundo.

Quando essa liberdade desaparecer – e talvez desapareça logo –, seremos forçados a pensar contra a nossa vontade. E de acordo com a vontade de outros. Nesse instante, tanto moral quanto shinsetsu terão desaparecido. De vez. E completamente.

CAPÍTULO 15

Olhando assim, ninguém diria!

Tanto shinsetsu quanto moral têm por objeto a própria conduta. Implicam deliberação sobre como o eu vai se comportar. São inteligência a serviço de uma escolha prática. Por isso, tanto em uma como na outra, a ação não pode resultar de uma intervenção externa à própria consciência. O pensamento aqui é soberano.

Para além dessas coincidências, as duas amigas parecem dividir entre si a interminável lista de condutas humanas decididas pelo uso da inteligência. Assim, sempre como exemplo, o leitor reconhecerá o exagero de considerar como dever moral deixar alguém entrar na frente no elevador; saudar as pessoas dentro dele com um bom-dia; perguntar

para qual andar se dirigem e prontificar-se a apertar os botões correspondentes no painel etc.

Em contrapartida, japonês nenhum chamará de shinsetsu a conduta de quem não leva escondida uma garrafa de saquê no interior do sobretudo; muito menos daquele que – apesar de humilhado – não se vinga tirando a vida de seu confrontador; é inconcebível a frase: ele – de forma muito shinsetsu – não matou, não violentou, não roubou, não fraudou etc.

Shinsetsu ocupa posição intermediária entre a polidez e a moral. Não se deixa reduzir a uma cosmética do cotidiano que – por trás de mecânicas reações de adequação – pode esconder os piores canalhas. É mais do que cumprimentar, agradecer, saudar, curvar-se, comportar-se, falar baixo, vestir-se adequadamente, portar-se à mesa, usar corretamente talheres, ter senso de conveniência etc.

Tudo isso pode acontecer sem a menor consideração do outro. Treinamentos de etiqueta podem ser feitos com bonecos. Mais recentemente com robôs. Ou sem nada. Polidez ou etiqueta é a casca da casca. A parte visível e aparente, que cumpre relevante papel. Em fases incipientes

das relações entre as pessoas. Quando não conhecemos ninguém, a polidez e a beleza fazem a festa.

Afinal, só nos motivaremos a conhecer o caráter de alguém, seus valores, seu eu mais profundo, se formos tratados aqui fora com um pouco de polidez. Difícil encontrar a santidade, a nobreza de caráter ou a virtude em alguém que acaba de eructar com sonorização em escala musical após a ingestão de meio litro de bebida gasosa. Ou a altivez da alma de outro que, mais simplesmente, finge ignorar nossa presença.

Por outro lado, é preciso tomar cuidado com o efeito pequi. Fruta deliciosa do nosso cerrado que se oferece succulenta logo na superfície. Mas agride com centenas de espinhos no seu miolo aos desavisados que se precipitam com muita sede ao pote.

Não faltam pequis no mundo dos homens e das mulheres. Pessoas que encantam em contato mais epidérmico. Cheias de graça e polidez. Mas que na hora de uma mordida mais gulosa de relacionamento exibem seu caráter espinhoso e hostil. Só restando, com o céu da boca todo espetado, tentar consolar-se com o famoso: “E, olhando assim, ninguém diria o canalha que é”.

CAPÍTULO 16

Uma ação, duas razões

Você, leitor, encontra-se numa loja. Toma nas mãos algo que lhe apetece muito. Olha com cuidado à sua volta. Sem abrir a boca, elabora na sua cabeça as seguintes frases:

“Nossa, adorei; mas tá caro; não tenho dinheiro para comprar; eu por mim bem que levava escondido na minha mochila. Até porque cabe. Mas tem sempre alguém olhando, e posso acabar me ferrando. Melhor não arriscar.”

Nesse caso o leitor não levou o que lhe apeteceu. Nem pagando, porque não tinha dinheiro, nem escondido, por medo de ser flagrado furtando.

Agora suponha outra conjectura para a mesma situação. De novo, não há por que enunciá-la verbalmente.

“Nossa, adorei, mas tá caro; não tenho dinheiro para comprar; engraçado como não tem ninguém fiscalizando; nem câmeras, nada. Seria moleza levar escondido na minha mochila. Até porque cabe. Mas como eu não fico com o que não é meu – e para tornar-se meu só pagando –, não vou levar.”

Nesse segundo caso, o leitor também não levou o que lhe apeteceu. Nem pagando, porque, como na situação anterior, você não tinha dinheiro, nem escondido.

Quem estivesse, porventura, só observando, veria você lançar mão de alguma coisa, olhar pra um lado e pro outro, e recolocar em seguida na estante. Esse observador não poderia saber o que estava passando pela sua cabeça.

Se, no entanto, dispusesse de algum recurso técnico que mapeasse a sua mente, estaria ciente das duas elucubrações. Completamente diferentes. E essa diferença encontra-se, toda ela, na sua consciência.

No primeiro caso, a deliberação foi atravessada pelo receio da presença de um elemento fiscalizador externo à sua consciência. Pelo temor do que poderia acontecer caso houvesse flagrante. Você realizou um cálculo. Pôs na balança. De um lado, dispor de algo que lhe apetece sem

pagar, sem esforço, sem trabalho. De outro, a possibilidade de ser pego e tudo de ruim que advém disso.

Pois bem. Aprenda agora. Esse cálculo é estratégico. Tem a ver com a sua felicidade. Com a possibilidade de se dar bem. De obter uma vantagem com pouco esforço. Mas também tem a ver com a sua infelicidade. Com a possibilidade de se dar muito mal. Com o risco de sofrer um castigo muito maior do que o benefício trazido pela posse do bem. Esse cálculo é feito por muita gente. Haverá quem passe a vida nele. Terá a importância que você quiser. Mas não se trata de moral. Nada tem a ver com o que estamos explicando.

No segundo caso, quando você não leva o produto desejado porque não fica com o que não é seu, desaparece o fiscal. E, com ele, qualquer receio de flagrante. Assim, a decisão – embora tenha sido a mesma – foi tomada por outra razão. No lugar do temor, o respeito a um princípio de conduta, livremente adotado ali dentro da loja. Talvez adotado sempre. E em qualquer lugar.

Aqui, sim, estamos no coração da moralidade. O que torna sua conduta uma ação moral ou não está invisível a

quem vê de fora. É 100% pensamento, que, quando repetido, converte-se em princípio. E caráter de quem o respeita.

CAPÍTULO 17

Temperamento e caráter

Agir de maneira shinsetsu pressupõe caráter. Termo empregado por Kant em sua conhecida *Antropologia*, obra de 1798. O caráter se distingue do temperamento. Este último depende da natureza particular de cada um. Jeito muito próprio de agir, reagir, sentir o mundo, pensar. Um patrimônio exclusivo que já é nosso ao nascer. Inato, para os que gostam de impressionar no bar. Apesar de cada um ter o seu, por semelhança juntam-se em quatro categorias: sanguíneos, melancólicos, coléricos e fleumáticos.

Se o temperamento está impregnado na natureza de cada um, o caráter é outra coisa. Está vinculado à vontade. Ao que queremos para nossas vidas. Aos limites que impomos à

nossa conduta por conta de algum uso da razão prática. Essa vontade pode nos convencer a juntar forças e ir em frente. Mas também pode segurar nossa onda. Forja, instante a instante, nosso caráter. Nada tem a ver com o que a natureza fez de nós. Mas com a marca que cada um de nós quer imprimir à própria vida.

Caráter é vontade continuada. Recurso recorrente a princípios deliberativos sustentáveis. Condição de constância moral e também de constância *shinsetsu*. É uma tendência que – de forma livre e soberana – vai se consolidando ao longo da vida. Respeito deliberado e convertido em hábito de valores de vida e de convivência.

Caráter e temperamento, apesar de distintos, estão sempre em relação. O caráter é o que permite a qualquer um resistir às injunções do próprio temperamento. Graças ao caráter que temos, decantado nas sucessivas manifestações da nossa vontade, da nossa razão prática, seguramos a onda da nossa natureza temperamental, que por vezes pode se mostrar pouco gentil, pouco amável e pouco respeitadora.

Kant nos ajuda com um exemplo. A ama de leite do rei da Inglaterra James I pede-lhe que faça de seu filho um *gentleman*. Sua majestade, então, esclarece: posso fazer dele

um conde. Mas para converter-se num *gentleman* ele mesmo terá que fazer o necessário. Tornar-se um *gentleman* implica uma disposição para pensar, decidir e agir determinada pela vontade de cada pretendente.

Dessa forma, não se nasce *gentleman*, tampouco torna-se um por deliberação de terceiros. Depende de uma decisão pessoal de obedecer aos princípios que se estabelecem para si mesmo. Nenhuma educação, exemplos, modelos de conduta bastam para ensejar – pouco a pouco – algum amadurecimento de caráter. Esse último se forja, para Kant, num golpe só. De forma abrupta, a partir do desgosto pela instabilidade dos instintos.

Nada disso é muito fácil. Não faltam cacoetes da nossa psique para desvirtuar o caráter. Alguém, por exemplo, que dá livre vazão ao próprio espírito em detrimento de uma amizade. O espirituoso não hesita em ofender para não tolher as próprias palavras.

Lembro-me de um colega, numa reunião de departamento, que me ofendeu de forma grave. Ao menos na minha avaliação. Referindo-se a mim, recorreu a um trocadilho que não conseguiu se privar de enunciar. E rindo

sozinho, um pouco sem graça, justificou-se: “Perco o amigo, mas não perco a piada”.

Excelente fórmula para entender shinsetsu por aquilo que não é. De jeito nenhum. A conduta em shinsetsu partiria de reflexão contrária: perco tranquilamente todas as piadas que possam comprometer qualquer uma de minhas amizades.

Mais que isso. Por agir em shinsetsu, perderei todas as piadas que possam entristecer quem quer que seja. Não só os amigos. Porque a alegria do contador de piada vale menos do que a tristeza de qualquer um ofendido por ela.

Ainda exemplificando o desvirtuamento de caráter, alguém decidirá simular para seduzir os poderosos. O adulator não age em shinsetsu. Primeiro porque seu agir é estratégico. Instrumental. O bem que a ação proporciona ao outro não tem valor em si mesmo. Vale se ensejar recompensa. Troca de favores. Alguma vantagem para o agente.

Em segundo lugar, porque o agir do adulator não tem pretensão de universalidade. Não tem qualquer um como destinatário. É um agir que exclui, que discrimina. Assim, quem adula os poderosos será canalha com seus desafetos,

com seus inimigos. Questão de caráter. De certo caráter.
Porque “mau caráter” é caráter também.

CAPÍTULO 18

Midas, Rosaura e o pai de santo

No xadrez, toda jogada é decidida – entre tantas preteridas – em função da antecipação – na mente do enxadrista – da sequência dos movimentos. Da jogada do adversário que se seguirá, da própria jogada após essa, e assim por diante. Se eu mover dessa forma ele se verá obrigado a mover desta ou daquela maneira, o que me permitirá esse ou aquele outro movimento, resultando em posição mais vantajosa do que se o movimento inicial tivesse sido outro.

Fora do jogo, nossas ações também podem ser deliberadas em função de complicadas antecipações. Suposições a partir de probabilidades. Estimativas esgarçadas por temores e esperanças. Porque quase nada que

está por vir é absolutamente certo. O quase ficou por causa da finitude da vida. Muitas vezes, pretendemos – no final do processo – ocupar uma posição mais vantajosa.

Como decidir cuidar de uma pessoa idosa, por antecipar que esta, agradecida, o beneficie em seu testamento. Nesse caso, a decisão é estratégica. Com efeitos previstos em cadeia. O agente, para lograr o que pretende, aposta em duas variáveis que não pode controlar. De um lado, as oscilações afetivas daquele que recebe seus cuidados. De outro, a decisão deste último de recompensá-lo pela iniciativa.

Cuidar de alguém idoso e fragilizado implica uma série de ações, que não são alegradoras o tempo todo. É bem normal sentir raiva de alguém que aplica doloridas injeções de hora em hora. Quanto à gratidão, é virtude moral bastante rara. Porque é raro o reconhecimento de que a ação do outro seja ou tenha sido causa da nossa alegria.

Na crônica “A hora maldita da herança”, Walcyr Carrasco relata o caso de uma senhora que, ao longo de mais de duas décadas, foi cuidada pelo copeiro e pela doméstica. Nos últimos momentos de vida conheceu um pai de santo. Este lhe fornecia ervas medicinais. E se dispunha a ouvir suas

lamúrias. Ele acabou herdando tudo. Imóveis, objetos de valor, tudo.

Os dois serviçais que se dedicaram por anos a fio ficaram a ver navios. O copeiro acabou preso por tentar fugir com um casaco de pele. Como observa o autor, é nesses momentos de definição de herança que conhecemos as pessoas. Laços que pareciam eternos se dissolvem como bolhas no ar.

O pai de santo trocou ervas de valor pífio compradas na feira e algumas horas de escuta enfadonha por uma herança. Ele se deu bem. Conseguiu mais do que imaginava. Para isso, apostou pesado. Sobretudo na ingratidão da senhora com seus colaboradores mais antigos. Certamente motivada por alguma equação afetiva que lhes foi desfavorável. Cujas variáveis o beneficiário final, o pai de santo, mesmo tendo trânsito livre nas mais altas esferas da transcendência, não podia dominar.

Outro exemplo. Um clássico da literatura mítica. O rei Midas ofereceu uma festa de arromba ao sábio Sileno para que o poderoso deus Dioniso – Baco para os romanos –, reconhecendo o bom tratamento dispensado ao protegido, o recompensasse. Midas também age tendo como fim último

de sua ação um benefício para si próprio. O risco por ele assumido foi ainda maior.

O sucesso de seu plano dependia de Sileno gostar da festa e informar o deus Dioniso – seu protetor – sobre aquele contentamento. Dependia também de o deus se alegrar com a alegria de Sileno e, finalmente, de decidir recompensar Midas pela alegria proporcionada a seu protegido. Segundo a narrativa, tudo aconteceu como previra Sua Majestade.

Dioniso concedeu a Midas o que este lhe pedira. Tudo que o rei viesse a tocar se converteria em ouro. Poder que faria de Midas o rei mais rico do universo. Mas este não previra um ou outro inconveniente. Ao tocar o próprio alimento, mastigou ouro. A própria água, bebeu ouro. Impossibilitado de se alimentar, morreria em breve. Pede, pelo amor do deus Dioniso para livrá-lo daquele mal.

Em *Como água para chocolate*, romance da escritora mexicana Laura Esquivel, Tita, filha caçula, vive com suas duas irmãs e a mãe no México do século XX. Segundo a tradição, não poderia se casar enquanto vivesse a mãe, para poder dela se ocupar. Mas Tita se apaixona por Pedro. E é correspondida. O idílio revolta a mãe, que oferece a Pedro a

mão de sua outra filha, Rosaura. Proposta aceita. Única forma de ficar perto de sua amada.

Ora, Pedro, para não sofrer as dores da distância de Tita, age, imaginando tudo que poderia advir de sua ação. O fim último almejado é a proximidade da cunhada. A mulher que ama. Para isso aceita casar-se com Rosaura. Supõe, para que tudo dê certo, certo tipo de vida familiar. Talvez vislumbre instantes de convivência a sós com Tita. Quem sabe, até, tê-la por amante. Mas todas essas consequências do seu matrimônio vão longe na imaginação de Pedro. Muita coisa pode dar errado.

Nesses casos citados acima, o pai de santo, Midas e Pedro antecipam consequências de sua ação. O circuito de efeitos que suas decisões devem desencadear poderá ser mais longo ou mais curto. Mas o resultado final pretendido pelos três é o benefício próprio.

Sendo assim, tudo que acontece no meio do caminho tem seu valor condicionado pelo final feliz. A satisfação do agente. Nada nem ninguém tem valor por si mesmo. Apenas como meio, ou instrumento. Assim, o pai de santo instrumentaliza o doente, Midas, o sábio Sileno, e Pedro, Rosaura.

Alguém dirá que um empregado doméstico que diariamente nos ajuda a manter a casa em ordem, um profissional liberal cujos serviços contratamos, médico, dentista, advogado, professor particular, palestrante, taxista, também tem momentos de sua vida instrumentalizados por nós, contratantes, em nosso benefício. É verdade.

A diferença entre esses contratados e o trio Sileno, Rosaura e o doente está na consciência que os primeiros têm do que queremos deles, do que pretendemos que façam para nós. E, sobretudo, de que serão pagos para isso. Há, portanto, uma troca. Explícita. E aceita pelas partes. Um se serve da vida do outro por uns instantes. Que é pago por isso, com preço acordado antes do serviço.

Nada disso diz respeito a shinsetsu. Porque esta jamais instrumentaliza o outro. Pelo contrário. Considera-o como um fim em si mesmo. O fim da linha das relações causais. Shinsetsu morre na sua alegria. Ou na redução da sua dor. A ação em shinsetsu é sempre de graça. Sem gratuidade, ela não existe.

CAPÍTULO 19

Gotas de júbilo para melancólicos

Quem age em shinsetsu também antecipa efeitos na hora de agir. Shinsetsu também é cálculo. Mas aqui o número de variáveis envolvidas é bem menor. Estamos falando de uma adequação simples entre o meio empregado pelo agente e o fim visado por ele do beneficiário da sua ação.

A expectativa de quem age em shinsetsu morre no outro, afetado por sua ação. Expectativa de que sua potência se eleve. De que se alegre. De que sofra menos. De que tenha uma comodidade. Um alívio. E ponto-final. Uma senhora carrega uma criança no colo e sacolas. Alguém oferece ajuda. Segura as sacolas e a acompanha até um ponto de ônibus. Se a senhora tivesse que carregar tudo sofreria mais. Quem a

auxiliou diminuiu seu sofrimento. E fim de papo. Fim de shinsetsu.

Assim, não há que esperar nenhuma continuidade nesse encadeamento de causas e efeitos. Algo do tipo: como eu diminuí seu sofrimento, ela agradecerá, sorrirá, dará uma bênção ou qualquer outra retribuição que estiver ao seu alcance.

Porque quem age em shinsetsu não vislumbra nenhum ganho decorrente da sua ação. Não espera retorno. Recompensa. Pagamento. Nem mesmo gratidão. É a gratuidade da iniciativa. Shinsetsu é sempre gratuita. Nenhuma contraprestação esperada. O que nem sempre favorece o reconhecimento de seu valor. Sobretudo numa sociedade como a japonesa. Em que ações assim estão por toda parte. Em abundância. Sem nenhuma raridade.

Shinsetsu não diz. Mas espera ansiosa pelo livro prometido. Exulta de alegria. Nunca imaginou. Essa homenagem que lhe prometeu Moral no aeroporto jamais aconteceria em seu próprio país. Por estar sempre em todos os lugares, Shinsetsu é vista como arroz de festa. Figurinha carimbada. Nada além de uma garota legal, que, estando sempre à mão, quase nunca é notada.

Shinsetsu, na sua casa, só chama atenção nos seus raros instantes de ausência. Bastam alguns segundos fora do recinto para que alguém descambe para a grosseria. Ou simplesmente perca a oportunidade de estender a mão. Nesse caso, e só nesse caso, todos perguntam por ela. Sua presença é requisitada com urgência. Num lugar onde todo mundo preza pela gentileza, amabilidade e respeito quase o tempo todo, deparar-se com Shinsetsu é como tomar água. Não dá para grandes deslumbres.

Por outro lado, ninguém, acostumado com Shinsetsu, tolera sua ausência. Mesmo que por instantes. O que leva a japonesa a se perguntar: será que meu valor só é reconhecido quando alguém sente falta de mim? No desejo da minha presença? Em pleno Eros por gentileza e respeito, quando o mundo descamba para a barbárie, foi preciso viajar, conhecer outros lugares, outros povos, para ter certeza de que nem sempre é assim.

Nesses lugares distantes de casa, Shinsetsu é joia rara. Biscoito fino. Observada já na sua chegada. Com admiração. Deixando homens e mulheres boquiabertos. Quem é aquela? Você conhece? Elegante, discreta, sorridente, solícita, carinhosa, Shinsetsu encanta. Em plena presença. Alegria no

encontro. Sem desejo nem Eros. Sobretudo entre os mais acostumados a levar patada. A cada ação gentil, amável, respeitadora. Desarma espíritos belicosos. Gotas de júbilo para os melancólicos.

CAPÍTULO 20

O sábio nada sabichão

A parceria de shinsetsu com a gratuidade está na origem da filosofia ocidental. A certeza de que o outro é muito importante e, por isso, deve-se considerá-lo na hora de deliberar já constava dos primórdios da nossa maneira de pensar. Agir para melhorar a vida de alguém não requer contrapartida alguma. Não há o que compensar. Pelo contrário.

Essa entrega dignifica. Vale mais para quem proporciona do que para quem recebe. Enquanto este ganha uma carona, um livro, um sorriso, um auxílio, um abraço, uma saudação, aquele carimba com o selo da virtude sua vida, seu

comportamento, sua atitude. Por tudo isso, o maior beneficiado é quem beneficia. Quem sai ganhando na troca.

No sentido contrário, nada pior do que prejudicar, entristecer, magoar, lesar. Nada mais nefasto do que dar causa a uma injustiça. Deliberar e agir injustamente. Antes ser prejudicado, lesado, agredido do que autor desses males. Antes ser vítima de uma injustiça do que seu agente causador.

Quando falamos em começo da filosofia ocidental, lembramos logo da Grécia. De Atenas. E com todo o respeito aos chamados pré-socráticos, o nome da categoria já diz tudo. Antes de Sócrates coisas importantes foram pensadas.

Mas não o suficiente para merecer, por elas mesmas, lugar na história do pensamento. Reconhecidas pela sua anterioridade. Por terem surgido antes. Forma simbólica de rebaixamento. Assim, pertinente ou não, Sócrates é o grande marco a partir do qual temos certeza de estar filosofando.

Querofonte perguntou ao oráculo de Delfos se haveria em Atenas alguém mais sábio do que Sócrates. Esse oráculo é um representante de deus. Um porta-voz. E deus, por meio dele, respondeu que não. Isso significa que Sócrates era, verdadeira e indiscutivelmente, o mais sábio dos homens.

Afinal, sendo o campeão de Atenas em sabedoria, era automaticamente o campeão do mundo. Mais ou menos o que acontece com o basquete nos Estados Unidos, com o xadrez na Rússia ou com o sumô no Japão.

Mas Sócrates, como costuma acontecer com sábios, não viu, nessa resposta divina, nenhum motivo para se gabar. Pelo contrário. Na verdade ele nem entendeu por que deus teria dito aquilo. O que estaria querendo dizer? Justo ele! Que sabia muito bem a extensão da sua ignorância. Que tinha plena consciência de nada saber. Que admitia sua dúvida perante todos. Que só sabia que nada sabia. Não fazia muito sentido.

Mas como deus tem sempre razão, sabe o que diz, Sócrates – estando ou não de acordo – era o mais sábio. Aparente paradoxo. Sabe que não sabe nada e, ainda assim, é o mais sábio. O que então o colocaria à frente de todos os demais no quesito sabedoria?

Ora, ao afirmar que nada sabe, demonstra saber pelo menos uma coisa – exatamente isto: que nada sabe. E saber que nada sabe não é pouco. Nem para qualquer um. Por saber que nada sabia, encontrava-se anos-luz à frente de todos os demais que acreditavam saber algo. Ou muito. Um

que se crê ignorante – por ser consciente da própria ignorância – torna-se o mais sábio. Sabichões que se creem sábios – iludidos pelo que acreditam saber – são os mais ignorantes.

Veja, querida leitora e querido leitor. A maturidade intelectual que resulta na consciência da própria ignorância é o marco fundador do pensamento ocidental. Aponta para um discernimento humilde ante a complexidade de temas centrais para a vida de cada um de nós. Como a justiça, a beleza, a coragem, a eternidade, Deus etc. Disposição para ir atrás de verdades e saberes que ainda não foram alcançados.

Peço agora que avalie quanto – nos dias de hoje –, seja na vida escolar/universitária, seja no mundo do trabalho, essa humildade seria desvalorizada, incompreendida e até ridicularizada. O comportamento esperado, aplaudido, bem remunerado, profissional e assertivo se funda na arrogância dos falsos saberes, das convicções e das certezas que tranquilizam.

CAPÍTULO 21

Ensinar a pensar

A resposta do oráculo, ao indicar Sócrates como o mais sábio, é interpretada como uma missão. Mas qual? Poderíamos apostar na busca solitária da verdade das coisas do mundo. Ou na busca também solitária de verdades metafísicas. Mas não.

A missão que Sócrates acreditava ser a sua, missão essa dada por deus, era de proporcionar às outras pessoas condições intelectivas para pensar melhor. De ensinar a refletir. Uma vida dedicada ao outro, portanto. À sua lucidez. Por meio de perguntas embaraçosas, que, no dia a dia, ninguém faz.

Obrigá-lo a repensar certezas já consolidadas. Desmontá-las, denunciando sua inconsistência. Levá-lo a reconhecer a ignorância. Motivá-lo a encontrar novos caminhos de pensamento. Admitir que o que foi proposto ainda não é satisfatório. Missão educativa, portanto. De um instrutor de pensamento. Um autêntico *personal thinker*.

Assim, muito mais importante para Sócrates do que chegar solitariamente a verdades filosóficas ignoradas em seu tempo e por seus pares, era fazer com que as pessoas que encontrasse pensassem diferente. Não se contentassem com aquilo de que já dispunham. Superando-se no uso da razão. Sócrates oferecia treinamento *outdoor* e ensinava a sair da caixa, diria um RH qualificado nos dias que correm.

Dessa forma, Sócrates não se preocupa com a física ou com os princípios do universo, como os pensadores que o antecederam. Seu interesse era pelas pessoas. Pelos temas propriamente humanos. Afinal, se a missão era ajudá-las a pensar, a abordagem de seus pupilos seria facilitada se as temáticas lhes dissessem imediatamente respeito.

Sócrates agia em *shinsetsu*. Considerava seu interlocutor. Tanto que dialogava com ele. Coisa que muitos educadores contemporâneos se recusam a fazer. Ao dialogar,

Sócrates se via obrigado a elaborar discursos a partir do que era dito pelo outro. Quer forma mais explícita de consideração do que o diálogo?

Entenda. O diálogo que Sócrates propõe não é um bate-papo livre. Uma conversa desregrada para entreter. Trata-se de um método. Uma didática. Para aprender a pensar direito. Com procedimentos imperativos. Com perguntas precisas, que evitam as grandes retóricas e suas seduções. Sobre temas como o amor, a morte, a política, a educação, a amizade, a beleza, a coragem etc.

Tal como o passageiro japonês – que, por sua escolha, definiu o conforto da sua viagem em função da minha resposta –, Sócrates definia os caminhos argumentativos que percorreria em função dos argumentos enunciados pelos seus interlocutores. Ali mesmo. No calor da conversa. Uma autêntica aula particular.

E, como se não bastasse, Sócrates não vivia disso. Vivia para isso. Nunca cobrava nada de ninguém. Seus encontros, embora proporcionassem a todos com quem conversava um ganho extraordinário de lucidez, eram inteiramente gratuitos. De fato, não acreditava que devesse receber pelo que fazia. Talvez por saber que todo avanço nas coisas da

lucidez é a atualização de competências latentes, inscritas desde sempre na alma de todos.

E o leitor incrédulo pergunta: mas Sócrates nunca recebeu nada de seus alunos? Claro que sim. Sentindo-se ameaçados, alguns resolveram levar o mestre a julgamento. Com a acusação meio vaga de desvirtuar a juventude e não cultuar os deuses de Atenas. Quer mais? Condenaram-no à morte.

Pronto. Se você queria saber, está aí. O pagamento recebido pelo seu treinamento. Condenado a tomar cicuta. A morte de Sócrates revolta porque é injusta sua condenação. Porque esperávamos outro tratamento por parte dos cidadãos de Atenas. A quem só fez coisas boas. E aqui aprendemos. Ainda com Sócrates. A não esperar por muita coisa. Em especial, por alguma gratidão. Esperança arriscada. E ignorante. Do homem. Da sua história. Dos seus afetos. E das suas escassas virtudes.

CAPÍTULO 22

Toma lá, dá cá

Uma atitude amável costuma gerar expectativa – por parte do agente – de alguma manifestação de agradecimento. Como um muito obrigado. Um sorriso. Uma inclinação de corpo. A postura impassível por parte do beneficiado faz pingar no cadinho das reações afetivas da alma do agente uma gota de azedume. Ou de amargor. Nunca aprendi direito a diferença.

Estamos em São Paulo. No ônibus. Em direção à praça da Bandeira. Percurso de todo dia rumo à faculdade. No largo de São Francisco. Estou sentado. Um senhor entra, e não há lugares vagos. Levanto-me e ofereço o assento que ocupava. Ele se senta. Não só não agradece como nem sequer olha na

minha cara. Lembro que fiquei chateado. Não deveria. É preciso saber viver com os outros como eles são.

A chateação decorre de expectativa tola. Aliás, o erro é sempre de quem espera. Relativo a coisas que passam pela nossa cabeça. Porque as coisas do mundo são o que são. E nunca estão erradas. E por que não deveríamos esperar gratidão? Porque a ação em shinsetsu não é uma troca. Do tipo: “Eu cedo o meu lugar e você me cede o seu em agradecimento”.

O fato de algum gesto de reconhecimento habitualmente seguir uma ação empreendida em função do bem alheio não deve determinar tristeza na sua ausência. Shinsetsu é causa bastante da alegria de quem age. Não requer complemento.

Essa autossuficiência fica mais clara quando a identidade do agente em shinsetsu é ignorada pelo beneficiado com sua ação. Isso acontece, por exemplo, quando agente e beneficiado não se encontram. Ou quando este último ignora a identidade de seu benfeitor. Nesses casos, quem age o faz sem nenhuma expectativa de algum retorno agradecido.

Em viagem a trabalho para Angola, um comissário no alto-falante anunciou a chegada do nosso voo com atraso. Comunicou que aquela aeronave faria escala em Luanda. A

mais breve possível. E que decolaria na sequência para Johannesburgo.

Pedi aos passageiros que recolhessem tudo de descartável do que fora consumido para acelerar “o trâmite” de escala. Todos se mobilizaram solidariamente. Alguns se levantaram de seus assentos para recolher utensílios em todas as partes da aeronave.

Ocorrência surpreendente para muitos. Afinal, a julgar pelo cálculo estratégico custo \times benefício do egoísta, tudo que acontecesse naquela aeronave, com seus futuros passageiros, após o próprio desembarque, seria problema alheio. Daqueles que esperavam impacientes pelo próximo embarque e por uma decolagem pontual. Porque sempre é possível ter do homem a pior concepção possível. Simplesmente estratégica e mesquinha. Que o aproxima da animalidade no cio.

Porém, por alguma razão, naquela aeronave, uns se empenharam por outros. Sem conhecê-los, provavelmente. Estes últimos nunca encontraram seus benfeitores. Também ignoram suas identidades. Daqueles que durante minutos limpavam tudo o que puderam. Dispensando – em grande medida – os serviços de faxina em solo. Ignoram até mesmo

o ocorrido. Não cogitarão sobre isso. Eis um exemplo de shinsetsu às cegas. Na invisibilidade.

Da mesma forma, chamou a atenção da nossa mídia esportiva o comportamento da torcida do Japão durante a Copa do Mundo realizada no Brasil. Deixavam o estádio limpo. Não só o setor por eles ocupado. Mas todo o estádio. Para o conforto de usuários vindouros.

Quando interrogados por nossos repórteres, os torcedores japoneses nem sequer compreenderam o interesse jornalístico pela conduta – para eles – tão óbvia. De civilidade elementar. Como no caso dos passageiros no interior da aeronave, os torcedores japoneses agiam em shinsetsu no completo anonimato. Invisíveis. Semelhantes. Uniformizados. Indistintos.

Experiência vivida na Universidade de Estocolmo também é um exemplo primoroso. Funcionários, professores e alunos que chegavam à universidade mais cedo estacionavam seus veículos em vagas mais distantes da porta de entrada. Dessa forma, as remanescentes, mais próximas da entrada dos edifícios, ficavam disponíveis para os retardatários.

Talvez entendêssemos todos como mais justo que os primeiros a chegar escolhessem à vontade suas vagas. E, normalmente, optassem pelas mais cômodas, mais próximas de seus destinos. Mas conversando informalmente com usuários daquele estacionamento percebi que todos relacionavam o “chegar antes” com ter mais tempo para deslocamentos a pé, e não com o direito a um maior conforto. E quem chegasse tardiamente a dispor de menos tempo. Devendo, assim, encurtar distâncias.

Uma jovem, intrigada com a minha curiosidade, afirmou em tom de obviedade: “Nosso objetivo comum é que todos cheguem no horário”. Novamente, quem age em shinsetsu o faz na invisibilidade, na cegueira do beneficiado.

Um amigo chamado João, empresário bem-sucedido, se dispôs a premiar alunos esforçados de segmentos mais carentes da nossa sociedade. Arcou com os custos da entrada de trinta deles, selecionados por mim, em um evento de ética para público corporativo. Mas pediu-me que em hipótese alguma sua identidade fosse revelada.

Assim, quando do evento, João observou com atenção a participação de seus beneficiados. Conversou com eles sobre a vida que levavam e sobre o enriquecimento que as

palestras lhes estariam proporcionando. Estes, eufóricos, comentavam, destacavam, discordavam. Mas ignoram até hoje a identidade daquele que lhes permitiu aquela experiência.

Sem gratuidade, shinsetsu não seria shinsetsu.

CAPÍTULO 23

Luzes cegas da cidade

Luzes da cidade e *Tempos modernos* fazem lembrar o sábio Epicteto. Para quem a vida é constituída por dois tipos de situação: as que dependem de quem as vive e as que não. De um lado, tramas atravessadas por infortúnios. Um acaso nada generoso. E boas surpresas, de vez em quando. De outro lado, muita vontade. Muita iniciativa. Com obstinação, até.

De fato, a vida para Epiteto e para Carlitos nunca se mostrou simples. O escravo romano e o excluído americano parecem ter muito em comum. Para ambos, nenhuma vida estaria completamente nas mãos de quem a vive, do tipo “querer é poder”. Tampouco inteiramente nas mãos do acaso. Tipo “deixa a vida me levar”.

Os desfechos desses filmes de Carlitos registram magistralmente essa ambiguidade. São tramados de forma mais leve e em parceria com o receptor. As cenas finais terminam em aberto, pois não explicitam a sorte que o vagabundo terá.

Será que a ex-cega de *Luzes da cidade* vai se apaixonar por seu benfeitor? Mesmo tendo imaginado, o tempo todo, tratar-se de um milionário? E descobrindo só no final sua verdadeira identidade? Será que o esforço, a gentileza e o carinho serão, por fim, retribuídos? Qual será a reação final da moça?

Não sabemos, pois o filme acaba em lindo close do olhar feliz de Carlitos, que parece absolutamente satisfeito. Apenas por saber que a moça, graças a ele, havia prosperado. Além de também poder enxergar.

O filme nos conta o empenho de Carlitos pela florista cega. Os resultados efetivos de seu esforço. Mas ignora qualquer eventual recompensa. O espírito de *shinsetsu* reluz em todo o seu esplendor. A cegueira da moça e a ignorância da identidade de seu benfeitor asseguram a perfeita gratuidade de toda a sua iniciativa.

Aliás, o recurso da cegueira e da invisibilidade para elucidar questões morais remonta ao começo da filosofia. Como veremos a seguir.

CAPÍTULO 24

Anel de canalha

Platão conta a história de Giges. Um pastor boa gente. Apreciado por todos. Comportamento gentil, amável e respeitador. Alguém que todo mundo queria por perto. Um belo dia ele encontra por acaso um anel. Acaba descobrindo que ao virar o anel em direção à palma da própria mão tornava-se invisível.

Essa possibilidade de se tornar invisível – conferida, no caso de Giges, pela posse do anel – está presente no imaginário do homem e da mulher desde sempre. Costuma vir acompanhada de outra possibilidade: de fazer o que jamais se teria coragem de fazer, não fosse a condição de invisível. E, dessa forma, a obtenção de vantagens

decorrentes dessa ação que também seriam impensáveis ante o olhar controlador de qualquer outro.

De fato, o anel de Gíges – e a invisibilidade que proporciona – blinda seu portador ante qualquer controle de terceiro. Assim, de posse do seu anel, Gíges se aproveita. Age como jamais teria agido antes. Faz o que jamais teria feito. Invade o palácio. Seduz a rainha. Mata o rei. E governa em seu próprio proveito.

O desfecho dessa história permite refletir sobre a conduta do pastor antes do anel. Será que Gíges era mesmo um cara legal? Se não era, agia como tal. Pergunta: agir bem basta? Parece que não. Importa a razão pela qual ele agia daquela forma. E essa razão não está acessível a qualquer um. Nunca teremos certeza do que passa na cabeça do outro. Ele próprio talvez tenha consciência do porquê da sua ação. Ou não.

Gíges agia em *shinsetsu*. Gentil, amável e respeitosamente. Só porque estava sendo observado. Talvez ele não soubesse disso. Mas acabou tendo que descobrir. E nós descobrimos junto com ele. Porque ao tornar-se imune, blindado ante o olhar alheio, mudou sua conduta. Abandonou *shinsetsu*.

Peço ao leitor que interrompa a leitura. Que se imagine portador do anel. Que se veja invisível aos demais. Nada do que venha a fazer lhe será atribuído. Você produzirá os efeitos que quiser, mas nunca será por eles responsabilizado. Agora, imagine o que faria se ninguém pudesse te ver?

Suponho que esteja pensando em consequências vantajosas, agradáveis, que não estão em suas mãos. Porque – visível – acha arriscado lhes dar causa. Giges fez o mesmo. E executou seus planos. Invadiu o palácio. Não sei se você tinha pensado nisso. Talvez tenha. Giges matou o rei. Ficou com a rainha.

E você? Se invisível, mataria o rei? Ficaria com a rainha à força? Mataria ou espancaria todos que te desagradam? Agrediria idosos? Pessoas que te pareçam antipáticas? Antigos desafetos? Pegaria o que não é seu? Cuspiria por diversão na cara de transeuntes? Furaria o pneu de carros pomposos? Invadiria lugares privativos? Devassaria a intimidade de quem se imagina sozinho? Aproveite. É agora ou nunca. Ninguém sabe por quanto tempo dura o efeito do anel.

Se me disser que faria isso e muito mais, só posso torcer para que nunca encontre o tal anel. Em nome de todos esses

que você agrediria se não estivesse sendo vigiado. Mas você pode, com sinceridade, garantir que nada mudaria. Visível ou invisível. Que a invisibilidade em nada afetaria seu modo de agir. Porque não há nada na sua vida que precise ser escondido. Que não possa ser visto por quem quer que seja.

Talvez não precisemos de um exemplo tão radical como é esse de Platão. Sua radicalidade parece nos proteger. Fantasioso demais para servir de referência. Já que nunca seremos invisíveis, a dica é ser canalha só quando der. Quando a barra estiver limpa. Por isso, melhor arrumar outro exemplo, mais provável de acontecer.

CAPÍTULO 25

Moral sem celular

Você tem relação afetiva estável. Espera do parceiro exclusividade de intimidades físicas. Você trabalha numa empresa implantada em todo o território nacional. Vê-se designado para implementar um projeto em local distante. Com acessos difíceis e raros. Pode passar dias sem ser contatado pelo cônjuge.

Outros colaboradores da mesma empresa são conduzidos a esse mesmo local. Entre eles alguém que te desperta atração. As possibilidades são muitas de encontros a dois. Sem ninguém por perto. Mesmo não sendo Las Vegas, o que acontece ali morre ali. Como se não bastasse tudo isso, essa

pessoa por quem se sente atraído também demonstra vivo interesse numa aproximação física.

Essa é toda a graça da moral. E de shinsetsu também. Qual graça?, você pergunta. A de poder sacanear à vontade sem ninguém ficar sabendo? Querido leitor e leitora, claro que não. A sacanagem é o deleite do canalha. A graça da moral é outra.

Quando não houver mais ninguém olhando, quando desaparecer o medo de um flagrante, ainda assim sempre haverá alguém em condições de refletir e não concordar com seus primeiros impulsos. Você mesmo.

Quando desaparecer o aplauso fácil, o olhar admirado que flagra a generosidade, a testemunha que divulga a atitude virtuosa e rara, aí, sim, finalmente aparecerá shinsetsu. Que não se interessa por nada disso. Que só quer mesmo tirar o outro do enrosco em que se encontra.

Se assim não fosse, nossas ações seriam apenas o resultado da presença ou não de um fiscal. Seríamos governados de fora. Teríamos nos tornado escravos, portanto.

Se há alguma diferença entre um canalha e uma pessoa de bem é que o primeiro é escravo dos seus desejos e vítima

do olhar externo. Só pode agir como canalha se não houver controle. Está à mercê do que não controla para poder ser quem é.

Já a pessoa de bem pode agir sempre segundo a própria consciência. Por isso moral tem a ver com liberdade. Talvez seja a própria liberdade. Essa autonomia ante o olhar do outro vale para deuses, monstros, orquestrações justiceiras da natureza, combinações punitivas do acaso etc.

Toda decisão que vem acompanhada de advertências, como “Deus tá vendo”, “desse jeito você vai para o inferno”, “aprontou, agora ficou pobre, ficou cego, tomou chifre da mulher”, “povo pecador, agora está sendo castigado com a seca, com a peste, com a miséria”, não são morais.

Agir na moral ou em shinsetsu é deliberar soberanamente – pela própria consciência – sem que os deuses e os homens precisem ficar sabendo. Só você sabe o que deve fazer e não precisa de ninguém para te chantagear. Nem te premiar. A beleza das duas reside na solidão deliberativa. Sem prêmios nem castigos. Você vale pelo bem que decide fazer. Pelo mal que não se autoriza fazer.

CAPÍTULO 26

Gentileza gera gentileza. Quem dera!

E se você me perguntar o que se ganha com o respeito a princípios de conduta entendidos racionalmente como justos, sobretudo tendo que abrir mão de vantagens, ganhos e prazeres, eu te respondo na lata: nada. Nada além da consciência de ter feito o que era devido.

Nada mais importa. Mesmo que ninguém venha a saber o que você fez. Nem mesmo o beneficiado pelo seu gesto, ou o poupado pela sua contenção. Imaginemos que você – agindo bem – marque pontos para uma vida eterna tranquila e sem problemas em meio aos que ama. Ou, quem sabe, as

forças do universo se organizem para te recompensar. Quem pode saber? Essa é a nossa torcida. Nossa esperança. Como gostaríamos que fosse. Que assim seja.

Mas a moral é fazer o bem por fazer o bem. É decidir e agir bem por decidir e agir bem. E vou mais longe. Se você consegue se dar conta – ou não – de que a vida fica mais leve quando você abre mão de inclinações egoístas para não prejudicar ninguém, isso também é irrelevante para a moral.

Tudo não passaria de egoísmo travestido. Além do mais, estaríamos dependentes de nossos instáveis sentimentos e de nossa claudicante percepção deles para fazer o bem.

Em programa televisivo, a apresentadora – por quem tenho grande simpatia – pede meu comentário a respeito da atitude de um motorista de ônibus que encontra no final da linha, no interior do veículo, um pacote de dinheiro em espécie que algum passageiro teria esquecido ou deixado cair. Ele poderia simplesmente ter se apropriado do que não era seu. Mas faz um enorme esforço para encontrar o dono e devolver o dinheiro. Todos no programa aplaudem a iniciativa.

Segundo seu relato, depois daquilo sua vida mudou. Tudo começou a dar certo. Ele já está trabalhando com

transporte executivo. Tendo ganhos mais elevados. E não faltam clientes. Em breve ele poderá comprar o carro que usa para aquele serviço e tornar-se um autônomo. Quem sabe um empreendedor.

Nesse momento a apresentadora dirige-se a mim e pergunta: “Quando fazemos o que é certo, tudo acaba dando certo na vida, não é, professor?”. Gelei e suei frio. A pauta estava dada. A expectativa da audiência – ávida por justiça – era óbvia. Gestos bons serão recompensados. O próprio motorista garantiria que a vida já tinha mudado.

Na saia justa, optei por certa fidelidade ao que sempre acreditei. E com delicadeza, para doer menos, observei que não seria fácil estabelecer um nexos de causalidade entre a atitude honesta e as alegrias que se seguiram. Continuei, sempre medindo as palavras. Muita gente que só fez o bem a vida inteira acabou se dando muito mal.

Porque o que acontece na sequência de uma conduta honesta depende também de outras variáveis, nem sempre controladas pelo agente. Nem sempre vinculadas à sua honestidade. Para cada motorista virtuoso que a produção do programa possa descobrir, o mundo da vida alocará milhares de pessoas traídas, humilhadas, aviltadas, enganadas

imediatamente após terem agido de maneira moralmente irretocável.

Quando estamos nas mãos do acaso, todo equilíbrio justo é uma doce ilusão. Pura ingenuidade. E depois de dez anos de vacas magras talvez tenhamos uma eternidade de vacas mortas.

Se decisões morais são gratuitas e, para muitos, se esgotam num jeito de pensar, shinsetsu não é diferente. Prefere verificar se a ação trouxe de fato as consequências imaginadas pelo agente. Se shinsetsu gera shinsetsu, ou outra coisa que o valha, é irrelevante para o agente. Importa que a vida do outro melhore. Só isso.

Era um bate e volta ao Recife. No embarque, um casal de comissários sorria na porta da aeronave saudando os passageiros. Retribuí a gentileza e avancei pelo corredor. Assento 2C. Naquela aeronave, ao lado direito de quem se dirige ao fundo, não havia a fileira 1. Local privilegiado. Corredor, primeira fileira. Bastante espaço para esticar as pernas.

Porém, alguém já ocupava meu assento. Uma criança de uns 10 anos. Acompanhada pela mãe sentada no assento do meio. Sorrindo, informei tratar-se do meu lugar. A

comissária prontamente intercedeu. Explicou-me que mãe e filho tinham sido separados no *check-in*. Se eu não me incomodaria de trocar de lugar? Amável, respondi: “De jeito nenhum. Para onde devo me dirigir?”. Ela então me informou que o único assento vago na aeronave era o 32B. Última fileira, assento do meio.

Ao me aproximar da fileira indicada, flagrei o desapontamento dos dois indivíduos que já ocupavam os assentos da janela e do corredor. E com seus cacarecos acomodados entre eles. O mau humor dos meus vizinhos antecipava um trajeto de pouca amabilidade e algumas cotoveladas.

A frase “gentileza gera gentileza” veio à cabeça. Desmentida pela experiência daquele voo. Segundo a segundo. Quando precisei ir ao banheiro e pedi licença, o deslocamento do meu vizinho veio acompanhado com um bufante “era só o que me faltava”.

A experiência ensina. Não a agir diferente e deixar de ser *shinsetsu*. Mas a esperar diferente. E não contar com moleza na fileira do fundo por causa da gentileza feita na fileira da frente.

CAPÍTULO 27

A hora da estrela

Um exemplo de conduta moralmente irretocável e delicada gentileza, com consequências tristes para o agente, é a personagem Macabéa da *Hora da estrela*, de Clarice Lispector.

O narrador, Rodrigo S. M., conta a história de uma jovem alagoana de 19 anos. Órfã. Criada por uma tia “religiosa e moralista”. Sem carinho, sem amor, sem alegria.

Sua tia regozijava ao castigá-la. Cascudos na cabeça. Quase sempre sem motivo. Privava a sobrinha de sua única alegria: goiabada com queijo. Apesar de tudo, Macabéa sempre tratava a todos – inclusive a tia – com respeito, amabilidade e gentileza.

Vencida uma infância miserável, sem amigos, sem ninguém que a quisesse bem, nossa heroína muda-se para o Rio de Janeiro. Faz um curso de datilografia e consegue um emprego. Salário inferior ao mínimo. Com o falecimento da tia, desaparece a principal causa de sua tristeza. Mas não a única. Passa a residir em uma pensão. Compartilhando o quarto com mais quatro mulheres. Dormia mal, por tosse crônica, azia e fome, que tentava enganar comendo pedacinhos de papel.

Macabéa era esquelética e muito pálida. Não se alimentava direito. Seus luxos consistiam em pintar de vermelho as unhas, que roía depois; comprar uma rosa; e, quando recebia o salário, ir ao cinema. Seu sonho era ser estrela. Como Marilyn.

Dispersa, desfocada e frequentemente equivocada, Macabéa é demitida. Mas seu chefe, Raimundo, arrepende-se e volta atrás. Quando recebe da demitida um pedido de desculpas por todos os transtornos que causara.

Conserva, então, seu emprego. Seja por não receber quase nada, seja pelo comportamento com todos. Aqui, você, leitor e leitora, poderia levantar a mão. Viu?!! O comportamento em *shinsetsu* de Macabéa garantiu-lhe o

emprego. Fez o bem e se deu bem. Mas não se precipite. Vejamos a sequência da trama.

Tempos depois, Macabéa conhece Olímpico de Jesus, seu primeiro e único namorado. Zero romântico. Sovina, sugeria sempre programas gratuitos. Como ocupar bancos de praça, com chuva ou sol. Um dia, Olímpico convida Macabéa para um café no bar da esquina. Mas vai logo avisando: se com leite for mais caro, você paga a diferença. Pouco compreensivo, aborrecia-se rapidamente com as perguntas da namorada. E esta sempre se desculpava.

Depois de muitos maus-tratos, o famigerado namorado conhece Glória. Colega de trabalho de Macabéa. Encanta-se por ela e rompe com nossa heroína. Sua fragilidade física só aumenta. Vai ao médico e descobre ter tuberculose. Sem entender a gravidade, não faz o tratamento prescrito.

Já no desfecho da obra, aconselhada por Glória – colega que lhe roubara Olímpico –, Macabéa visita uma cartomante. Madame Carlota. Pela primeira vez, é levada a vislumbrar um futuro bom. Com recursos. Amor e carinho. Haveria de se casar com um estrangeiro rico, que a trataria muito bem.

Energizada pelas previsões da cartomante, toma, saltitante, o caminho de casa. Atravessa a rua sem olhar. E é

atropelada por uma Mercedes-Benz. Caída na calçada e sangrando, seu fim é testemunhado por inúmeros espectadores que se aglomeram ao seu redor. Sem que nenhum ofereça socorro. Macabéa tosse pela última vez. Cospe sangue. E morre. Havia chegado, enfim, a hora da estrela.

CAPÍTULO 28

Muros, jardins e primaveras

Toda cidade deve se fundar na justiça e no direito. Mas isso não basta. Os fins de uma cidade vão além de garantir soluções justas nas relações e proteção aos direitos de cada um. Para além da justiça, e do direito, toda cidade deveria criar condições para uma interação efetivamente feliz. A lei e a justiça não dariam conta. Ocupam-se da ponta do iceberg. O resto das relações acaba mesmo ficando nas mãos de cada um. Onde shinsetsu costuma estar presente.

Shinsetsu vai além do direito. Às vezes o enfrenta. Às vezes porque a consideração pelo outro surge em situações desprezadas pelo ordenamento jurídico. Este cuida do mais elementar. Do que é obrigatório respeitar. Do que é

inaceitável transgredir. Mas não dá conta de tudo. Embora esteja, lei a lei, caminhando para isso.

Shinsetsu é mais flexível. Delicada. Aparece nas fendas. Nas fissuras. Complementa. Preenche. Se você levanta cedo e vai comprar pão fresco e quente na padaria para as pessoas que moram na mesma residência age em shinsetsu. Mas é invisível para legisladores e magistrados.

Shinsetsu vai além do direito. Às vezes porque enfrenta o direito. Relativiza. Suaviza. Denuncia com sua leveza o exagero, a truculência, o egoísmo daquela garantia legal. Porque é recomendável considerar o outro mesmo quando o direito autoriza expressamente ignorá-lo.

No exemplo da nossa introdução, o japonês tinha direito de reclinar o banco. Mas shinsetsu permitiu que ele impusesse a si mesmo uma preocupação e uma atitude desprezadas pelas regras de convivência no interior da aeronave.

Da mesma forma, o direito de propriedade é considerado justo em muitas sociedades. Tanto que as leis o protegem. As Constituições o consagram. Claro que poderíamos pensar em algum abuso. Que, por ser abusivo, não é mais direito. Assim

diria o civilista Antonio Junqueira de Azevedo, um dos melhores professores que tive.

Como construir no telhado da sua casa uma chaminé direcionando a fumaça para o vizinho. Por espírito de porco. Ou de emulação, como diriam os pomposos. Ressalvados esses casos, todos esperam respeito à casa que pertence a alguém, ao carro, utensílios, roupas etc. É de inteira justiça fazer triunfar o direito de propriedade e proteger o que é seu.

Apesar de tudo isso, essa pretensão não garante tudo de bom que a convivência entre as pessoas pode proporcionar. Que o leitor me entenda bem. Não se trata aqui de uma apologia do fim da propriedade privada. Que as pessoas conservem para si o fruto do suor do seu trabalho. É protegido pelas leis de quase todas as sociedades.

Destacamos apenas que esse direito de propriedade não garante a plena realização das pessoas. O que de mais importante devemos almejar e podemos conseguir. Ao que parece, essa plena realização requer algo mais do que ações justas e protegidas pelos direitos reais.

Aqui vai um exemplo que não é apenas mais uma produção literária genial. Trata-se de uma história que permite – por intermédio de enredo, trama, cenário e

personagens facilmente imagináveis – alguma atribuição de sentido ao que estamos falando: o conflito possível entre shinsetsu e o direito.

Não basta uma linda narrativa. Um bom exemplo tem que jogar a luz. Uma função que vai além do prazer que desperta a obra literária. A de ensejar conexões entre as ideias apresentadas por quem as exemplifica e o repertório do receptor/leitor. Uma função heurística, diriam os mais pomposos.

Oscar Wilde viveu pouco: 46 anos. Ao longo da segunda metade do século XIX. Morreu em 1900. Um conto de sua autoria nos interessa muito. A narrativa começa com o regresso para o lar de um gigante que permanecera sete anos longe de casa, a convite de seu amigo, o ogro da Cornualha.

E se você achou, por causa desse último nome, que o gigante ao chegar em casa surpreendeu a mulher com outro, errou. Não é por aí que avança a narrativa de Wilde. Seria previsível demais, uma piada pronta e tosca. Retornemos ao conto.

Voltando de viagem, o gigante fica sabendo que durante sua estada na casa do amigo ogro as crianças – todo fim de aula – brincavam diariamente no seu jardim. Na primavera

– estação mais adequada a brincadeiras ao ar livre – a alegria contagiava. E, por isso, ano após ano a mais colorida das estações deu o ar da sua graça na casa do gigante. Com seu frescor, suas flores, pássaros etc.

Acontece que o nosso amigo gigante não gostou nada da novidade. “No meu jardim? Logo no meu jardim? O que estão fazendo no meu jardim?”, pergunta com sua voz de gigante. “O meu jardim é meu. Qualquer um pode entender.”

Sua indignação – escorada no direito de propriedade – era, de fato, óbvia e compreensível. Ante uma agressão, por parte das crianças, ao seu direito de usar, fruir e dispor, como dizem os juristas. O fruir tem a ver com usufruir ou gozar aquilo que é seu. Dispor é poder usar, mas também alugar, vender, doar etc.

Sendo único proprietário daquele imóvel, o gigante estava no seu direito de impedir que as crianças fruissem o seu jardim. “Eu só autorizo eu mesmo a jogar. Fora!”, vocifera, com fúria de gigante.

As crianças se escafedem dali num piscar de olhos. “Pernas, para que te quero!”, diziam os letrados mais antigos. Para evitar futuros dissabores, o gigante constrói um muro do seu tamanho. Vedando não só a entrada de

qualquer pessoa, mas também toda contemplação do seu jardim.

E, para os mais relutantes, fixa no portão uma placa, com dizeres do tipo “Não estacione, sujeito a guincho”, ou “Propriedade privada, proibida a entrada”. Ou, ainda, “Cão bravo, não entre”. Impedidas de frequentar o jardim, as crianças perderam o lazer por falta de outro lugar para brincar nas imediações.

Mas a decisão do gigante desencadeia outro efeito. Inesperado para ele. A primavera seguinte, que chegou para todos, não conseguiu transpor seu muro. Sem as crianças, os pássaros também não vieram cantar, e as árvores não viram mais por que florescer. Naquela casa a natureza parou num eterno inverno. Interromper a chegada da primavera implica congelar a própria vida, a sucessão das estações. Num frio sem fim.

O gigante, ainda sem noção do que está acontecendo, espera em vão pela estação preferida. Parece mesmo não entender por que o inverno não acaba. Seu egoísmo – ainda que escorado no direito – se confunde com seu modo de ser. Um jeito óbvio de tomar decisões. De se relacionar com os outros.

Só um milagre devolveria a vida à casa do gigante. Foi o que aconteceu. Ouve-se um pássaro. O gigante se precipita esperançoso a olhar pela janela. As crianças haviam invadido o jardim por uma fresta no muro. Trepam cada uma numa árvore. As flores gargalham de prazer. A primavera estava de volta. Não havia dúvida.

Num canto do jardim, no entanto, o inverno resistia. Nada de primavera por ali. O gigante se aproxima e observa uma criança tão pequena que não conseguira trepar na sua árvore. Tudo estava claro agora. Sem crianças nas árvores, nada de primavera.

O gigante lamenta sua atitude. Manda derrubar o muro, que as crianças brinquem quanto quiserem. Mas, por enquanto, sua simples presença volta a assustar os meninos. Só fica ali parado o pequenino que não lograra trepar na sua árvore.

Eis que o gigante o toma em seus braços e o coloca delicadamente num galho. O menino agradecido estica os braços para abraçá-lo. As crianças, observando escondidas aquela cena, se dão conta de que não há mais o que temer. O gigante se tornara parceiro das brincadeiras.

Mas antes do desfecho algo ainda intrigava: o pequenino que os demais não conheciam havia desaparecido. Quem seria? De onde teria vindo? Para onde teria ido?

Tempos depois, o menino retorna. O gigante, já envelhecido, o encontra sob uma árvore cheia de ouro e prata. Observa que seu carinhoso amigo tinha as marcas de pregos na palma das mãos. Quer vingá-lo. Mas é dissuadido pelo menino. “São chagas de amor.” Entendendo o sagrado do momento, o gigante se põe de joelhos. A força se curva diante do amor. Porque o direito não basta para a vida.

CAPÍTULO 29

A metade do meio-irmão

A ação em shinsetsu considera o que é melhor para o outro. Para a humanidade. E para o mundo. Shinsetsu é padrão de reflexão, deliberação e comportamento que vincula o particular e o geral, o específico e o genérico, o relativo e o absoluto.

Trata-se da ação de um homem ou de uma mulher, na situação de vida que é a sua, mas que não perde de vista a humanidade a que pertence. Por isso shinsetsu transcende vínculos de sangue. De nação. De comunidade. De instituição. De afetos. Aqui o conceito de fraternidade pode nos ajudar.

Quem chamamos de irmão ou irmã? Inicialmente aqueles que nasceram dos mesmos genitores. Mesmo pai e

mesma mãe. Há quem chame de meio-irmão quando a coincidência é só paterna ou materna. Outros esclarecem: irmão só por parte de pai. Ou de mãe.

Poderíamos nos perguntar: se A é meio-irmão de B, a outra metade dos dois será o que então? Como dividir um irmão ao meio? Horizontal ou verticalmente? Qual a metade irmanada de cada um? Perguntas aparentemente tolas. E você, leitor, ainda pagou para ler isso!

Membros de algumas instituições religiosas também se tratam de irmãos. Outras instituições laicas, que consagram um dentro e um fora com fronteiras simbólicas ostensivas, também abrigam irmãos ali dentro.

Em relações de amizade intensa você é meu *brother*. Dois amigos de fazer xixi cruzado. De toda a vida. Se houve excesso etílico, *brother* vira qualquer um que passar pela frente e aceitar um abraço “gosto de você pra caralho. Cê sabe disso”.

A palavra “fraternidade” pretende dar conta de todo tipo de relação entre irmãos. Compreende, portanto, os de sangue, os institucionais, os superamigos – que acabam fazendo da amizade um tipo de instituição –, guetos, gangues e afetados pelo álcool.

Fraternidade entre pessoas específicas. Que, pelas razões apontadas acima, se chamam de irmãos. Coletivos fraternos que deixam claro quem está dentro. Os que dele fazem parte. E, para isso, excluem o resto do mundo.

Em muitos casos, o fundamento maior dessa fraternidade é a exclusão. Viajando pelo nosso país ouço sempre, por onde possa passar, a apologia da cultura local, que vem imediatamente acompanhada de afirmações desdenhosas do alheio. As quais incluem, explicitamente e sem muitos pudores, o lugar onde nasci. Onde viveram meus pais. Onde vivo e vivem meus filhos.

Michel Maffesoli, pensador francês da sociedade pós-moderna, amigo do Brasil, anuncia, desde o século passado, um mundo tribal. Onde a fraternidade é restrita. E fomentada pela distinção perante outros espaços fraternos. Assim, a fraternidade nortenha só faz sentido em face da sulina. A flamenguista ante a vascaína. A nossa em face da deles.

Em tempos tribais, o pertencimento a uma tribo é condição de existência social. Transcender seu espaço é infiel. Coisa de traíra. “É nós contra a rapa”, gritávamos batendo no peito, ameaçando quem ousasse nos desafiar na

quadrinha do São Luís – colégio jesuíta de São Paulo onde estudei o fundamental e o médio –, nos idos de 1976, 1977.

Henri Bergson, que viveu entre a metade do século XIX e a metade do XX, escreveu em 1932, em *As duas fontes da moral e da religião*, que estávamos, naquele momento, muito longe de alcançar um autêntico “amor de humanidade”. Sobreviveria em nós, ainda Bergson falando, um “instinto tenaz”. Que faz com que sejamos antes de tudo contra todos os outros homens. Tornando o amor restrito ao homens por aqueles com os quais convivemos.

Querido leitor. Estamos caminhando para o aniversário de um século da afirmação de Bergson. O que você acha? Diga com sinceridade. Mudou alguma coisa? Ou continuamos na mesma? Tanto tempo depois.

O termo fraternidade nos faz pensar na mais relevante proximidade entre dois ou mais seres. Uma tangência, talvez. De atributos significativos de cada um. Sermos dotados de tornozelo, unhas ou cabelo é muito importante para cada um. Mas sem importância para nos aproximar.

Fraternidade implica um compartilhamento de identidade profunda. Tal como o pertencimento comum ao gênero humano. Fazer parte da mesma humanidade. De uma

gênese comum. Ancestrais comuns. De uma história humana. De uma atualidade que é a de todos nós. De um futuro que imaginamos juntos. Esse pertencimento à humanidade nos faz irmãos. Muito antes das instituições, da família, dos afetos e das simpatias eletivas.

Essas fraternidades de circunstância não passam de pequenos exemplos – muito intensos talvez – da fraternidade universal. E se o leitor fizer questão de algum vínculo genealógico, basta recuar um pouco nas gerações e constatar que somos todos membros de uma grande família.

Essa lucidez de que integramos uma mesma humanidade e todos os afetos que lhe são correlatos é condição de respeito pelo outro, pelas suas diferenças, pelas suas ideias, emoções. Respeito pela sua existência. De homem ou mulher como qualquer outro. Considerar-se irmão em humanidade de qualquer outro parece pré-requisito para que genuinamente consideremos qualquer outro na hora de viver, de agir, de interagir e de ser feliz.

Mas somos levados a pensar, desde o nascimento, que só há o particular. Que a fragmentação é condição da existência. Assim parece ser. Afinal, não convivemos com todos. Nunca encontramos todos. Por mais que não paremos de falar em

globalização. Por mais que as novas técnicas garantam que estão todos ao alcance de um clique.

Novas categorias vão exigindo novos discursos sobre si mesmo. Novas identidades. Novas maneiras de se distinguir do resto. Dos outros. Fenômeno irresistível. Porque na hora de dizer quem somos a quem não nos conhece não estamos autorizados a dizer qualquer coisa.

Afirmar fazer parte da humanidade é declaração sobre si que geraria perplexidade. Porque não atende as exigências de segmentação que as identidades devem respeitar.

Todos esses discursos de identidades particulares e fraternidades segmentadas surgem como obstáculo à educação moral. Enfatizam nossas diferenças – secundárias – e nos fazem ignorar nossas semelhanças, nosso pertencimento comum à humanidade. Ao gênero humano. Assim, tudo parece enaltecer nossas pequenas preferências, mesquinhos confortos, vãs tranquilidades e solitário bem-estar.

Estamos superpreparados para diagnosticar o que é melhor para nós. E encontrar meios para fazer advir nosso sucesso. Mas a mesma sociedade que tão bem nos capacitou para o triunfo na primeira pessoa do singular não nos

educou para refletir sobre o que é bom para alguém além de nós. Sobre o que seria melhor para todos. E inaceitável da parte de qualquer um.

Dificuldade de considerar alguém, além do nosso umbigo, na hora de decidir o que fazer da vida. Egoísmo consagrado por uma educação para clientes. Formadora de carreiristas. Aproveitados enquanto durar a força e a obsessão.

CAPÍTULO 30

Bombas não são morangos

À medida que vamos vivendo, deliberamos para agir. O tempo todo. Ações que poderiam ser outras. A vida exige escolher um caminho e jogar no lixo todos os outros. Haja desprendimento. Quanto desperdício! A cada decisão deixamos de viver vidas possíveis muito mais do que vivemos efetivamente – aquela única de carne e osso.

Muitas dessas decisões resultam de simples preferências. Assim, numa sorveteria, entre muitos sabores, minha escolha recai sobre morango. Se puder dissolver parcialmente a massa do sorvete num pouco de leite fica ainda melhor. Haverá quem chame de *milk-shake* de morango. E, se depois de feita essa operação, houver umas

gotas de vinho do Porto para misturar, aí é dos deuses. Veja só. Havia cinquenta sabores na sorveteria, 49 foram preteridos. Pensei e decidi. Tanto pensei que acabo de pôr no papel essa narrativa.

Embora seja uma reflexão – sobre a própria ação – e que exclui tantas outras, a opção pelo sorvete de morango nada tem de moral. Como também não teria a decisão entre dizer olá ou bom-dia a alguém que te serve um café no aeroporto. Ou usar este ou aquele paletó. Torcer para este ou aquele time. Adquirir este ou aquele veículo etc. E por que não?

Se compararmos as decisões acima com outras que integram o campo da moralidade, conseguiremos identificar alguma diferença. Quando enraivecido por uma humilhação sofrida, decido entre matar ou não matar meu agressor. Interessado numa promoção profissional, decido entre falsificar ou não um diploma. Ávido por acumular quantia significativa de dinheiro sem precisar fazer muito esforço, decido aceitar ou não propina.

Por que a decisão de tomar sorvete de morango não é uma decisão moral e a de forjar um título universitário o é? A decisão sobre o sabor do sorvete é tomada pelo agente degustador sem que este possa ter a pretensão de que

qualquer outra pessoa deva fazer a mesma escolha. Deva optar pelo mesmo sabor.

Trata-se de uma decisão que começa na primeira pessoa do singular e termina nela. Não há na opção escolhida nenhuma presunção de superioridade em relação às preteridas que devesse servir de referência para outra pessoa na mesma situação. A mesma reflexão vale para o cumprimento, o paletó, o time de futebol ou o veículo.

Nada disso é pertinente para os casos descritos como decisões morais. Como quando eu me proíbo de jogar uma bomba sobre civis desarmados, matar alguém que me humilhou, falsificar um diploma que me alavancaria profissionalmente ou receber um dinheiro – incompatível com ganhos de assalariado – para tomar uma decisão que atenda aos interesses do generoso doador. Ou ainda um comentário racista, a violência física como meio de confissão, a subtração de coisa alheia, ainda que sem violência.

Em todos esses exemplos, as decisões vão além de uma simples preferência ou gosto pessoal. Que, na cabeça de quem decide, poderia diferir de pessoa para pessoa. Ou mesmo na mudança de humor da mesma pessoa de um dia

para o outro. Assim, nada teria a ver com a moral alguém que impede a si mesmo de esfaquear alguém apenas porque o sangue lhe revira o estômago.

Na moral, a decisão tomada virá sempre acompanhada de uma expectativa ou de uma pretensão de que qualquer outra pessoa, em situação análoga, faça o mesmo. Há convicção, por parte de quem decide, de que uma decisão diferente seria inaceitável não só para si próprio, mas para qualquer um. Há certeza da superioridade em valor daquela decisão sobre outra. É o que acontece quando não matamos, não torturamos, não roubamos, não mentimos.

Mas ninguém em juízo perfeito poderá pretender que todos numa sorveteria decidam pelo sabor morango por considerar indigna outra escolha. Por entender a opção pelo morango superior a qualquer outra. Devendo, portanto, ser seguida por todos. O mesmo vale para o paletó, o veículo, o time de futebol ou o cumprimento ao atendente. Por maior que seja o apego ao próprio gosto, não há por que fazer dele um princípio, válido para quem quer que seja.

E, se alguém muito carente, inconformado com não se ver acompanhado em suas preferências, quiser – na mão grande – tornar o mundo à sua imagem e semelhança, bem,

a história nos abastece de exemplos, tanto quanto o jornalismo e a ficção.

Nunca faltará pretensão assim. Fazer do próprio gosto um padrão de bom gosto. Da própria atração um padrão estético. Dos próprios hábitos uma referência de comportamento. A isso denominamos tirania. E não moral.

CAPÍTULO 31

Em cada um, a face de Deus

Na moral, a adesão universal pretendida decorre de uma razão prática compartilhada por todos. Do respeito a princípios de conduta por ela chancelados. Condição de sobrevivência do grupo. Da sociedade. Da humanidade.

Um zelo por essa humanidade. Da qual fazemos parte, cada um de nós. Da qual fazemos parte todos nós. Da qual fizeram parte nossos antepassados. Da qual farão parte nossos descendentes. Um cuidado de cada um com todos. Um respeito pelo legado. Pela vida. E pelo devir. De todos que foram, são e serão como nós.

Por isso, uma pergunta que sempre podemos nos fazer ao tomar decisões é esta: o que aconteceria com todos se

todos decidissem agir dessa ou daquela forma? A resposta dará pistas sobre a extensão do problema que temos pela frente.

Alguns exemplos: o que aconteceria com todos se todos decidissem matar alguém que os entristeceu? Se todos decidissem mentir para obter vantagens? Constranger alguém ao coito em caso de excitação? Deixar as torneiras abertas desperdiçando água? Seduzir o cônjuge de um amigo? O que aconteceria com todos se todos decidissem tomar para si o dinheiro que é de todos? Cuspir em quem foi obstáculo? Agredir quem discorda? Xingar quem crê?

Tudo isso remete a um texto magnífico cuja leitura sempre recomendei. *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de Kant. “Aja sempre de acordo com uma máxima tal que você queira que ela se torne uma lei universal.” Essa frase, como muitas outras do mesmo autor, poderia ter sido construída de maneira mais clara.

Uma ação será boa se – e somente se – resultar de uma decisão que – para quem decidiu – devesse ser tomada por qualquer um. A moral seria, nesse caso, a pretensão de que todos agissem segundo os mesmos princípios. Se baixássemos bem a bola, poderíamos propor, como

Rousseau, uma fórmula alternativa: faça o bem fazendo o menor mal possível aos outros.

Haverá quem aproxime essa pretensão de universalidade do Evangelho. Faça com os outros o que gostaria que os outros te fizessem. Ou, ainda, na formulação negativa e mais popular: Não faça aos outros o que não gostaria que te fizessem. Penso que essa aproximação exige um cuidado.

Não se trata de vincular a própria conduta ao receio do que o prejudicado por ela possa vir a fazer. Medo de que o outro possa dar o troco. Não bato porque posso acabar apanhando. Nesse caso, shinsetsu e moral não passariam de covardia. Ou, na melhor das hipóteses, prudência.

Com certeza não era nisso que Kant estava pensando. A moral nada tem a ver com o receio de ser vítima. Assim, a fórmula “não faça aos outros aquilo que não gostaria que te fizessem” está o.k. para entender melhor essa pretensão de universalidade desde que a própria ação e a ação do outro não tenham nenhum vínculo causal. Uma fórmula como “não faça aos outros só porque não gostaria que fizessem o mesmo com você” seria distorcer o pensamento do autor.

O livro *Extraordinário*, de grande sucesso editorial, adaptado para o cinema, conta a história de Auggie Pullman,

um garoto que nasceu com uma deformidade facial e que, aos 10 anos, começa a frequentar a escola regular. Trata-se de um magnífico recurso didático para entendermos o tal imperativo que se pretende tão categórico.

“O Sr. Buzanfa tirou os óculos e usou-os para apontar para todos nós na plateia. [...] ‘Vamos criar uma nova regra de vida... sempre tentar ser um pouco mais gentil que o necessário?’ Então ele olhou para a plateia. ‘Mais gentil que o necessário’, repetiu. ‘Que frase maravilhosa, não é? Mais gentil que o *necessário*. Porque não basta ser gentil. Devemos ser mais gentis do que precisamos. Adoro essa frase, essa ideia, porque ela me lembra que carregamos conosco, como seres humanos, não apenas a capacidade de ser gentil, mas a opção pela gentileza.’

“‘[...] Em *Under the eye of the clock*, de Christopher Nolan, a personagem principal é um jovem que está enfrentando desafios extraordinários. Há uma parte em que alguém o ajuda: um garoto da mesma turma. Aparentemente, é um gesto pequeno. Mas, para o jovem, chamado Joseph, é... bem, se me permitem...’

“Ele pigarreou para limpar a garganta e leu:

“Era em momentos como aquele que Joseph reconhecia a face de Deus em forma humana. Cintilava para ele em sua gentileza, brilhava em sua solidariedade, mostrava-se em sua preocupação, até mesmo o afagava em seu olhar’. Ele fez uma pausa e mais uma vez tirou os óculos. ‘Cintilava para ele em sua gentileza’, repetiu, sorrindo. ‘Uma coisa tão simples, a gentileza. Tão simples. Uma palavra de incentivo quando precisamos. Um gesto de amizade. Um sorriso breve.’ Ele fechou o livro e se inclinou para a frente no púlpito.

“Crianças, o que quero transmitir a vocês hoje é o entendimento do valor dessa coisa tão simples que se chama gentileza. E isso é tudo o que desejo deixar para vocês hoje.

“Sei que sou infame por minha... hum... verborragia...’ Todos riram de novo. Acho que ele sabia que era conhecido pelos longos discursos. ‘... mas o que quero que vocês, meus alunos, levem de sua experiência no ensino fundamental’, prosseguiu, ‘é a certeza de que, no futuro que vão construir para si, tudo é possível.

“Se cada pessoa neste auditório tomar por regra que, onde quer que esteja, sempre que puder, será um pouco mais gentil que o necessário, o mundo realmente será um lugar

melhor. E, se fizerem isso, se forem apenas um pouco mais gentis que o necessário, alguém, em algum lugar, algum dia, poderá reconhecer em vocês, em cada um de vocês, a face de Deus.’”

CAPÍTULO 32

Remédio amargo

A humanidade se objetiva em cada outro com quem interagimos. Por isso, esse outro é tema que se impõe. Não há como evitá-lo. E não há facilidade. Kant observa a “insociável sociabilidade” do homem. A expressão é curiosa. Indicativa do tamanho do enrosco. Equivalente a amarga doçura, nervosa tranquilidade ou pesada leveza.

Por um lado, o homem é social. Animal político, para Aristóteles. Só na presença do outro realiza sua humanidade. No isolamento não há o humano. O outro é indispensável. Sem ele não há colaboração, cooperação, parceria. Na falta de alguém mais, não se chega a lugar algum. Quase tudo que o

homem pretende alcançar requer equipe, trabalho em grupo, mais gente.

Muito do que cada um pensa sobre si provém de discurso alheio. Do olhar do outro. De comparação. Contraste. Sem o outro não haveria aquilo que chamamos de eu. Todos os atributos da primeira pessoa do singular foram por ela aprendidos ouvindo o tu, o ele e seus plurais.

Se nos tomamos por criativos, por talentosos nisso ou naquilo, por aguerridos, por tímidos ou qualquer outra coisa é porque alguém fez o favor de nos informar. Lá na maternidade, no nascimento, a estupefação com o mundo foi tanta que ficamos sem palavras para nos apresentar. Ainda bem que os outros estavam lá para nos dizer com que cara viemos ao mundo.

Por outro lado, sua índole desejante o faz querer para si o que outros também querem. E nunca tem pra todo mundo. O mundo é escasso para tanta ambição. Em muitos casos, a raridade aguça o desejo. Confere valor ao objeto desejado.

A posse de uns exclui a de outros. A conquista de uns condena todos os outros pretendentes a continuar desejando. A imaginar sem poder ter nas mãos. E a vida se torna uma guerra. De todos contra todos. Fazendo de cada um lobo de

outro lobo. Em que só importa a própria vitória. E a derrota de qualquer outro.

E, quando nos perguntam quem somos, só resta informar: vencedores ou vencidos. Eis a única definição do homem. O que todos precisam realmente saber sobre alguém quando a vida se reduz ao conflito.

A ambiguidade apontada por Kant – quando se refere à vida com os outros – se mostra presente por onde passarmos. Alguns exemplos, no entanto, vêm à minha cabeça neste instante. Melhor compartilhar logo com você.

Em *Tieta*, a protagonista de mesmo nome é expulsa pelo pai, a golpes de cajado, de sua cidade natal, Sant'Anna do Agreste, com a complacência de toda a sociedade. Faz a vida em São Paulo e enriquece. Vinte anos depois retorna para conviver com as mesmas pessoas que no passado aplaudiram sua humilhação.

E afirma: “Tieta só é do Agreste aqui no Agreste. Nas dunas, em meio aos coqueiros. E com as pessoas daqui”. A afirmação é intrigante. De fato, Tieta só pode ser do Agreste com o reconhecimento da gente de lá. Precisa do outro para ser quem é. Mesmo no caso de o outro ter sido algoz, injusto e cruel.

Em *O amor nos tempos do cólera*, de Gabriel García Márquez, o telegrafista Florentino Ariza nunca esqueceu Fermina Daza, seu primeiro amor. Mais que isso. Viveu em razão desse sentimento. A ponto de se definir como o homem que ama Fermina. Cinquenta e um anos de uma vida organizada e amargada pelo outro. Estruturada e devastada pelo mesmo sentimento.

O idílio começa telegráfico. Sem encontro de corpos. O pai da donzela descobre a troca epistolar e a faz viajar por um ano. No seu retorno, Fermina encontra Florentino e o rejeita com um aceno de mão e um “me esqueça”. Casa-se com Juvenal, recém-chegado de estudos na Europa. Tido por bom partido e disputado pelas moças da província.

Esses exemplos deixam claro. O outro pode ser um remédio amargo que temos de engolir. Ele se impõe. Já estava por aí quando fomos paridos. Parece ter direito adquirido. Fomos forjando nosso eu em relação a ele. Não só pelo que íamos percebendo de semelhante ou diferente. Mas também pelo que iam falando a nosso respeito. Permitindo-nos ter algo a dizer sobre nós mesmos.

O outro nem sempre convém. Nem sempre alegre. Nem sempre é amável. Nem sempre nos aperfeiçoa. Mas, como

dizem, é o que temos pra hoje. Condição da existência de cada um. É o que é.

Nesse instante, alguém acaba de furar a fila no caixa da padaria. Sem o outro, não haveria trigo, pão, padaria, caixa, fila no caixa e furadores de fila.

CAPÍTULO 33

Outro por toda parte

O outro está sempre presente. Não só quando seu corpo se encontra à frente. Ou ao lado. Sua presença não é episódica. Acidental. Ou intermitente. Não estou me referindo a um outro específico. Como cada um de meus filhos ou minha esposa. Estes, sim, aparecem de vez em quando e vazam quando têm mais o que fazer.

O outro que está sempre presente se confunde com a própria humanidade. Um outro genérico, portanto. Flagrado em toda parte. Percebido por qualquer um, por mais distraído que seja. Ou qualquer “eu”.

Em relação ao mundo, o outro não é um adendo. Ou justaposição. Aqui está o mundo e ali ao lado estão os outros.

Tampouco uma sobreposição. Do tipo “aqui está o mundo e agora eu vou introduzir aqui e acolá um pouco de outro”. Como se estivesse distribuindo açúcar de confeitiro num bolo de aniversário.

Vivemos num único mundo. Onde estão a natureza, as coisas, o outro e o eu. Junto e misturado. Não há mundo sem o outro. Não há outro sem o mundo.

Com efeito. Como ensina Merleau-Ponty, neste clássico do século XX que é a *Fenomenologia da percepção*, à nossa volta há ar, raios solares, terra, água. Mas não só. Há também ar-condicionado, ventilador, ventoinha, quebra-vento, assoprador. Há guarda-sol, protetor solar, teto solar, placa de aquecimento solar. Há terraplanagem, aterro, desterro, enterro, adubo, plantação, túnel, poço. Há barragem, aqueduto, represa, piscina, água encanada, engarrafada, destilada, ionizada, dessalinizada, poluída. Há também ferramentas, utensílios, ruas, prédios, cidades.

Tudo isso carrega consigo a marca da ação humana. Sem a qual não poderia existir. Cada item irradia certa atmosfera de humanidade. Em cada coisa, encontramos a presença do outro não identificado.

Por mais distantes que estejamos de qualquer outro homem, jamais conseguiremos a higienização perante a humanidade. Como diz o grande Júlio Pompeu, “quanto mais fugimos do homem, mais a humanidade aflorará em nós”. Robinson Crusóé tinha caixa de ferramentas. Longe de todos, soube usar os instrumentos. Não pôde se livrar nem do ferreiro que as produziu nem dos mestres que o ensinaram a utilizá-las.

Não contente em dispor dessa herança da engenhosidade humana, ele reproduz protocolos e procedimentos convencionais aprendidos em sua trajetória entre humanos. Assim fazendo, ele os atualiza ali, na ilha deserta. Ele teme não ter mais tinta para registrar suas experiências. Registro que exigirá o uso de símbolos aprendidos com os outros.

Porque o mundo, mesmo sem ninguém por perto, estará incompleto se a humanidade nele não estiver presente.

Robinson sente falta de um calendário para marcar o tempo. Dias, semanas, meses, anos, aniversários, datas festivas são tempos nossos, tempos para o homem, tempos de alma. Convertendo a fluidez indistinta das rotações e translações de um deixar de ser indiferenciado em um tempo passado para ele – em dias que correspondem a números –,

Robinson marca a natureza com o ferro indelével da humanidade.

Perder a conta, deixar de contar os dias, seria abrir mão dos referenciais cronológicos da memória. Perder o registro da própria humanidade.

E, como se não bastasse tudo isso, Robinson – desde que naufragou e deixou de contar com outras pessoas – não parou de pensar um só segundo. Você dirá: mas o pensamento é coisa dele. É a sua consciência. Último reduto da sua intimidade. O outro não tem nada a ver com isso. Será mesmo?

Imagine que você entra num ônibus urbano e não tem lugar para sentar. Você pensa: “Caramba, o trajeto leva quase uma hora e vou ter que ir de pé”. Ora, o conteúdo desse pensamento são palavras. Signos, como dizem. E de onde você acha que essas palavras vieram? Ou já nasceram com você – e nesse caso você já poderia articular esse tipo de discurso desde a maternidade –, ou você as aprendeu depois que nasceu.

Aceitando essa última hipótese, cabe a pergunta: onde as terá aprendido? Com quem? E aí você nem precisa responder. Porque a mera pergunta já denuncia a origem do outro, a

gênese social da sua consciência. Povoada por signos provenientes de uma verdadeira polifonia social, exterior a você, e orquestrada por um monte de outras pessoas.

Sendo assim, quando Robinson pensa, a cada ideia, a cada palavra alinhada, uma após a outra, na sua mente, ele traz para a ilha toda a sua trajetória de vida com os outros.

Quando meus filhos não estão empiricamente presentes, desgarrados da minha percepção, é porque acabaram de ir-se ou porque logo retornarão. Continuam instalados na minha consciência. Constam das minhas lembranças, preocupações, projeções do amanhã. E todos esses pensamentos estão vinculados a afetos, como o temor, a esperança e até o alívio por poder finalmente recolher-me. Continuam fazendo parte da vida. Ausentes na percepção do mundo, mas objetivados em meus pensamentos e sentimentos.

Dessa forma, sentir-se só talvez seja menos uma questão de ausência do corpo de um outro específico e mais do seu anonimato. Assim, muito da humanidade do mundo se apresenta a nós sem identidade. Construções, monumentos, vias, máquinas que entram na nossa vida sem autoria. Sem marca da identidade do realizador. Sem individualidade determinada. Humanidade sem homem.

Quando uma aeronave decola em uma grande cidade, e eu dentro dela, são minutos assim. De pura contemplação. O mundo nos limites da janelinha. A humanidade se apresenta espetacularmente, mas sem registro dos feitores. Os veículos vão virando formigas. As pessoas, sem identificação. Não importa mais quem está por trás. Sinto-me só. E o outro, por toda parte.

CAPÍTULO 34

Bloqueia esse cara de uma vez

Um discurso de autossuficiência atravessa certos espaços sociais privilegiados do mundo do capital. Em especial nas altas cúpulas diretivas. São afirmações como “eu me basto”, “antes só...”, “com o tipo de vida que eu levo alguém por perto só atrapalha”, “não preciso de ninguém”, “quem é que precisa de homem do lado?”, “uma mulher agora me amarraria”, “minha carreira é prioridade, não dá pra pensar em ninguém agora”.

Muitos treinamentos para executivos simulam cenários de solidão radical. Destacam a autonomia biológica relativa. Precisam de ar, de água, de alimento. Devem demonstrar astúcia e aguerrimento para sobreviver. Sempre no limite.

Nessas situações radicais, o outro não é tido como necessário. Numa ilha deserta a sobrevivência é possível, e não há ninguém por perto. A solidão sustentável do naufrago seria a prova definitiva de que o outro não passa de uma variável. Um acidente. Um suplemento. Pouco mais do que uma cereja no bolo da vida. Uma escolha a mais. “Você quer vida com outro ou sem outro.”

Essa opção é oferecida no mercado da existência o tempo todo. E a preços elevados, muitas vezes. Retiros espirituais, viagens de isolamento, pousadas no meio do mato, praias desertas, trilhas solitárias, aventuras no mar, esportes radicais, passeios inóspitos etc. Tudo isso com solidão garantida. Sem falar na arquitetura residencial dos últimos anos. Máxima sofisticação. Supremo conforto. Para uma só pessoa.

Um amigo nos convidou para um fim de semana em sua chácara. A primeira coisa que disse – olhando com orgulho e satisfação para as coisas do campo que ele havia juntado – foi: “Aqui você pode ficar tranquilo; ninguém aparece; ninguém passa; nada acontece; você não ouvirá ninguém; ninguém vai te encher”. Fez lembrar um sambinha do tempo em que amarrávamos cachorro com linguiça: “Moro onde

não mora ninguém, onde não passa ninguém, onde não vive ninguém, é lá onde moro que eu me sinto bem”.

No bairro onde resido, muita gente se manifestou contra uma estação de metrô nas imediações porque ia encher de “gente de todo tipo”. Para os lugares com muita gente, um amigo editor ofertou-me um fone de ouvido que bloqueia ruído. Alta tecnologia e precisão a serviço do silêncio na turba. Isolamento sonoro garantido. Dois meses depois, um ex-aluno foi além. Um visor em terceira dimensão. Isolante perceptivo para colocar qualquer outro no seu devido lugar.

Por essas e por muitas outras faz todo o sentido a assertiva de um jovem entrevistado em programa televisivo de variedades: “É muito mais fácil dar um clique para bloquear do que levantar pra ir embora ou pedir pra sair”.

CAPÍTULO 35

O outro é mistério

Eu penso. E sei o que estou pensando. Tenho consciência do meu pensamento. E do seu conteúdo. Neste instante, por exemplo, estou pensando nisto que você está lendo e eu escrevendo.

Algum outro se apresenta. Parece comigo. Suponho que pense. Talvez até tenha alguma certeza de que pense como eu. Mas o que passa pela sua cabeça só ficarei sabendo se ele quiser. Se não quiser, o pensamento do outro ficará em segredo.

E mesmo que esse outro resolva se abrir para mim, contar tudo – tintim por tintim – o que está pensando, ainda assim seria preciso ter certeza de que esteja dizendo tudo

que lhe passa pela cabeça. Porque quando mentimos com plena consciência dessa mentira, o que acontece é que dizemos ao nosso interlocutor apenas uma parte do que surge na nossa mente: a parte falsa, que – na mente do mentiroso – coexiste com a verdadeira.

Quantas pessoas já me disseram: “O senhor tem certo charme”. Esse discurso – com essas palavras – foi produzido pela mente de meus interlocutores. Mas de forma praticamente simultânea pensaram, sem dizer: “Esse velho tá um bagaço”. Parte do que foi articulado como discurso sobre mim foi verbalizado. A outra parte permaneceu no interior da consciência deles. Sem ganhar o mundo da interlocução.

Essa gestão dos discursos – que discrimina os que chegam aos ouvidos de alguém dos demais não enunciados, que permanecem intrassubjetivos – faz de qualquer outro um segredo para qualquer um.

Dois adolescentes vão ao cinema porque têm afetos recíprocos. Quando regressam, são indagados: “E aí, como foi?”. Explicar quanto a companhia do outro agradou é mais fácil. Quanto ao que esse outro achou da própria companhia, toda certeza será precipitada.

E ambos poderão dizer: “Acho que gostou de mim”. Se for uma entrevista de emprego, dirá: “Acho que deixei uma boa impressão”. Se for uma suspeita de traição por parte de um dos cônjuges, dirá: “Acho que contornei”. Tudo não passa de uma suposição.

Porque nenhum deles pode entrar na mente do outro. O que efetivamente passou pela cabeça dos pretendentes durante o encontro e depois que se despediram, do empregador ao longo da entrevista e no momento da seleção e do cônjuge traído enquanto ouvia a explicação do pegador, isso só eles mesmos saberão.

Nos dias de hoje, podemos abrir o crânio e ver o cérebro, seus neurônios em sinapses. Apreciar toda a parte orgânica, certamente necessária para que as palavras e as frases sejam articuladas. Mas estar diante da máquina que produz não garante, nesse caso, ter certeza sobre o produto. Porque células não são palavras. Miolos não são signos. Há um abismo entre o cérebro e a mente que faz do outro um mistério.

Não é a mentira, mas a possibilidade da mentira que pode arruinar minha relação com qualquer outro. Se mentir é dizer o contrário do pensamento tomado por verdadeiro,

jamais poderemos nos substituir a quem pensa para contrastar aquele pensamento ao discurso verbalizado.

Estive em Angola recentemente. Meu anfitrião gentilmente me recebe em sua casa e me oferece um banquete de pratos típicos. Fui degustando aos poucos. Ele me perguntou se estava gostando. Disse que sim, muito.

E dizia a absoluta verdade. Mas tive a impressão de que não acreditou no que disse. Porque, como não estava com muita fome, não consegui comer muito. Não comprovei com quantidades a afirmativa enunciada.

De qualquer forma, nunca saberá. Não poderá ter certeza, nem sobre meu dizer, nem sobre sua hipótese. Sobretudo, porque eu comunicava contraditoriamente. A insistência das palavras parecia desmentida pela parcimoniosa porção ingerida. Dramático mistério de alteridade ante o orgulho da cultura culinária local.

Alguém diz “eu te amo” pelo WhatsApp, pelo Face, SMS, celular. Ou, mais remotamente, num encontro de corpos. Não faltam motivos para dúvidas. Num primeiro cenário, aquele que se declara tem plena consciência de que não sente o que diz sentir. Poderia então construir um discurso – sem verbalizar, é claro – do tipo: não sinto nenhum amor, mas se

não o declarar não conseguirei os favores de intimidade tão desejados. Nesse caso, o receptor fica só com o “eu te amo”. O resto da estratégia é o mistério do outro. Talvez seja revelado mais tarde. Ou nunca.

Num segundo cenário, quem se declara não sabe o que sente. Ou não tem certeza de amar. Verbaliza para corresponder a uma presumida expectativa. Evitar mágoa. Ou qualquer outra razão. O presumido amado fica, como no primeiro caso, só com a declaração. Haverá incerteza. Confirmação impossível.

Mas a incerteza de um não se confunde com a do outro. Quem se declara tem 24 horas por dia para checar o que sente. Comprovar ou não a pertinência de sua afirmação. Deixar-se afetar outra e outra vez.

Já o receptor continua numa espécie de limbo. Condenado a uma incerteza inapelável. Pelo menos no instante da declaração. Precisar de mais informações, reações, decisões, condutas e discursos de seu parceiro, para ir, aos poucos, reduzindo sua incerteza.

Um segredo sobre o outro que talvez diminua ao longo de uma relação mas que não desaparecerá nunca

completamente. Como diz Dona Milu (Miriam Pires), mãe de Carmosina (Arlete Salles), de novo em *Tieta*: “Mistério”.

CAPÍTULO 36

As palavras e as coisas

Todo dia ouvimos: “eu te conheço muito bem”, “te conheço com a palma da minha mão”, “conheço bem o meu gado”, “te conheço desde que você nasceu”, “te conheço bem, laranjinha lá de casa”, “não esqueça que eu te carreguei no colo”, e tantas outras expressões, de cada canto do país, que indicam muita certeza a respeito do conhecimento do outro.

Aqui esse outro corresponderia à perfeição a um discurso, uma ideia, um conjunto de informações, de dados, de inferências. Correspondência aplicável não só a alguém como nós, mas a qualquer coisa. Assim, tudo seria dizível, classificável, nominável, analisável. A vida humana veria todos os seus mistérios reduzidos ao estreito âmbito do

discurso racional e conceitual. Será que é assim mesmo que funciona?

Para facilitar nossa verificação, que tal nos debruçar sobre alguma coisa no mundo supostamente mais próxima de cada um de nós? Refiro-me ao “eu”. Afinal, este nos acompanha há muito tempo. Cada um de nós convive consigo mesmo desde o nascimento. Impressionante o *corpus* de observação empírica de que dispomos a nosso respeito. Será que as palavras que temos na prateleira do nosso vernáculo dão conta de definir, para nós mesmos e para os outros, quem seria esse “eu”?

Eu, Clóvis, que já passei dos 50, há muito estou enjoado de estar sempre comigo. Sobretudo nessa última fase da vida que se divide em sala de embarque, aeronave e o resto. Mas, mesmo antes, foram zilhões de situações diferentes em que pude observar meus pensamentos, sentimentos, reações, decisões etc.

Apesar de toda essa riqueza, todas as vezes que sou instado a falar de mim mesmo, a dizer para quem não me conhece o que sou, minha diferença específica, meu jeito, algo que me defina, a pobreza do que consigo enunciar é espantosa.

Impressionante como os recursos de linguagem e, portanto, os de pensamento – pelo menos aqueles que se encontram à minha disposição no momento de articular o discurso – são insignificantes para comunicar uma ideia minimamente próxima desse eu, esculpido em pouco mais de meio século pelo mundo e seus bisturis.

Ora, se temos toda essa dificuldade para traduzir em discurso o que seria o “eu” de cada um de nós, o leitor pode imaginar que, a respeito do outro, toda pretensão de conhecê-lo, de convertê-lo em discurso de definição, seja ainda mais descabida. É devastador, para o orgulho de quem sempre se considerou racional, dotado de logos, não conseguir chegar a uma conclusão nem sobre si mesmo, nem sobre ninguém.

Com pegada paralela à nossa, o grande Cioran – cuja vida coincide quase completamente com o século XX – escreve em 1949 “O animal indireto”. Denuncia o desespero do homem que pensa sem cessar, em “obsessão radical”, sobre quem ele é de verdade.

Mil definições enunciadas, e nenhuma se impõe. Perspectivas de circunstâncias se convertem em pertinência compartilhada. Por certo tempo. A infinidade de seus

atributos compõe o ser mais impreciso que poderíamos conceber. Enquanto os animais, vítimas do seu instinto, vão direto ao ponto, o homem se perde pelo caminho das conjecturas. É o animal indireto por excelência, como diria o autor.

Cioran denuncia essa busca obsessiva como um sintoma de uma doença. Seu sangue mal composto teria permitido a infiltração de incertezas, a vitalidade comprometida teria ensejado a intrusão de pontos de interrogação.

Depois de se perguntar sobre tudo, acaba se interessando sobre si mesmo, como o problema que restou. Perplexo, confuso e impotente para dar conta do desafio, prefere, doentio, remoer para sempre seu fracasso a inserir-se num fluxo saudável de uma vida que escoar.

Essa humildade do pensamento diante do mundo – e, no nosso caso, diante do outro – faz pensar no colossal Rilke, poeta alemão que viveu entre o fim do século XIX e o começo do século XX, e em seu texto que traduzo aqui livremente “Eu duvido tanto da palavra dos homens”.

“Eu duvido tanto das palavras dos homens. Eles expressam tudo de maneira tão clara. Isso é um cão. E aquilo se chama casa. Este é o começo, aquilo é o fim. Me inquieta

também seu espírito, seu jogo com a *raillerie*. Os homens sabem tudo que será e tudo que foi. Não se encantam mais com nenhuma montanha. Seu jardim e suas terras confinam diretamente a Deus. Eu pretendo sempre alertar e defender. Tomem cuidado. Eu escuto prazerosamente as coisas cantarem. Vocês as tocam: elas se tornam imóveis e mudas. Assim, vocês acabam matando todas as coisas.”

As palavras de Rilke denunciam a vã pretensão de conhecer o mundo – e, portanto, o outro – com as palavras. Para que possamos ter o mais relevante do outro talvez tenhamos que abrir mão de defini-lo. Porque, na hora em que tenho verdades para dizer sobre alguém, acabo por tirá-lo do mundo da vida. Congelá-lo. Impedi-lo de cantar.

Verdades enunciadas precisam durar. Permanecer. Quando o outro canta, sente, vive está em transformação. Deixa de ser. Assim, mesmo que o discurso sobre ele fosse verdadeiro, encontra-se caduco. Derrotado pelos fluxos da vida.

Dessa forma, de duas uma. Ou eu fico com o outro enquanto vivente, em transformação – porque em relação ininterrupta com outros corpos no mundo –, e aí abro mão de querer convertê-lo em palavras, ou, então, eu finco o pé e

não saio dali sem saber quem ele é. Sem conhecê-lo de verdade. De forma a poder defini-lo de uma vez por todas. E perdê-lo para sempre.

Nesse caso, terei que fazer vista grossa a tudo que muda. Para isso, melhor nem perceber mudanças. A não ser em flagrantes escandalosos de transformação. Se isso não for possível, resta convencer-se de que tudo que muda é meio irrelevante, não essencial. Desqualificado, portanto, a integrar uma boa definição.

CAPÍTULO 37

O inferno tá cheio

Shinsetsu é jeito de pensar e de agir. Mas não morre nas boas intenções do agente. Até porque, delas, diz a sabedoria popular, “o inferno tá cheio”. E a nossa japonesa não se dá muito bem com o tihoso. Como vimos antes, quem age em shinsetsu não quer que sua ação seja causa de coisas ruins para ninguém. Pelo contrário.

Mas entre querer e acontecer de fato, sabemos, há uma distância. Porque sempre pode dar tudo errado. E você, supershinsetsu, depois de ceder seu lugar no ônibus, pergunta para a moça de quantos meses ela está. E ela, sem entender muito, responde com outra pergunta: “Como assim? No trabalho?”.

No extraordinário romance *Le potentiel érotique de ma femme* [O potencial erótico da minha esposa], de David Foenkinos, literatura contemporânea do nosso século, a personagem Hector, logo na primeira página, tenta, sem sucesso, suicidar-se no metrô. Levado ao hospital, recobra a consciência e se dá conta de que até mesmo o projeto de dar cabo da própria vida tinha fracassado. Em depressão, recebe a visita do médico, que tenta ser amável.

Ao pedir para que nosso herói abra a boca, comenta: “Você tem uma bela língua”. A intenção era a melhor. Mas o tiro saiu pela culatra. A autoestima do suicida piorou muito. Convenhamos, ser elogiado pela beleza da língua depois de não conseguir se matar é mesmo o fim.

Por isso, quem age em *shinsetsu* vai além das boas intenções. Sabe que dessas o inferno tá cheio. Interessa-se também pela execução. Preocupa-se com o que, de fato, acontece no mundo. Com as transformações que faz advir. Com o impacto que gera em outras vidas. Por isso evita atrapalhar. Causar dano. Entristecer. Magoar. Humilhar.

No calor das tomadas de decisão, instante a instante, gentileza, amabilidade e respeito por outra pessoa cobram de quem age uma verificação do que efetivamente aconteceu

com ela. Se, realmente, sua vida melhorou ao ser impactada pela iniciativa gentil, amável e respeitadora.

Você se lembra do nosso exemplo inaugural. O japonês da aeronave. Ele não queria causar desconforto reclinando seu assento. Percebendo que eu era *gaijin*, estrangeiro, perguntou-me em inglês. Estava claro. Até aqui sabemos das suas intenções. Isso já era bem legal. Mas ainda não era Shinsetsu. Ou era.... Só pela metade.

Mas no momento em que – mesmo eu tendo assegurado que estava tudo certo – ele não reclinou o assento o quanto poderia, aí, sim. Zelou efetivamente pelo meu bem-estar para além da minha timidez. Assegurou-se do resultado pretendido pelas suas intenções. Tudo em inglês. Afinal, esforçar-se para ser compreendido em idioma supostamente dominado pelo interlocutor está alinhado ao seu jeito shinsetsu de ser.

Mas voltemos à preocupação com o que efetivamente acontece no mundo. Quando Shinsetsu, na segunda metade do século XX, precisou estudar inglês, procurou uma professora particular. Uma inglesa. *Native speaker*. Que fazia sucesso na Inglaterra e nos EUA desde o século XVIII. E, viajando pelo Japão, decidiu se estabelecer por lá.

Shinsetsu escolheu essa professora porque ela sempre se preocupou em conseguir resultados consistentes. E rapidamente. Para falar fluente o quanto antes. E não ficar enrolando durante anos sem sair do *the book is on the table* ou *where is Brian?* Trata-se de Mrs. Utility. Ou Utilidade Sensei. Seus fãs a veneram. Seus alunos não se esquecem dela. E se automearam utilitaristas. Seu método de ensino, o utilitarismo.

Mrs. Utility deixou na Inglaterra seus dois mais antigos assistentes: Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Acabaram morrendo antes dela. Mas muitos outros admiradores conhecidos, em todo o mundo, mantiveram vivo seu jeito de pensar. Fazendo do método de Mrs. Utility um sucesso global.

Com todo esse currículo, Shinsetsu não hesitou na hora de escolher sua professora. Afinal, todos sabem: para japoneses, aprender inglês não é nada fácil. Melhor uma *sensei* de eficácia comprovada.

CAPÍTULO 38

Serve pra que mesmo?

Mrs. Utility é sempre aplaudida. A utilidade é tudo de bom. Qualquer coisa considerada útil desperta interesse imediato. Quando nos mostram algo estranho, o primeiro impulso é logo perguntar: pra que serve? Essa é a primeira frase que a professora Utility ensina a todos os seus alunos. *What is this for?*

Isso serve para descascar alho. Perfeito para você que curte jogar um dente num *spaghetti al dente*, com um fio de azeite de oliva. Ou para qualquer um que prepara na raça, com ingredientes naturais, o tempero da comida. Quem gosta de alho precisa comprar um urgente.

Essa primeira aula de Mrs. Utility não despertou nenhum interesse em sua nova aluna. Também, pudera. Coisas, úteis ou inúteis, nada têm a ver com Shinsetsu. Não pela utilidade ou pela falta dela. Mas por ser coisa. Todos os utensílios do mundo poderão ser úteis. Mas nunca serão shinsetsu.

A aluna japonesa é humana. Sensível. Interessa-se pelo comportamento das pessoas. A professora British, com seu descascador de alho, parecia distante. Fria. Seca. Estritamente prática. Sempre querendo avaliar o aprendizado de cada lição dada.

Shinsetsu pensou em interromper as aulas. Buscar outro professor. Mas resolveu esperar um pouco. Um abandono tão prematuro poderia magoar aquela senhora tão empenhada em ensinar seu idioma. E Shinsetsu é sempre shinsetsu. Magoar alguém é agredir sua essência.

Na aula seguinte, Mrs. Utility segue fiel ao seu método. O que mais pode ser útil, além de uma coisa, um utensílio, uma máquina? Uma atitude?, balbucia Shinsetsu. *Yes, an action*, concorda sua professora. *An useful action. Very well, Shinsetsu.* Uma ação útil permite ao agente obter algo que –

no instante que em age – ainda lhe falta. Só a utilidade torna uma ação aceitável por qualquer um.

A isso chamamos legitimidade, ensina a inglesa. Um poder legítimo é um poder aceito como normal, justo, adequado. Da mesma forma, uma ação é legítima quando entendida por qualquer um que a julgue como alinhada ao que tinha de ser feito naquela situação. Mrs. Utility insiste que só ela, a utilidade, confere legitimidade a qualquer iniciativa humana. A opção pelo útil é o que qualquer um espera.

Por outro lado, se alguém do seu entorno não entender o porquê de você estar fazendo aquilo, é porque não identificou a utilidade da ação. Nesse caso, a sapatada é inevitável: “Cê tá loco? Pra que tá fazendo isso?”. Se não houver intimidade para tanto, pensarão em silêncio. E comentarão depois. Com outros.

Assim, dá a impressão de que, se não houver utilidade para o que estivermos fazendo – justificável aos fiscais da vida alheia e a nós mesmos –, teremos mesmo enlouquecido, jogado a vida no lixo, perdido tempo, viajado, brisado e tantas outras condenações comumente associadas a um instante de vida inútil.

Mesmo quando você tira férias, tempo de inutilidade autorizada, alguém pergunta: “Aproveitou para descansar?”. É o triunfo definitivo de Mrs. Utility. Mesmo a viagem de repouso tem que ser útil. Para o repouso. Esteja onde estiver.

Dessa aula Shinsetsu gostou um pouco mais. Afinal, tínhamos abandonado os utensílios. Deixado para trás o alho. Estávamos falando de gente. Pessoas e suas ações. A ação de uma pessoa pode ser shinsetsu. O assunto tinha a ver com a japonesa. Mas tudo que Mrs. Utility dizia parecia muito egoísta. *Selfish*.

Agir para conseguir o que quer. Nada saía da primeira pessoa do singular. Dos seus desejos, ou prazeres ausentes, sempre só imaginados. Dos seus prazeres presentes, que, fugazes, já são pretéritos. Saudades da Moral. Do intercâmbio em Roma. De não pensar só em si.

CAPÍTULO 39

Eu, inútil? Como assim?

Na aula seguinte, a professora parecia cada vez mais confiante nos seus princípios pedagógicos. Além de uma coisa e de uma ação, o que mais pode ser útil, ou inútil? Uma pessoa, talvez, arrisca a japonesa. *A person, of course. Anyone.* Se um agente – repetidas vezes – se mostrar incapaz de justificar a utilidade de sua conduta, de dar indicações precisas a respeito do que pretende com o que está fazendo, receberá a alcunha de inútil.

Uma pessoa tida por inútil respinga inutilidade em tudo que faz. Esse atributo é frequentemente destacado nos discursos de identidade pessoal. Filhos, parentes idosos ou enfermos, colaboradores nas empresas, parceiros

comerciais, servidores públicos, prestadores de serviço e tantos outros podem levar essa pecha. Claro que não todos.

A eventual utilidade de suas iniciativas será fulminada. Comprometeria a identidade de inútil, da qual precisamos ter certeza para saber com quem estamos lidando. Se alguém é inútil, não pode nunca agir utilmente. A dissonância gera desconforto. Tendemos a eliminá-la rápido. Um inútil só faz coisas inúteis. E pronto.

Seja pela falta assumida de projetos transformadores, seja pela suposta inadequação entre meios e fins. Pela falta de empenho na implementação do projeto. Pelo discutível valor da transformação pretendida. Ou pela falsidade da pretensão.

Em *Tieta*, já citada, o velho Zé Esteves chega em casa, sempre com seu cajado, e pergunta à Tonha (sua esposa): “Cadê Tieta?” (sua filha). A resposta: “Tá com as cabras no mangue seco”. “Não sei, não. Ela não presta pra nada. Boa coisa não há de estar fazendo”.

Outro exemplo primoroso de contaminação dos interesses e das ações de alguém pela sua identidade pessoal, encontramos na obra *Soumission* [Submissão], do fantástico escritor francês Michel Houellebecq, grande amigo de outro

monstro da literatura, o nosso jornalista e acadêmico gaúcho Juremir Machado.

Soumission trata da tomada do poder político central na França – em eleição direta para presidente da República em dois turnos – pelo partido Fraternidade Muçulmana.

O protagonista da trama é François. Professor de literatura na universidade. Especialista na obra de Huysmans. Tendo recusado convite do novo corpo diretivo da universidade para ocupar um posto destacado – mediante conversão ao islamismo –, François se vê afastado da vida docente.

Preterido em favor dos que aceitaram a condição. Relegado a uma aposentadoria constrangida e constrangedora. Deprimido, conclui que, se viesse a se interessar por alguma coisa, esta não poderia ter valor algum.

Inversamente, todo agente reconhecido como útil, prestativo, cheio de iniciativa, proativo, com espírito de dono, transfere valor ao que define como meta. Tornando-a relevante ou até mesmo indispensável aos olhos de quem o avalia. Nesse ponto, o tema volta a interessar a aluna.

Shinsetsu admite ser atributo de pessoas. *Kare wa shinsetsu na hitô desu*. *Karê* quer dizer “ele”. *Wa* é uma partícula que liga aqui o sujeito ao resto da frase. Sobre shinsetsu, ainda estamos aprendendo. *Na* é outra partícula que liga aqui o verbo ao complemento. *Hitô* quer dizer “pessoa”. E *desu* é o verbo “ser” já conjugado. Simplificando a frase, fica: “Ele é uma pessoa gentil”. Ou amável. Ou respeitadora. Que considera outra na hora de agir.

Embora essa ou aquela pessoa possa se considerar shinsetsu, atributos identitários são bons para discursos, mas quase nunca dão conta da realidade, sempre mais complexa. Ao longo da vida de todos nós, sempre teremos muitos momentos de gentileza genuína. E muitos outros de egoísmo rude.

Apresentar-nos de uma forma ou de outra é apenas questão de ênfase. Jogar a luz sobre uma parte do todo e condenar a outra às trevas. Deformar a realidade em nome da simplicidade das definições. Empobrecimento do mundo em nome de uma necessidade de conhecer e comunicar alguma coisa. Sendo assim, quando o mundo falar de nós, que empobreça para melhor. Que simplifique pelo virtuoso. Que

arredonde para mais, como dizia na escola. Eu, inútil? Como assim?

Exemplo magnífico do que acabamos de dizer, também citado por Millôr Fernandes, encontramos no finalzinho do *Ulisses*, de James Joyce. Molly Bloom relembra sua vida em páginas e páginas sem pontuação. A aparente confusão do texto participa da comunicação de uma mensagem que mostra a vida na sua grande complexidade.

“É que o sol nasce pra você me disse ele [...] e eu obriguei ele pela primeira vez a me pedir sim e eu lhe dei um pedaço de bolo da minha boca e era ano bissexto como agora sim já passaram dezesseis anos meu Deus depois do beijo comprido que eu quase perdi o ar ele disse que eu era uma flor da montanha sim que nós todas somos flores em nosso corpo de mulher sim [...] e aí foi porque eu gostei dele pois ele entendia o que uma mulher era [...] e dei a ele todo o prazer que eu podia empurrando ele até ele pedir para eu dizer sim mas eu não respondia de saída olhando o céu e o mar e estava pensando numa porção de coisas que ele não sabia [...] de pessoas com nomes que ele nunca ouvira do meu pai do capitão do mercado da rua Duque [...] dos burrinhos meio dormindo escorregando pela ladeira [...]

Entre dar todo o prazer que podia e enclausurar-se num universo impenetrável. Tudo sem ponto-final. Como a vida, que só tem um, que, para nós, não chegou ainda. Num turbilhão em que toda a generosidade se mescla com a mais rigorosa desconsideração da presença do outro. Sendo a vida assim, como alguém pode ser simplesmente útil, ou gentil, ou respeitador ou qualquer outra coisa? Como é possível ser alguma coisa – seja lá qual for – nessa montanha-russa que nos desmente a cada solavanco?

CAPÍTULO 40

Presentes do meu pai

Voltemos à utilidade das coisas. Quando útil, qualquer coisa ganha valor positivo. No caso de não servir para nada, não tem valor para ninguém. Essa utilidade costuma ter traços de objetividade. Isto é, pode ser constatada por qualquer um.

Assim, cotonete, cortador de unhas, papel higiênico, espelho e sabonete parecem úteis. Milhões de outros exemplos poderiam figurar no lugar desses. Ocorreram-me porque neste instante encontro-me no banheiro de casa.

Por falar nisso, chamou-me a atenção, em recente visita a Shinsetsu, em sua terra natal – ela que reluta em vir me visitar, não sei por quê –, a inovação técnica aplicada ao vaso sanitário. A ducha higiênica que sai de dentro com mira

cirúrgica, o vento secador, a tampa do vaso que se levanta com a mera aproximação de seu usuário.

Mais um detalhe. O assento é aquecido. Para mim, que sou supercalorento, um sacrifício. Glúteos e posteriores das coxas em transpiração. Aquele traço de objetividade, que se traduz em atributo óbvio de utilidade, não funciona para detentores de glúteos transpirantes. Se para muita gente sentar no vaso com tampas aquecidas é de utilidade indiscutível, para mim é um suplício. E tenho dito.

Meu pai desmontava tudo que era velho em casa. Tentava, com muito empenho, pôr pra funcionar. Mesmo que estivesse fora de uso há anos. Quando via que não tinha jeito mesmo, dava pra mim. Pedacos de liquidificador, de rádio, de ferro de passar e até de automóvel. Peças objetivamente inúteis.

E, assim, passei a reunir e guardar todas elas. Coisas que não serviam para nada. Era alvo da incompreensão, da chacota e do desdém dos poucos que se animavam a me visitar. “Joga isso no lixo. Não presta pra nada.”

Nunca me desfiz de nenhuma daquelas coisas que meu pai me deu. Porque, embora não tivessem mais serventia

para aquilo que foram concebidas, tinham para mim muito valor. Foram presentes do meu pai.

Como assim, inúteis? Talvez os utensílios domésticos e o carro que um dia lhes deram utilidade não funcionassem mais com elas. Mas quando eu as tirava do meu armário e as repousava sobre o chão do quarto, permitiam-me lembrar da ternura, do zelo, do carinho com que meu pai me tratava. Eram úteis para mim. Uma utilidade que talvez só eu pudesse perceber. Íntima. Afetiva.

Assim, aquelas peças ganharam uma segunda utilidade. Ou uma segunda chance de serem úteis. Lixo para muitos, eram como provas do amor de meu pai por mim, que davam maior sabor ao imenso amor que sentia por ele.

As coisas que meu pai me dava nunca serão shinsetsu. Não lhe dizem respeito. Mas a maneira como o filho tornava palpável seu afeto pelo pai emocionou a japonesa. Talvez Mrs. Utility esteja se soltando aos poucos. Não deve ser tão fria quanto pareceu nas primeiras aulas. Shinsetsu parece mais animada. Aula seguinte.

CAPÍTULO 41

Olhos para colírios

O valor de utilidade de uma coisa ou de uma conduta não se esgota nela mesma. Nada que é útil tem valor em si mesmo. A utilidade depende de alguma relação. A pergunta “para quê?” indica a dependência do que se pretende útil de algo mais para sê-lo efetivamente. Sei que não fui claro. Fiz o que pude.

Vamos recorrer a alguns exemplos. Estes costumam ser úteis. Não em si mesmos. Só serão úteis se permitirem a sua compreensão. É ela que conferirá utilidade ao exemplo. Estamos aprendendo juntos que a utilidade de qualquer coisa ou ação é condicionada por realidades outras, que lhes são exteriores, portanto.

Sem a sua compreensão, o exemplo não poderá ser útil. Se quem o propuser quiser muito ou precisar muito que seja entendido como útil, estará nas suas mãos. Como eu, neste momento. Meu exemplo precisa ser útil. Mas você detém o poder. Só você poderá dizer se compreendeu ou não. Quem pretende utilidade está nas mãos da realidade outra que a chancela.

Shinsetsu se atreve a perguntar: há, portanto, uma superioridade do mundo transformado em relação ao instrumento útil para transformá-lo? Superioridade da compreensão em face do exemplo, do ouvido em face do cotonete, da sensibilidade em face da pintura?

Mrs. Utility, cada vez mais encantada com Shinsetsu, concorda entusiasmadamente. E propõe mais exemplos. Um colírio não é útil em si. Nem para si. Precisa de olhos. E não em qualquer estado. Olhos agredidos. Olhos doentes. Olhos sujos. Em contrapartida, a humanidade com olhos sempre impecáveis o condenaria à inutilidade. Da mesma forma, uma eventual geração de humanos sem olhos.

O livro é útil na leitura. Para o leitor. Para calçar móveis desequilibrados. Sem leitores e móveis, torna-se inútil. Numa sociedade ávida por conhecimento, os livros ganham

extraordinária utilidade. Em outra constituída só por analfabetos, talvez só sirva mesmo para corrigir os defeitos do mobiliário.

Shinsetsu então propõe: o que vale para o colírio e para o livro deve valer também para a vida, que, se for apenas útil, não terá nenhum valor por ela mesma. Sempre achei que há mesmo duas modalidades de vida. A primeira, verdadeira, é a dos sonhos. Da criança ao adulto. A segunda, falsa, é a útil. Nesta, terminamos num caixão. Cercados de todos que já não podem mais atestar nossa utilidade.

Mrs. Utility exulta novamente. De fato, Shin-setsu. Uma vida, enquanto permanece na mera utilidade, não vale muita coisa. É preciso que a utilidade a conduza à felicidade. E essa nunca será útil. Apenas feliz.

Em todos esses casos, portanto, a utilidade depende muito das carências do agente, da sua situação, do momento que está atravessando na vida, das pessoas com quem convive etc.

Assim, para saber o que lhe é útil temos que perguntar se é analfabeto ou não, se está com os olhos agredidos ou não, se quer entender o que está sendo ensinado ou não, se

ama o pai ou não, e assim por diante. Diríamos uma utilidade relativa ao agente, que depende de quem ele é.

Suponho que você, Shinsetsu, tenha uma pergunta na ponta da língua. Haverá alguma coisa no mundo que de tão útil, mas tão útil, possa ser considerada de utilidade universal? Ou seja, algo cuja utilidade não dependa dos atributos ou da situação vivida por quem age?

Acho que não, responde Mrs. Utility. Mas há, sim, algo universal para o qual tendem todas as coisas úteis. Algo que todos os agentes almejam. Em qualquer tempo e lugar. Que confere valor de utilidade a tudo ou a qualquer um que dele permite se aproximar.

Shinsetsu se anima. O que será isso que todos os utensílios, ações e pessoas úteis buscam alcançar? O que será que é tão bom a ponto de ser bom para qualquer um em qualquer momento de sua vida? Uma coisa é certa. Se é o mais importante, nada pode estar acima. Se nada está acima dele, não pode ser útil para nada mais. Assim, o que há de mais importante é inútil. Com certeza.

Mas tudo isso Shinsetsu guarda para ela. Por receio de interromper demais. Afinal, Shinsetsu é a própria shinsetsu.

E nunca se permitiria perturbar, com sua ansiedade, o raciocínio de sua *sensei*.

CAPÍTULO 42

O mala do ano

Adotemos um método, sugere Mrs. Utility. Investigaremos inicialmente a utilidade do que estamos fazendo. Encontrada a resposta, buscaremos a utilidade desta última. E a utilidade da resposta seguinte. E assim por diante. Procedendo dessa forma, vamos nos afastando do particular da situação e nos aproximando de algo perseguido por todos. Em comum.

Vamos ajudar Mrs. Utility e Shinsetsu. E verificar se funciona o que sugeriu a professora. Perguntamos à minha filha Natália, aluna do ensino médio do Colégio Bandeirantes, em São Paulo: por que você passou o fim de semana estudando? E ela responde: porque tenho prova na quinta-feira de todas as matérias e preciso tirar uma nota

alta. Além do que preciso dominar essa matéria, objeto da avaliação.

Perguntamos: pra quê? Ora, responde ela: se for bem nesta prova, terei um ponto a mais em todas as disciplinas, o que facilitará a aprovação final. Dominar a matéria me permitirá sucesso nas avaliações do final do ensino médio.

Não podemos desanimar. Assuma seu papel de chato. E continue a perguntar. Para que ir bem no Enem? Para entrar numa boa faculdade, ué, diz ela em tom de obviedade. E para quê? Para obter um diploma universitário e tornar-me uma profissional competente.

E para quê? Para ser reconhecida como tal e também ajudar as pessoas que precisarem do meu trabalho. Para quê? Para poder ter uma condição econômica no mínimo razoável. Quanto a ajudar as pessoas, porque me faz bem.

E condição econômica para quê? Para poder dispor do que preciso e proporcionar às pessoas que estiverem vivendo comigo uma vida digna. E para quê? Porque tudo isso é importante para mim. Sem isso, a vida terá menos chance de ser feliz.

E nós, candidatos a mala do ano, fazemos a última pergunta: e para que ser feliz? Ora, diz Natália com a

paciência no limite, essa pergunta é meio idiota. Ser feliz para ser feliz, ué. A felicidade não possibilita mais nada além dela própria. Chegamos ao fim da linha. E da sua aborrecedora inquisição.

Natália tem razão. É o que garantem Mrs. Utility e seus assistentes utilitaristas. Qualquer outra pessoa que tivesse se submetido ao mesmo questionário até o final chegaria à mesma conclusão. Tudo na vida será útil se, em última instância, levar à felicidade. A vida é para isso.

Todo o resto que definimos como metas não passam de meios. Instrumentos que permitirão a aproximação do fim maior. Segundo essa forma de pensar a vida, os homens poderiam ser definidos como seres que pretendem a felicidade. Que têm interesse por ela.

Shinsetsu ouve com respeito Mrs. Utility. Disposta até a concordar com ela. Desde que entendamos pela própria felicidade um estado de espírito que seja muito maior do que os prazeres de quem age. Ouçamos a professora.

Dessa forma, em nenhum segundo da vida o homem abriria mão de ir atrás – mais ou menos diretamente – da sua felicidade. E de fugir do que é infeliz. Assim, não haveria

na vida humana nenhum espaço para o desinteresse. Toda ação seria interessada.

Shinsetsu também não discorda de imediato. Sim, somos todos interessados. Desde que o interesse de cada um não se esgote em alcançar coisas para si. E compreenda o interesse pela felicidade do outro.

Não precisa ser um fino analista ou um cientista do comportamento humano para concluir que muitos estão querendo “livrar a própria cara”, “se dar bem”, “tirar o seu da reta”, “pôr o boi na sombra”, encontrar “uma boiada” etc. Por outro lado, também não precisa ir muito longe para encontrar gente empenhada em facilitar a vida de outras pessoas. Em todos os lugares.

Para Mrs. Utility todas as nossas ações podem se justificar por utilidades intermediárias. Mas o fundamento último de todas elas é a busca da felicidade. Satisfação de interesses, necessidades e desejos. Essa tese caminha de mãos dadas com outra. Shinsetsu está de acordo. Todos buscamos a felicidade. Mas não necessariamente a própria.

Mrs. Utility continua firme. O homem – muito antes de ser racional, capaz de simbolizar, de comunicar, de enunciar discursos – é um ser de prazer e de dor. E, portanto, lutará –

ao longo da própria vida – por maximizar o primeiro e reduzir, ao mínimo possível, a segunda.

A inglesa antecipa ponderações e segue explicando. Nem sempre os interesses são cristalinos na consciência. Podem nos mover mesmo estando fora dela. Nesse caso, por não ter claro na mente o objeto de nosso desejo, supomos nosso gesto como altruísta ou desinteressado. Haverá quem passe a vida “fazendo o bem” para os outros. E talvez nunca venha a ter consciência de seus próprios interesses nessa atividade.

Por vezes dedicamo-nos a melhorar a vida alheia porque temos interesse nisso. Porque isso nos faz bem. Porque sofremos com o sofrimento dos outros. E nos alegamos com sua alegria. Quando nós os amamos, por exemplo.

No amor, a felicidade do amado está imbricada na nossa. Impossível ser feliz diante da sua tristeza. O outro – e seus afetos –, nesse caso, não passam de meio para nosso contentamento. Ainda em *Tieta*, Betty Faria vira para Lídia Brondi, sua protegida, e diz: “Não vai ficar triste agora, que eu não vou suportar”.

Bem. Nossos interesses podem estar frescos na nossa consciência ou não. Serem nobres ou ignóbeis. Heroicos ou covardes. Generosos ou mesquinhos. Altamente

intelectualizados, raros, elevados ou carnais do mais baixo calão. Pouco importa. O certo é que é em torno deles que a vida gira. Que os valores são atribuídos. Que as condutas são avaliadas. E que a vida é medida.

CAPÍTULO 43

Dá pra somar felicidades?

A felicidade de quem age não é, para Mrs. Utility e seus discípulos, a consequência que determina o valor moral positivo de uma ação qualquer. Isto é, eles não confundem o próprio prazer com o bem, ou a virtude. Não valorizam exclusivamente a satisfação de interesses particulares.

Se a felicidade do agente fosse a consequência que condicionasse o valor moral da conduta que lhe deu causa, seria mamão com açúcar – para seus críticos – denunciar a inconsistência. Para ser feliz, a riqueza. Para a riqueza, a corrupção. Para ser feliz, o prazer. Para o prazer, o estupro.

Ótimo exemplo de conduta egoísta, centrada no próprio prazer e felicidade, que não corresponde em nada ao que

ensina Mrs. Utility, encontramos em *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz. Lembremos que a professora – assim como seu discípulo mais querido, Mill – é dotada de extraordinária erudição.

A trama se desenrola em torno de um triângulo amoroso. Luísa, entediada no matrimônio com Jorge, marido respeitador e honesto, envolve-se com um antigo namorado, seu primo Basílio. Este, sem escrúpulos, seduz a prima com mentiras gentis, amáveis e cheias de cavalheirismo, “na intenção de observar satisfeitos os seus impulsos sexuais”.

Os encontros eróticos entre os primos aconteciam num quartinho sujo e empoeirado nos subúrbios de Lisboa. Ironicamente chamado por ambos de “Paraíso”. Aos poucos Luísa vai se dando conta: “Todo o prazer que sentia ao princípio, que lhe parecera amor, vinha da novidade, do saborzinho delicioso de comer a maçã proibida, das condições do mistério do Paraíso, de outras circunstâncias talvez que ela queria confessar a si mesma, que a faziam corar por dentro!”.

Luísa carrega arrependimentos cada vez maiores e saudade de seu esposo. Seu drama aumenta com a chantagem da empregada Juliana, que descobrira a

infidelidade da patroa. A serviçal dispunha de cartas íntimas e comprometedoras trocadas pelos adúlteros. Cheia de ressentimento, decide submeter Luísa às piores humilhações. Invertem-se os papéis. Luísa atende a todos os desejos de Juliana. Como pagamento por seu silêncio.

Jorge acaba descobrindo o adultério da esposa. E a perdoa. Mesmo assim, atravessada pelas dores da alma e afetivamente destroçada, Luísa morre. Basílio, ao saber da morte da prima, lamenta não ter trazido Alphonsine, sua amante parisiense. *O primo Basílio* representa o humano irredutível ao outro. Desprovido de toda empatia. No esplendor máximo do seu egoísmo.

Shinsetsu ouviu com atenção a narrativa. Emocionou-se com o desfecho da trama. A lágrima ficou retida. À moda oriental. Pede solenemente desculpas à professora por interromper a aula. Retira-se para se recompor. E, quando volta, desculpa-se pelo atrevimento de fazer uma pergunta. Se para Mrs. Utility o valor de uma ação não estava na felicidade de quem age, estava onde, então?

A inglesa sorri, enternecida com a delicadeza da oriental. Toma uma das mãos dela entre as suas e esclarece: “Uma ação é boa, Shinsetsu, quando satisfaz não só os interesses

de quem age. Mas quando faz advir a maior soma de felicidade possível para o maior número. Nessa contagem devem ser incluídos todos os seres suscetíveis de serem felizes. O que corresponde a sentir dor e prazer. Incluindo os animais. E as plantas”.

Age bem aquele que faz aumentar com sua ação a soma global de felicidade mundo afora. Age mal, logicamente, aquele que faz diminuir essa soma. E, portanto, aumenta o sofrimento do maior número. Contrariamente à impressão deixada pelos capítulos anteriores, os pensadores que usam a utilidade como referência não são individualistas, egoístas. Pelo contrário. Tanto que, no caso de a felicidade do maior número exigir ação contrária aos interesses do agente, que assim seja. Ensejando conse quência distinta do desejado. Do supostamente alegrador para si.

Shinsetsu parece tirar um gigantesco peso de suas costas, que a oprimia desde o começo das aulas. Subitamente, a britânica Mrs. Utility tornou-se uma pessoa querida. E a devoção da aluna japonesa pelas suas aulas só aumentava.

Mais solta, Shinsetsu faz nova pergunta: na hora de fazer a conta, devo considerar o mundo inteiro ou só os afetados

por aquela ação que está sendo avaliada?

Mrs. Utility sorri novamente antes de responder, cada vez mais encantada pela autenticidade de Shinsetsu. “Veja, se você pensar bem, dá na mesma. Porque aqueles que não estão no orbital dos impactados pela ação não nos interessam. Não entram no cálculo. Afinal, para esses não houve ganho nem perda de bem-estar.”

Então, se considerarmos apenas aqueles cuja vida foi afetada pelo agente, estaremos – por tabela – medindo a transformação ensejada no mundo inteiro. Até porque se, para agir, tivéssemos que avaliar o mundo inteiro, estaríamos diante de um programa moral imobilizador.

Se eu ajudo uma senhora idosa a se servir de chá, *English tea*, é claro, e depois a acompanho até sua mesa, aumentei a soma de felicidade do mundo porque aquela senhora teve um instante de vida melhor – do que teria sem o meu oferecimento –, e o resto do mundo ficou na mesma. Não foi afetado pelo que fiz.

Mais um exemplo, segue Mrs. Utility. Lá em casa, meu marido e eu dividimos a tarefa de lavar a louça do jantar. Critério simples: um dia eu e o outro ele. Nenhum dos dois é muito fã dessa atividade. Numa noite de reaproveitamento

de sobras do fim de semana, eu comia feliz porque não era meu dia.

Nossa, interrompe Shinsetsu. Ignorava que a senhora tivesse um marido. A inglesa aprumou-se orgulhosa. Claro que sim, *my dear*. O melhor marido do mundo, *of course*. Sou casada com o próprio prazer. Mr. Fun. Somos inseparáveis. Mas, como não somos egoístas, chamam-nos de um casal aberto. E eu empresto meu marido. Enquanto transito bem faceira por aí. Explicando para quem queira aprender que uma ação só pode ser avaliada como boa se, efetivamente, aumentar a felicidade do mundo.

Mas agora, Shinsetsu, se você me permitir, estava contando sobre a louça lá de casa. A japonesa ruboresce, envergonhada. Entendeu a advertência. Pede perdão por ter interrompido. Não há nada do que ser perdoada, responde generosamente a inglesa.

Terminado o jantar notei em Mr. Fun um desânimo inabitual na frente da pia. Esclareceu que havia tido um dia particularmente difícil. Nada tinha dado muito certo. Ofereci-me para terminar o serviço. Ele agradeceu. Aumentei a soma de felicidade no mundo. Porque ele sorriu agradecido.

E o resto do mundo, claro, não tomou conhecimento. Viva o aumento da soma.

CAPÍTULO 44

Agradar a todo mundo não dá!

Comecemos pelo exemplo. Retirado dos mitos. Da *Teogonia* de Hesíodo. Gaia, a Terra, era uma deusa. Surge meio que do nada. Onde só havia caos. Representava o chão firme. O espaço onde a vida seria possível. A mãe de todas as criaturas. De Gaia surgiu Urano. O Céu. Do mesmo tamanho da Terra, como sua cópia invertida, tornou-se seu amante. Deitou-se sobre sua amada, encaixou-se à perfeição, cobrindo-a sem trégua.

Fogoso ao extremo, copulava ininterruptamente. Virilidade a toda prova. Sexo com penetração *full time*. Tamanha volúpia poderia, à primeira vista, despertar alguma inveja. Sobretudo quando rola um papo de falta de

apetite do marido. “Um amante assim é mesmo o céu”, exclama uma aluna fazendo cara de enfado.

Mas o leitor imaginará o incômodo. Fecundada, Gaia se via impossibilitada de parir seus filhos, por falta de espaço. Constrangida a retê-los em seus interiores. Nada de filhotinhos fofos fazendo biquinho e pedindo para mamar: 12 titãs, 3 ciclopes e 3 hecatonquiros, estes últimos com 50 cabeças e 100 braços cada um.

Figuras gigantescas, cheias de energia e dispostas ao conflito. Deuses da Terra. Belicosos e sem muita empatia. Condenados a transitar pelos grotões de Gaia, em regiões próximas do Caos e do Tártaro. Lugares lúgubres, viscosos, mofados e sem luz. Claro, sem luz. Urano tapava tudo.

Gaia pedia ajuda. Aos filhos, claro. Não havia mais ninguém ali. Nem em nenhum outro lugar. “Libertem-me deste estorvo fornicador.” Os filhos, por mais combativos, valentes e fortes que fossem, imaginavam o tamanho do enrosco. Afinal, um oponente do tamanho da Terra impõe respeito a qualquer um que esteja sufocado dentro dela.

Uma luta que já começaria meio perdida. Nada de cumprimentos preliminares. O adversário por cima bloqueando qualquer movimento. Todas as saídas. Para

quem luta ou vê na TV os gladiadores pós-modernos do MMA, sabe que quem está embaixo costuma apanhar bastante. Isso contra um oponente de peso e tamanho equivalentes. Imagine dar início a uma luta já esmagado por um muitas vezes maior. Aparentemente, nenhuma chance.

Sabemos que essa história não acaba assim. Afinal, estamos todos na superfície de Gaia e Urano, o Céu, está bem lá em cima. Alguém deve tê-lo mandado para lá. De fato. O caçula dos titãs, Cronos, o mais irrequieto, como bom filho mais novo, inconformado com a situação, promete auxílio à mãe. Uma iniciativa libertadora para todos.

O plano é urdido nos subterrâneos. Gaia fabrica, com matéria-prima abundante em seus porões, um tipo de foice. Bem afiada nas pedras do entorno. Entrega a foice a Cronos, que na primeira oportunidade resolveria de vez o problema do universo. Urano penetra Gaia.

Cronos segura o membro do pai com a mão esquerda. E com a direita, num golpe único e vigoroso, o amputa sem hesitação. Com dores lancinantes, Urano descola de Gaia, afastando-se quanto lhe fosse possível, indo parar no teto do mundo, por assim dizer. Onde se encontra até hoje. Cronos,

por sua vez, joga fora, por cima dos ombros, o membro paterno amputado.

Bem, esse magnífico exemplo elucidava o que dizíamos. A ação, entendida por gentil pelo seu agente, poderá ser interpretada distintamente por mais de um destinatário. Cronos quebrou o galho de Gaia e de seus irmãos, gesto de gentileza corajosa, sem dúvida. Mas para isso, por intermédio da mesma ação, agrediu o pai com crueldade insuperável.

Outro exemplo mitológico vem da sequência dessa narrativa.

Com a remoção de Urano da posição de cópula, Gaia pôde finalmente dar à luz seus filhos. A expressão aqui se justifica plenamente. Porque o Céu, perfeitamente justaposto à Terra como estava, mantinha a todos em total escuridão. Paridos os titãs, Cronos, o mais audaz, assume o poder. E escolhe Reia, uma de suas irmãs titânidas, como esposa. Casal fértil, com seis filhos.

Porém, Cronos temia que pudessem reivindicar seu lugar. E por isso decidiu engoli-los à medida que iam nascendo. Se Urano, seu pai, pelas mesmas razões, não permitia o parto de seus filhos, condenando Gaia a conservá-

los em seu ventre, Cronos deixava-os vir ao mundo para em seguida os devorar. Esses filhos, por serem deuses, continuavam vivos no ventre do pai.

A atitude do marido desagradava Reia, que assistia um a um ao desaparecimento de seus filhos. E também Gaia, que tinha com a filha – também nora – grande afinidade. Quando do nascimento do sexto filho, as duas decidiram não permitir que ele repetisse sua estratégia. Escondem o caçula na ilha de Creta, no interior de Gaia. Cronos pede para ver o filho.

A esposa entrega-lhe uma pedra envolta em mantos de parto. Cronos engole com “casca e tudo”. A pedra e os panos que a escondiam. Dá-se por satisfeito. E assim o último de seus filhos, Zeus, pôde crescer protegido de sua crueldade. Mais tarde, como Cronos temia, Zeus acaba por tomar-lhe o poder e condená-lo às profundezas do Tártaro.

Muito bem. Observe a conduta de Gaia neste segundo episódio. Você dirá que ela agiu bem porque protegeu um recém-nascido e sua mãe das crueldades de um deus tirano. Perfeitamente. Mas se você considerar que esse deus é seu filho. O mesmo que a libertou do opressor Urano, permitindo-lhe parir, respirar e viver normalmente, olha. O

que ela fez. Usa de um artifício para que o filho coma uma pedra. Protege, assim, o neto, que termina por destroná-lo.

Nossa. Com uma mãe assim, nem precisava ter todos os filhos contra si, como foi o caso. Se por sua conduta Gaia resolveu o problema de Reia e Zeus, pela mesma conduta foi absurdamente desleal com Cronos, seu filho e salvador.

Uma ação. Uma causa. Múltiplos efeitos. Alegadores e entristecedores. Tudo junto. E ao mesmo tempo. Em muitas situações da vida, toda decisão terá eficácia ambígua. Consequências contraditórias. Afetação complexa. Agradar a todo mundo converte-se em façanha. O que foi entendido por shinsetsu por parte de uns será tomado por rude, grosseiro e agressivo por parte de outros.

CAPÍTULO 45

Ops! Foi mal!

O agente em shinsetsu considera o outro na hora de agir. Evita a todo custo fazer-lhe mal. Duas possibilidades se abrem. Na primeira delas, o efeito negativo que o agente pretendia evitar de fato não se produz. Shinsetsu bem-sucedida. Na segunda, o outro é afetado negativamente pelo agente. Nesse caso, acontece o que o agente não queria. Houve uma ruptura entre a intenção e o efeito. O que alguns chamam de efeito perverso. Shinsetsu fracassada.

Esse efeito negativo ensejado pelo agente pode escapar à sua percepção. Para exemplificar tamanha insensibilidade, nada mais fértil do que minha própria experiência. Palestra

no Sul do país. Chegou o momento de falar do amor Ágape. Lembro uma passagem triste da minha trajetória.

Minha filha caçula, aos 4 anos, é acometida de grave doença. Por amor, trocava minha vida pela dela e daria troco. Pedia para que forças superiores aceitassem a troca. O amor por aquela filha vale mais, muito mais, do que continuar vivo. Bem, minha filha encontra-se completamente curada. Sem que a troca tivesse sido necessária.

Continuamos na palestra. Terminado o exemplo, era hora de deixar o amor pra trás. E passar para a alegria em Espinosa. Tudo parecia transcorrer normalmente. Público educado. Atencioso. Envolvido. Demonstrando entender com risos e silêncios a mensagem. Algumas lágrimas presumidas. Quem tem filho ou filha nessa hora sempre se coloca um pouco no lugar de quem expõe esse tipo de drama familiar.

Mas eis que uma mulher – sem que me desse conta – se retira do recinto aos prantos. Mais tarde vim a saber que seu filho, com a mesma doença, não tivera a sorte de Natália. Uma palestra shinsetsu até a última gota produz um efeito inesperado, indesejado e triste. E não percebido por mim até

dias depois. Quando fui informado do ocorrido no feedback do cliente.

Outro exemplo. Mais singelo. Agora como vítima. Palestra em São Roque. Indústria farmacêutica. Intervalo para um café. Alguns minutos antes de começar a falar. Aceitei um expresso para dar uma espertada. Superquente, como convém.

Eis que alguém do evento, com gestos largos, se esforça para que tudo esteja em ordem e os convidados sejam todos bem atendidos. Iniciativa 100% shinsetsu. Na ansiedade por bem atender, agita-se. E seu ombro acaba esbarrando em meu braço. Claro, o que segurava a xícara. O efeito não percebido pelo apressado executivo foi o derramamento de todo o café fervente na minha camisa branca e no meu paletó.

Ter consciência do mal que fazemos a alguém é um precioso aprendizado. A natureza crua é uma força que nos conduz ao próprio prazer. É esforço por perseverar no ser. É luta pela própria potência. É pulsional. É egoísta.

Por isso, estar atento ao outro, ao que acontece com ele por causa da nossa particular existência, requer ir além dessa natureza. Uma superação, portanto. Um descolamento

do eu estritamente natural. Uma disposição a desculpar-se a cada gesto causador de tristeza. É percebido por quem age.

Ora, essa superação só será possível por intermédio de uma reorganização das próprias forças vitais. De um redirecionamento de nossos impulsos. De uma educação para a convivência. Para o reconhecimento e a consideração do outro. De seus afetos. Para o respeito em suma. Quem age em shinsetsu está mais preparado para identificar o mal causado. Ao outro e ao mundo.

CAPÍTULO 46

Isaura: o instrumento rebelde

Identificar o objeto de estudo pelo que ele não é, pelo seu contrário, pelo que sobrou, pelo que lhe é externo ou alheio, ajuda muito a compreensão. Aprendi um dia que se trata de tautologia. Vejamos, então, o que shinsetsu não é. De jeito nenhum.

Enquanto conduta inscrita em relação com um outro, shinsetsu descarta, antes de mais nada e de forma absoluta, toda abordagem que toma esse outro apenas como meio ou instrumento para obtenção de ganho, vantagem, prazer ou comodidade para o agente.

De fato, há muitas maneiras de abordar alguém. Uma delas, talvez a mais frequente, é convertê-lo em instrumento

das próprias pretensões. Uma ferramenta humana. Mulheres e homens tornam-se objeto no sexo quando são tomados pelos seus parceiros por mero instrumento de seu próprio prazer.

Da mesma forma, um executor de ordens. Um escravo. Ou serviçal, que não tem direito à palavra, porque não há relevância no que possa dizer. Nenhuma verdade poderia a ele ser atribuída. Porta-voz não autorizado. Se ousar falar, não será ouvido. Por desatender condições sociais de enunciação.

A escrava Isaura é excelente exemplo. Obra de Bernardo Guimarães publicada em 1875. Parte das personagens a aborda como tal. Uma escrava. Ferramenta viva. Multiúso? Como Leôncio, o vilão da trama. Uma das boas razões para julgar alguém como sendo “do mal” é tomar os outros como meros instrumentos de suas pretensões.

Outras personagens a tratam como instrumento diferenciado. Uma escrava branca. Autorizada a interagir dentro de limites definidos pelos seus donos. Finalmente, há os que a tomam por uma igual. Como seu pai, Miguel, e Álvaro, seu grande amor.

Podemos detalhar um pouco mais. Isaura é uma escrava que vivia em uma fazenda em Campos dos Goytacazes, no Vale do Paraíba. Foi criada como uma filha pelos seus senhores. De educação refinada. Caráter nobre. Personalidade firme. Com a morte da matriarca, Isaura muda de dono. Torna-se propriedade de Leôncio. Homem recém-casado.

Leôncio deseja Isaura. Ele a quer como mulher. Como amante. Esta, por sua vez, o desdenha. Recusa-se a intimidades. Como já o fizera no passado sua mãe – maltratada até a morte pelo pai de seu assediador. Para chantagear a insubmissa abusada, e, quem sabe, fazê-la mudar de ideia, Leôncio a manda para a senzala. Com outras atribuições. Menos domésticas e mais braçais.

“O coração é livre. Ninguém pode escravizá-lo. Nem o próprio dono”, repetia Isaura com altivez. Leôncio, enfurecido, ameaça açoitá-la. No tronco. No auge da tensão, Isaura consegue fugir da fazenda com seu pai, tendo Recife como destino. Foragida e reclusa, adota o cognome Elvira. Mora com seu pai em absoluta discricção.

Até conhecer Álvaro. Por quem se apaixona profundamente. Um amor intenso e correspondido. Mas o namoro expõe Isaura. Num baile, em companhia de seu

amado, é reconhecida. E sua verdadeira identidade revelada. Álvaro, embora perplexo, segue apaixonado. Tenta comprá-la de Leôncio. Sem sucesso. Isaura é obrigada a regressar para a fazenda.

Leôncio, falido, tenta se reconciliar com a esposa. Garantindo ser Isaura que o assediava. Procura parecer convincente. E a constrange a escrava ao matrimônio. Com Belchior, o jardineiro.

Álvaro, por sua vez, compra a dívida dos credores de Leôncio, tornando-se proprietário de todos os seus bens. No dia das bodas, Álvaro aparece e cobra seus direitos. Isaura lhe pertencia. Derrotado, o vilão se suicida.

Uma variante da abordagem do outro como mero meio – portanto também distante do que entendemos por shinsetsu – é o que alguns denominam instrumentalização negativa. Em vez de fazê-lo agir para si, impede-o de agir contra si. Tolher iniciativas, reduzir potências, desviar talentos, deslegitimar, não reconhecer o mérito são formas de apequenar a vida alheia. Em proveito próprio.

Como nos mitos já citados. Urano não saía de cima de Gaia. Impedia que esta parisse seus filhos, conservando, assim, seu poder e posição. Da mesma forma, Cronos, seu

filho e algoz, engolia os próprios descendentes, encarcerando-os em seu ventre. Com o mesmo escopo do pai. Impedir alguma revolução. Dois deuses conservadores do *statu quo* que lhes parecia vantajoso.

A abordagem do outro como instrumento ativo ou omissor das próprias realizações é muito comum. Mas a sacanagem nas relações nem sempre é tão explícita. Podemos pensar em cenários menos óbvios. Mais sofisticados. Onde há aparência de dignidade. De consideração. De respeito. E o agente, estrategista, faz como se lidasse de igual para igual. Não há interesse em ostentar a dominação. Que será tanto mais eficaz e tranquila para o dominante quanto menos percebida. Menos escancarada.

CAPÍTULO 47

O Everest é logo ali

Com efeito. Se o dominante deixar muito claro o papel do outro na relação, terá vida menos tranquila. Terá que contar com a superioridade de forças. O tempo todo. Mais do que isso. Terá que estar sempre alerta. Porque, mesmo em posição de força, ao menor cochilo todo dominante poderá acordar estranho. Como se dizia, “quem foi pra Portugal...”.

Sabedoria do come-quieto. Domina sem estardalhaço. Na miúda. Atraindo a atenção do dominado para tudo, menos para o que importa. Nesse caso, o outro tem direito à palavra. Mas esta fragiliza quem a enuncia em proveito de quem a ouve. Um interlocutor que dá linha para que o parlapatão se enforque. O exemplo de Julien Sorel, ainda que

não fosse excelente para jogar a luz sobre o que estamos dizendo, teria que constar. Vale muito mais do que o resto.

Stendhal – que nasceu no fim do século XVIII e viveu ao longo da primeira metade do século XIX – escreveu o livro que mais gostei de ler na vida. *O vermelho e o negro*. O cenário é a França de 1830. Cidade de Verrières.

Julien Sorel, inteligente e ambicioso, filho de um rude carpinteiro, é contratado, aos 18 anos, por M. de Renal, aristocrata e prefeito da cidade, como preceptor. Um professor particular para seus filhos.

Num primeiro momento, por ressentimento de sua origem social, Julien seduz a esposa de seu patrão. Para, em seguida, também se apaixonar por ela. Os dois acabam tendo um caso, como diríamos. Com todas as dificuldades, sutilezas e protocolos que uma aproximação desse tipo exigia na primeira metade do século XIX.

Na época, o risco era imenso. As consequências de um flagrante seriam devastadoras. Para ambos. O duelo entre a atração e o temor dilacerava a alma e o corpo dos apaixonados. Impossível simular indiferença.

As fofocas puseram fim ao idílio. Vitória do medo. Afastamento forçado. E dupla derrota para Julien: em seu

projeto de ascensão social e na convivência com seu grande amor. Só lhe restou bater em retirada.

Depois de um tempo infeliz num seminário em Besançon, Julien – com o apoio do abade Picard – consegue um posto em Paris: secretário particular do marquês de la Mole. Sagacidade e astúcia não lhe faltavam. Cai rapidamente nas graças de seu novo chefe.

Não demora a seduzir sua filha Mathilde. Esta, apaixonada nos quatro pneus e grávida de Julien, convence o pai a autorizar o casamento. Apesar do abismo social entre o marquês e seu secretário interiorano, sem títulos, sem posses.

Julien estava a um passo de, finalmente, dar o salto que tanto almejava. Como todo bom alpinista, com o Everest logo ali. A apagar de vez a singeleza de sua origem. Mas uma carta de Mme. de Renal ao marquês vai azedar seus planos.

Como era de se esperar de uma “ex” curtida no ciúme, fala cobras e lagartos do futuro genro. Alerta sobre sua ambição desmedida. Figura inescrupulosa – enobrecida às pressas – prestes a entrar para a família. Pela segunda vez, Julien fracassa com as duas mãos na taça. Frustrado e transtornado, Julien regressa a Verrières.

Invade a igreja em plena missa e dispara contra sua ex-amante. Sem, contudo, matá-la. Condenado à morte, aceita sua sorte. Recusa-se a recorrer da sentença. Para o desespero das duas mulheres de sua vida. Admite a futilidade de todas as suas manobras e a pobreza dos valores que sempre o guiaram. Morre dias antes de Mme. O grande amor de sua vida.

O autor apresenta a personagem central da obra – Julien Sorel – como um estrategista. Meticulosamente, enumera todos os seus defeitos morais. Hipócrito. Recita em latim nos salões textos do Novo Testamento para encantar M. de Renal e conseguir assim o lugar de preceptor que tanto queria. Leitor do *Memorial de Santa Helena*, dissimula suas convicções bonapartistas para ser aceito nos meios afins. “Profundamente egoísta.” “Frio.” “Calculista.” “Malvado.” “Interesseiro.” Fim de *Le rouge et le noir*.

Isaura e Julien deixam tudo mais claro. Nossa shinsetsu não é nem instrumental, nem estratégica.

Propomos, aqui, tomá-la por comunicativa. Por abordar o outro como interlocutor. A quem interrogamos para, de fato, recebermos alguma resposta que fará diferença, nem que seja apenas para “matar sua curiosidade”.

Resposta que será ouvida. Com esforço para atribuição de sentido. São tantos os encantadores exemplos. Daqueles que, de fato, consideram o outro na hora de interagir. Professor Oswaldo Giacóia. Gentil, amável, respeitador, generoso. Além de um imenso pensador. Shinsetsu em carne e osso. Em pleno ocidente tropical.

Shinsetsu comunicativa. A abordagem do outro como interlocutor exige considerá-lo capaz de enunciar alguma verdade, livre e relevante para nós. Como também nos consideramos assim, o outro é entendido como um igual.

Toda interlocução só pode acontecer havendo entendimento de igualdade entre os participantes. Potencialmente capazes de dizer algo de verdadeiro, de relevante, de pertinente, de adequado. Seria negar o valor racional dos argumentos, dar ouvidos a uns e não a outros. Negando a igualdade de seus enunciadores.

Enquanto discurso, a verdade pode ser enunciada por todo enunciador. Não há acessos privilegiados. Na rede polifônica que objetiva toda interação social, o discurso de verdade pode ser posto em circulação por qualquer um de seus integrantes. Igualmente em condições de fazê-lo.

Nas ações comunicacionais, como aquelas em shinsetsu, os participantes não são primordialmente orientados ao próprio sucesso. Perseguem seus objetivos individuais se, e somente se, puderem alinhar seus planos de ação fundados em definições comuns daquela situação vivida. Por isso mesmo, um entendimento comum sobre essa situação advém de uma atividade compartilhada de interpretação. Um acordo que surge de convicções comuns e nunca de uma imposição.

Vimos que shinsetsu não combina com a instrumentalização da vida alheia como pretendia Leôncio. Tampouco com o uso estratégico daquele com quem convivemos, à moda de Julien Sorel. Shinsetsu é mesmo amiga de Oswaldo. Porque interage na interlocução. Porque é humilde o suficiente para se sentir igual.

CAPÍTULO 48

Barrados no baile

Shinsetsu pressupõe a liberdade do agente. Porque se trata de uma escolha. De uma deliberação entre outras possíveis. De uma livre opção pelo outro. Pelo seu bem-estar. Pela sua felicidade. Quando essa liberdade é posta em xeque, shinsetsu muda de cor, de brilho. Perde seu valor.

Denunciar a liberdade do homem como uma ingenuidade parece atrativo. Quem o faz se apresenta como tendo entendido além de um senso comum sempre equivocado. Para estes, quem age em shinsetsu seria tão vítima de condições materiais da vida quanto o mais rude, cruel e canalha dos seres humanos. Nenhuma virtude, nenhum valor, nenhum mérito. Dadas essas condições, todos agiriam

do único jeito que poderiam agir. Sem um milímetro sequer de indeterminação. De autonomia.

Ao aceitar que o comportamento humano possa ser determinado por fatores exteriores à sua inteligência prática, reduzimos ou eliminamos a liberdade. A vida do homem fica menos humana. Mais parecida com a vida de todo o resto. E shinsetsu menos shinsetsu. Se a liberdade do homem for só uma ilusão – mero resultado da ignorância das causas que o determinam –, então shinsetsu também o será.

O que determinaria o comportamento humano? A sociedade. Suas estruturas. Suas classes. Seus campos. Suas regras. Seus troféus. Seus processos de socialização. Tudo isso produz efeitos sobre a maneira de agir de seus agentes. Sem dúvida. Determina de forma absoluta seus comportamentos, suas maneiras de ser, de pensar, de sentir? Sobra alguma autonomia no que diz respeito a esses dados materiais da existência?

O que mais? Nosso inconsciente. Muitos conteúdos de consciência são perturbadores. Por isso são excluídos de nossa consciência. Recalcados. Sem ser de nós eliminados. Mas não aceitam de boa essa exclusão. Ficam tentando recuperar seu estatuto na consciência. E são censurados.

Barrados no baile. Impedidos de regressar. Tentam algumas artimanhas. O sonho. O ato falho. Burlas da censura. Para muitos, tudo que passa pela nossa cabeça tem a ver com esses excluídos. O inconsciente age sobre as coisas da consciência ininterruptamente.

Mesmo quando sua consciência preencheu a lacuna deixada com outra coisa, essa sublimação não está imune ao mundo psíquico profundo que parece estar por trás de tudo. Assim, quando você acha que está livre e faceiro tomando uma decisão a respeito de como agir, as forças do inconsciente estão intervindo. Sem que você – como é óbvio – possa ter consciência disso.

Tudo isso acontece. É na sociedade que nos fazemos sujeito. Nosso corpo é o que é. Graças a ele sentimos o que sentimos. Com a intensidade que sentimos.

Da mesma forma, tudo que não se encontra na nossa consciência, chame como quiser, claro que perturba. Cutuca de fora. Resta saber: será que no meio de tudo isso não há fissuras, frestas, rachaduras? Onde se abrigariam nossa vontade, nossas escolhas, nossas decisões?

CAPÍTULO 49

Mamata tem limite

Cheguei a pé ao condomínio onde moro. Uma senhora – passando dos seus 70 anos – chega quase ao mesmo tempo carregando 3 sacos de supermercado. Ofereci-me imediatamente para ajudá-la. Parecia cansada. Peguei os 3 sacos. Fui andando devagar até o elevador. Apertei o número do seu andar. Levei tudo até a porta do seu apartamento.

Um gesto de *shinsetsu*, sem dúvida. *Shinsetsu ni kaimono o hacobumashita*. O *ni* indica advérbio. Tipo gentilmente ou solicitamente. *Hacobu* é o verbo “carregar”. O resto da palavra *mashita* indica que o verbo está no passado. *Kaimono* são “as compras”. O *o* é partícula que acompanha o objeto direto *kaimono*.

Juntando tudo: “Gentilmente carreguei as compras”. Suponho que qualquer um dos leitores em situação análoga teria feito o mesmo.

Mudemos agora o cenário da narrativa. Chego ao condomínio e um rapaz, mais jovem do que eu, em ótima condição física, se apresenta com os mesmos 3 sacos, que carrega sem nenhuma dificuldade.

Certamente minha conduta teria sido outra. Teria cumprimentado, como sempre. Talvez perguntado e apertado o número do seu andar no elevador, se lhe faltassem mãos para tal. Mas, com certeza, não teria me oferecido para carregar nada.

Num terceiro cenário, esse mesmo rapaz se encontra na portaria do prédio, exaurido. Tentando carregar sozinho uma cômoda de 40 quilos. Nesse caso, eu voltaria a oferecer ajuda. Muda a dificuldade da tarefa. Reaparece a fragilidade para executá-la. E a solidariedade no sofrimento.

Tendemos a nos preservar muitas vezes. Em outras a nos sacrificar pelo outro. Rousseau se interessa por essas duas tendências. E, como sempre, encanta ao expor seu pensamento.

CAPÍTULO 50

Cada um por si, e pronto!

De fato! Cada um cuida de si. Talvez seja uma tarefa prioritária. Nossa principal preocupação. A de conservar a vida. É o que Rousseau chama de *amour de soi*. Amor por si mesmo. Fazer da própria vida um fim maior. Buscar para si o que supomos lhe seja mais contributivo.

Assim, a decisão sobre um curso universitário e a posterior carreira profissional seria regida pelo *amour de soi*. Como também a opção por morar neste ou naquele bairro, cidade ou país obedeceria a essa forma de relação consigo mesmo. O que comer, o que vestir, como dormir, que música escutar, que livro ler... Não tem fim a lista de decisões regidas pelo *amour de soi*.

O mesmo poderíamos dizer a respeito da escolha de um companheiro ou companheira. Se você escolheu se casar ou morar com uma pessoa específica – em detrimento de centenas que sonhavam com a sua companhia –, terá sido sempre em função de um amor por si mesmo. Um vínculo positivo no sentido da própria vida.

Perceba. Apesar de já termos até nos casado no parágrafo acima – momento da vida em que mais explicitamente admitimos precisar de mais um –, ainda não abandonamos a primeira pessoa do singular. O outro não foi sequer considerado.

Fórmulas como “eu te amo”, “você é o amor da minha vida”, “nasci para te amar”, “te amarei para sempre” estão estrategicamente no lugar de algo como: suponho neste momento que a tua companhia torna minha vida melhor. Porque sofro com tua ausência. E a maneira mais eficaz de manter você por perto – proximidade que me faz muito bem – é criando condições jurídicas, econômicas e sociais para isso. Então, quer casar comigo?

Vamos continuar com Rousseau por enquanto. Ele deu ao amor por si mesmo a primazia. Um princípio de vida superior. Tudo em nome do próprio ganho, prazer,

vantagem, sobrevivência, conforto etc. O que acabei de descrever, de fato, faz lembrar muita gente que conheço. Adeptos do “vinde a mim”, como dizia minha mãe. Carlos Mauricio, amigo colombiano, usava a expressão em espanhol *ventajero* para designar alguém que não dá um passo sem pensar no próprio ganho.

No sexo, só o próprio orgasmo conta. Qualquer carícia visa ao próprio prazer. Alguém dirá: comportamento masculino típico. Talvez. Mas garanto que há mulher com a mesma postura. Pronta para receber todo tipo de estímulo. Muito pouco disposta a retribuir. Após o clímax, o sono não tarda. Sem nenhum constrangimento. Com ronco e tudo.

No mundo do trabalho talvez já tenhamos ouvido que “concorrente bom é concorrente morto”. “Sangue no olho” e “faca nos dentes” também parecem dar conta de um amor pela própria carreira, promoção, triunfo, glória, reconhecimento etc. O tão defendido “foco no resultado” não passa de uma recomendação a todos para não perder tempo com nada que não seja o próprio lucro.

Lembro-me de uma palestra que dei numa empresa para uns 3 mil funcionários em tempo de Copa do Mundo. Para distrair entre uma atividade e outra, grandes bolas eram

arremessadas do palco em direção aos colaboradores, que se precipitavam para agarrá-las. Uma senhora grávida agarrou uma delas. Um rapaz por trás tirou-lhe a bola da mão ainda no alto, tomando-a para si. O chefe de ambos elogiou a iniciativa do rapaz, assegurando a todos que “é desse tipo de gente que precisamos aqui, aguerrida, que busca sempre vencer e não amolece diante da aparente fragilidade do adversário”.

Um exemplo de amor por si mesmo sem nada para matizá-lo é o genial *Tartufo* de Molière. Comédia encenada pela primeira vez em 1664. E imediatamente censurada por Luís XIV. A peça trata de um tipo de profissional comum na época: diretor espiritual ou de consciência. Que orientava os nobres sobre religião e moral, definindo valores e princípios, estabelecendo limites de conduta. Preceptores do bem agir. Arautos do certo e do errado. Tartufo era um desses profissionais. Orgon e sua família, seus orientandos.

Quando Orgon deixa Tartufo compartilhar sua vida familiar, não tem ideia de quão nefasta poderá ser essa presença. O impostor ameaça sua fortuna, sua honra, seu matrimônio, a unidade de sua família etc.

Assim, faz a corte à sua esposa, Elmire, com o pretexto de aproximá-la da religião. Na sequência da trama, seu discurso se deixa acompanhar de gestos que denunciam o galanteio. Mais tarde escancara sua concupiscência.

Desvirtua seus filhos para supostamente educá-los. Apropria-se do que não lhe pertence, em nome da devoção familiar. O crédulo e piedoso Orgon comia nas mãos de um inescrupuloso desagregador.

Damis, filho de Orgon, flagra tentativa de Tartufo de seduzir sua mãe. Relata ao pai o que vira. Este não acredita no filho. Deserda-o. Transfere a propriedade da residência para Tartufo. Elmire propõe ao marido que se esconda para flagrar o comportamento indigno daquele que tanto contara com sua confiança. Só assim Orgon finalmente cai em si. E expulsa o impostor de sua casa. Mas esta já não é mais sua. Tartufo determina o despejo de toda a família. Porém, depois de muitas peripécias, termina preso por outros golpes do passado.

Seremos todos Tartufo? O tempo todo? Em todas as situações? Faremos sempre o que for necessário para alcançar o que queremos? Nosso prazer é o fim último de nossas ações? O tempo todo?

Se em pleno *amour de soi* a primazia será sempre por si mesmo, como imaginar nossa relação com as outras pessoas? Aqueles outros que são como nós sem ser idênticos a nós? Será que o outro – amigo, cônjuge, colega, namorado – nunca passa de instrumento do nosso bem-estar? Toda a convivência se resumiria nisso?

O certo é que o amor por si mesmo se converterá em ódio por tudo que impedir o máximo de prazer, ganho, êxito e glória.

CAPÍTULO 51

Algo pra odiar. Urgente!

Um mundo com menos ódio seria mais cheio de shinsetsu. De fato, quando somos afetados pelo ódio tendemos a agir de forma egoísta na relação com o odiado. Isso quando não visamos expressamente a entristecê-lo. Afinal, o ódio é uma tristeza que sentimos acompanhada de uma ideia ou suposição a respeito de sua causa.

Assim, se odiamos alguém é porque suspeitamos que esse alguém seja a causa de nossa tristeza. Dessa forma, todo ódio pressupõe um diagnóstico refletido, pensado, de consciência. Quem odeia não só se vê afetado negativamente, mas também elucubra sobre o que no mundo o teria

apequenado. Odiar o outro, portanto, implica imputar-lhe a responsabilidade pela própria tristeza.

Ao afirmar que João odeia Pedro, estamos dizendo que João vê em Pedro a causa de sua tristeza. Perceba que João poderia se ver afetado por tristeza sem ter a menor ideia do porquê. Haveria, nesse caso, tristeza sem ódio. Uma simples queda de potência. Talvez nem percebida como tal. Mas, aqui, João está convencido de que é mesmo Pedro que o apequena, o despotencializa. É ódio mesmo.

Quase sempre quando nos damos conta da tristeza, isto é, quando percebemos em nós a potência em queda, buscamos no mundo aquilo que poderia ter sido a causa. Assim, o afeto entra para a consciência acompanhado de uma causa presumida.

Por exemplo: você tende a buscar explicações para a dor abdominal que está sentindo; quando não tem disposição para fazer ginástica, vai logo dizendo que dormiu mal; quando não é afetado por excitação e tem ereção insuficiente, troca a falta de causa aparente pelo ineditismo... Posso te assegurar que isso nunca me aconteceu antes.

Mas voltemos ao João que odeia Pedro porque atribui a ele a causa da sua tristeza. Entendemos perfeitamente o que está sentindo porque faz parte de nossas experiências nas relações com algumas pessoas. No entanto, tomar Pedro como causa é meio genérico demais. Pedro é tanta coisa. Aparência física, discurso, voz, ideias, modo de lidar com outras pessoas, modo de lidar com João, o que pensa sobre João, desejos, estratégias, limites morais, habilidades do corpo, e tantas outras coisas.

Será que não poderíamos achar no meio de tantas coisas de Pedro aquela ou aquelas que são efetivamente as causas da tristeza de João? O objeto real do ódio se esvazia. Para que possamos ter alvo, colocamos algo no lugar. Coletivos aceitos coletivamente. Como urubus, gambás, porcos, bêmbs, lambaris, bacalhaus e tantos outros no mundo do futebol. Ignoramos a causa do nosso ódio. O que nos leva a pensar que este se alimenta da ignorância, que sem ela não existiria. Nada que Sócrates já não tenha tentado ensinar.

CAPÍTULO 52

Berço esplêndido do ódio

O ódio entre os homens pode nascer da discordância. Do desentendimento. Sócrates investiga, dialogando, que tipo de discordância desperta o ódio. Podemos fazer o mesmo. Causará ódio a discordância sobre o preço deste ou daquele veículo. Será o da marca X ou Y? Provavelmente não. Porque bastaria uma consulta à internet, ou ligar para concessionárias, e o desacordo desapareceria com a resposta.

E se fosse sobre quem nasceu antes, Betty Faria ou Sônia Braga? Mesma coisa. Em alguns segundos tudo se resolveria. Bastaria consultá-las sobre as respectivas datas de nascimento. E, no caso de desconfiança a respeito das

respostas dessas duas mulheres, a certidão de nascimento de ambas poria ponto-final na discussão.

Poderia haver divergência sobre tamanho ou extensão. Sobre o maior e o menor. Como da chácara de um e de outro. Do nariz de um e de outro. Do caminhão de um e de outro. Do pé de um e de outro. Nenhuma razão para ódio eterno também nesse caso. Qualquer instrumento medidor compatível daria conta do recado. E o peso dos corpos? Uma balança basta para apaziguar os ânimos.

Mas, então, continuamos com nosso problema. Se o ódio advém da discordância, sobra o quê? Que objeto do desacordo geraria tanto afeto negativo entre as pessoas? Que tipo de assunto poderia – pela falta de algum instrumento medidor – despertar o ódio entre indivíduos discordantes?

Sócrates responde – num diálogo de Platão intitulado *Euthyphron* (7b-d, essas letras indicam linhas para rápida localização). O justo e o injusto. O bonito e o feio. O bem e o mal.

A justiça ou não de uma ação tem a ver, *grosso modo*, com o que hoje chamaríamos de ética e seus princípios. Com a busca da melhor convivência. Para Sócrates, se soubéssemos o que é a justiça em si, de forma inequívoca, nunca teríamos

dúvidas sobre a justiça das condutas particulares. O conhecimento da ideia de justiça faria o papel de balança. De régua. Da internet.

Já o belo ou não tem a ver com todos os juízos que fazemos sobre a relação entre os corpos e suas topografias com nossas atrações. Para Sócrates, se soubéssemos o que é a beleza em si, nunca erraríamos na hora de julgar o belo dos corpos em geral.

Já o bem e o mal têm a ver com nossa consciência moral. Com os limites que nossa consciência nos imporia na hora de agir mesmo que ninguém estivesse nos observando. Para Sócrates, se soubéssemos o que é o bem, nunca erraríamos, na hora de avaliar na intimidade da nossa consciência, como deveríamos agir, como deveríamos viver.

Como não sabemos o que é a justiça em si, o que é o belo em si nem o que é o bem em si, ficamos à deriva. Analisando caso a caso, sem nenhuma referência. Essas ideias de justiça, de beleza e do bem, se conhecidas, resolveriam as discussões como os medidores e as balanças resolveram os casos anteriores.

Assim, nossa ignorância nos priva da certeza garantida por esses instrumentos. E no bojo dessa incerteza germina o

ódio. Por todos aqueles que pensam diferente, julgam diferente, avaliam diferente, agem diferente. A ignorância é o berço do ódio. E shinsetsu, um lampejo de sabedoria nas relações do cotidiano. Uma vitória irrisória e esporádica sobre a truculência nua e crua de quem odeia porque ignora sua condição de ignorante.

Bem. Depois de tanto “amor por si” e de tanto ódio por tudo e todos que o perturbam, podemos voltar a Rousseau. Não é possível que ele vá nos deixar assim. Na mão. Sem nada mais para nos contar sobre o homem e sua natureza que vá além do egoísmo e do ódio.

CAPÍTULO 53

Cara gente fina!

Para Rousseau, esse amor por nós mesmos não é o único princípio em nossa vida. Seus efeitos são temperados por um outro princípio que Rousseau chama de *pitié*. Piedade, pena ou compaixão. Essa *pitié* corresponde a uma aversão natural, portanto inata. Nem aprendida, nem vinculada a nenhum tipo de socialização. Que tem por objeto o sofrimento flagrado no outro.

Esse outro – que desperta *pitié* – é todo vivente. Passível de sofrimento. Dotado de algum tipo de sensibilidade. Portanto, não apenas pessoas como nós. A piedade supõe que todos nos coloquemos, de maneira imediata, automática, no lugar de quem está sofrendo.

Segundo Rousseau, essa piedade que nos é natural vai acabando ao longo da vida. Perdendo força, cor ou viço. Em virtude do uso progressivo da razão.

Em outras palavras, nascemos piedosos. Mas na vida com os outros, em sociedade, vamos interagindo, aprendendo a articular símbolos, a enunciar ideias. Essa atividade do intelecto torna-se central para nossa vida social. Vamos existindo – e ganhando uma identidade – em razão da forma como pensamos.

Pela razão, focamos em nossos prazeres e dores. Gênese de um egoísmo que não é natural, mas adquirido. Social, portanto. Em outras palavras: nascemos cheios de piedade. Naturalmente ligados aos outros e suas dores. À medida que vamos interagindo com eles, vamos aprendendo a nos blindar. Tornamo-nos imunes ao seu sofrimento.

Admita, trata-se de uma tese bem curiosa.

Um exemplo primoroso de como a chamada civilização pode minar por completo os chamados bons sentimentos encontramos em *As piedosas*, do escritor argentino Federico Andahazi. O enredo da obra toma como referência histórica o encontro entre Lord Byron, Percy e Mary Shelley nas cercanias de Genebra no começo do século XIX.

Nenhum deles tem muita importância na trama. Tudo gira em torno da correspondência entre Polidori – o obscuro e ambicioso secretário de Byron – e Annette Legrand, mulher de feiura extrema.

Andahazi constrói nesse cenário histórico-literário um festival de atrocidades em episódios horrendos articulados em torno das peripécias de Annette. Ante a aparência de civilização culturalmente sofisticada, Andahazi nos brinda com tudo que o ódio e o ressentimento podem fazer advir em termos de conduta humana. *As piedosas* apresenta o grau zero de piedade nas relações entre suas personagens.

Como superar esse egoísmo que vamos adquirindo à medida que nos socializamos? Quando o mundo social já fez o seu trabalho. E nos encontramos tão distantes da nossa natureza piedosa?

Por uma piedade refletida, responde Rousseau. Na falta daquela aversão natural ao sofrimento alheio, ainda assim é possível entender que o outro é como nós. Faz parte da mesma humanidade. Portanto, pode sofrer como nós.

Sabemos pela própria experiência o quanto sofrer é desagradável. Podemos supor que em experiências semelhantes o outro sofra também. Evitaremos causar-lhe

esse sofrimento. Da mesma forma que esperamos que evite o nosso.

Há grande diferença entre a piedade natural e a piedade refletida. A primeira é sentimento que dispensa reflexão. A segunda é reflexão que dispensa sentimento. Na piedade natural, todos sentimos porque temos a mesma natureza humana.

Na piedade refletida, todos pensamos porque podemos todos usar adequadamente a razão. Não haverá piedade natural se houver um desvio de natureza. Uma monstruosidade. Não haverá piedade refletida se houver erro. De pensamento.

A piedade natural dispensa a refletida. Enquanto naturalmente não suportarmos o sofrimento do outro, não nos daremos ao trabalho de refletir sobre algum fundamento para o nosso empenho em evitá-lo. Na mesma linha, Agostinho sentencia: ame e faça o que quiser.

Havendo amor, não há por que gastar muito fosfato com princípios de conduta. Todas essas elucubrações no abstrato até fazem sentido. Mas, no mundo da vida, não é tão fácil encontrar estados puros de piedade sentida e refletida.

Ótimo exemplo dessa dificuldade de separar os dois tipos de piedade mencionados acima é a atitude do bispo logo no começo de *Os miseráveis*, de Victor Hugo.

Tudo começa quando Jean Valjean – que acaba de passar vinte anos na cadeia por ter roubado um pão – termina de cumprir sua pena. Sem ter onde dormir, procura abrigo com o bispo da cidade de Digne, monsenhor Myriel. Aversão a injustiça social? Ou algum tipo de cálculo moral de não fazer para o outro o que não gostaria de sofrer?

Na sequência Jean Valjean abandona a casa de seu anfitrião na calada da noite após furtar 6 talheres de prata – tudo que o bispo tinha de mais valioso. Muito perto dali é inspecionado e pego com aqueles valiosos pertences. Levado à presença do bispo, este o inocenta.

Para isso, mente. Afirma ter-lhe dado de presente. E ainda lhe entrega 2 mais que teria esquecido de levar. A estupefação é geral. Momento segundo de piedade. A dúvida persiste: sentimento natural ou piedade refletida?

Tanto faz, dirá Shinsetsu. Normal que pense assim. Shinsetsu participa de uma cultura na qual a mesma palavra quer dizer tanto mente quanto coração. Para ela tudo isso é irrelevante. Não faz sentido.

Mas para nós faz. Sobretudo para aqueles que, querendo ou não, são herdeiros de uma moral kantiana. Que preza por separar com rigor as coisas da natureza e as da razão.

Se piedade for sentimento, aparece e desaparece sem que você possa fazer nada. Você está à mercê do que não controla. Se for jeito de pensar, cabe a você – pelo uso da razão – inseri-la no seu cardápio de deveres, ou não.

CAPÍTULO 54

Me deixa! Pel'amor...

Shinsetsu faz pensar em ação. Em benefício de alguém. O agente, em melhores condições, pode facilitar a vida do beneficiado. Como segurar a porta do elevador. Estando de pé, trazer para alguém que esteja sentado algo de que necessite. Amarrar as chuteiras do goleiro para que este não tenha que tirar as luvas. Passar a travessa à mesa. Ler até que alguém durma etc.

Mas shinsetsu também é deixar de agir. É recuar para que o outro ocupe o lugar. É dar a vez. Ceder a passagem. Não fazer, para que o outro faça. Levantar a bola para que ele chute. Deixar que cobre o pênalti. Servir de trampolim para

que ele salte. Não se impor, para que exista. Não definir regras, para que subverta. Não conservar, para que inove.

Claro que esse recuo será shinsetsu se visar ao bem daquele que ocupa o lugar. Nada a ver com os provadores que eram chamados a comer antes a comida dos soberanos para que, em caso de envenenamento, morressem no lugar deles.

Menos ainda com o ocorrido no debate entre François Mitterrand e Jacques Chirac às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais francesas de 1988. Chirac queria falar. Seu tempo se esgotara. Mitterrand cede seu tempo para que o adversário fale. Para deixar clara a irrelevância de suas considerações.

Dar passagem, ceder a vez implica ceder ao outro a posição ocupada. Mas esse recuo pode significar mais do que uma ocupação de espaço. Quando a presença oprime, afastar-se garante autonomia. Assim, filhos se veem obrigados a tomar decisões na ausência dos pais. Subordinados assumem responsabilidades por seus chefes ausentes. Alunos dão início aos estudos no atraso dos mestres. Os atletas se aquecem enquanto não chegam seus treinadores. Oportunidade de amadurecimento. De iniciativa. Empoderamento.

O recuo também permite a quem fica fazer do seu jeito. Viver ao seu modo. Existir como quiser. Desabrochar sua natureza. Vingar no seu próprio ser. Talvez por isso Deus não garanta, segundo a segundo, a perfeição do mundo. Por amor às suas criaturas, que só poderão curtir a sua imperfeição na ausência de seu criador.

Shinsetsu divino. Amor de afastamento. O mundo nada mais seria do que pegadas de Deus na areia da praia que denunciam sua passagem por ali. Sua presença pretérita. Seu distanciamento no tempo presente.

CAPÍTULO 55

Pimenta nos olhos dos outros...

A empatia pode ser um episódio isolado. Mas pode ser um hábito também. Trata-se de uma produção muito particular da mente. Que, tomando consciência do mundo a partir de tudo que o corpo lhe fornece, simula colocar-se na situação vivida pelo outro e experienciar o mundo a partir da sua perspectiva. Como se déssemos um salto de imaginação. Sem deixar de olhar pelos próprios olhos, simulamos olhar por olhos de outrem.

Supor o que o outro pensa a partir do que imaginamos perceber do mundo. Supor o que sintamos a partir do que esteja pensando. Supor como gostaríamos de transformar o mundo, a

partir do que pensa. Supor o que deseja a partir do que imaginamos lhes faça falta.

Alguns na psicologia a denominam “empatia cognitiva”. Não se trata mais aqui de compaixão ou piedade. Tampouco de sentir pena. Mas de um exercício pelo qual nos mantemos onde estamos e ao mesmo tempo nos transportamos para a psique do outro, supondo estar vivendo sua vida.

Se aceitamos outra pessoa como outro de verdade, quer dizer, alguém que pertence à mesma humanidade que nós e vive o mesmo tipo de vida que vivemos, no mesmo mundo, então a empatia parece decorrer naturalmente das nossas interações. Mesmo que nem sempre tenhamos muita consciência disso.

Meu amigo Ronaldo, o único de infância que me restou, viveu um desagravo amoroso. Foi abandonado pela mulher que amava. Amara. Eu supunha com muita precisão o que estava sentindo. Mesmo que ele nada dissesse. Em longos instantes de silêncio compartilhado.

Acompanhei todo o investimento que fez naquela relação. Os planos que tinha para vida em comum. A paciência que teve com Brasilino, filho de primeiras núpcias de sua amada. Os esforços econômicos para dar conta de suas

exigências. A mudança significativa de hábitos. Nutrição. Diversão. Indumentária.

Claro que não podia sentir o que Ronaldo sentia. Nossas sensações são mesmo só nossas. Seria preciso ser Ronaldo, corpo e alma, e viver sua vida para sentir suas sensações. Mas isso não me impediu de imaginar. De me colocar no seu lugar com minha mente. De supor sua dor. De comparar sua situação com outras já vividas por mim. De entender suas necessidades. De não desprezar seu desespero. De agir para diminuí-lo. Diluí-lo. Substituí-lo. Redirecioná-lo.

Imaginar como é ser uma pessoa diferente da que somos tem a ver com nossa humanidade, que compartilhamos todos. Ronaldo, eu e os leitores. É condição da compaixão. Triunfo momentâneo sobre o ensimesmamento.

Todas as pessoas sofrem. Algumas delas na nossa frente. Seu sofrimento se inscreve na nossa percepção. Poderemos nos imaginar em seu lugar. Supor seus sentimentos. E decidir agir para atenuá-los. Isso é shinsetsu. Um tipo particular. Acompanhada de empatia. Shinsetsu empática, portanto.

Só para lembrar, nem todas são assim. Existe a polidez. Shinsetsu cosmética. De pura reação a uma situação vivida.

Quase robótica. Em que damos passagem, cumprimentamos, agradecemos no limite de um *flatus vocis*.

Shinsetsu empática é outra coisa. Implica envolvimento. Beneficia o outro. É o que pretende o agente. Mas o beneficia também. Um efeito que não entrou na equação deliberativa. Mas que integrou o mundo da vida e das relações. Sem comprometer a gratuidade.

Shinsetsu empática tem o poder de curar relacionamentos claudicantes, iluminar nossos preconceitos, fazer tolerar o diferente, o outro, o estrangeiro, relativizar nossas ambições. Objetiva-se em vínculos interpessoais que aperfeiçoam o conviver. E conferem à vida um instante que valeu ter vivido.

Shinsetsu empática é o próprio cultivo da empatia. Importar-se genuinamente com os outros. E acabar aumentando as próprias chances de ser feliz.

CAPÍTULO 56

Kant outra vez!

Detesto conclusões. Nunca tive a pretensão de concluir nada. Sobretudo sobre este tema, shinsetsu. Considerações finais também não me agradam. Porque não quero finalizar. Pelo contrário. É agora que tudo começa. Na cabeça do leitor. Na sua avaliação da vida. Da convivência. Dos outros. E sobretudo de si mesmo.

Vimos que shinsetsu não é moral. Não aparece nas mesmas situações. Mas tem por ela grande admiração. Também não é universalidade. Mas gostaria de ser. Não se confunde com gratuidade. Mas sem ela não existe. Vai muito além da utilidade. Mas se não for útil para alguém não teria razão de ser. Shinsetsu também não é amor. Mas precisa de

um pouco para sobreviver. Não é generosidade, mas quando o amor falta só ela segura as pontas.

Por isso, neste capítulo, propomos um último *link*. Conceito curioso. Além de genial. Amor prático. Kant outra vez!

Já que não ama, faça como se amasse. Se não houver amor, simule. Aja como se estivesse amando. Por isso, as virtudes, decididas pela razão, têm o comportamento de quem ama como referência: amor verdadeiro. Não as histerias enciumadas. Amor de quem se entristece com a tristeza do amado. De quem fará muito por ele e ponto-final. Porque isso basta.

Não havendo amor assim, coisa de sentimento, pode haver amor prático, coisa de razão. Imitação bem-vinda.

Se quem ama dá porque ama, também é possível dar por decisão de inteligência. Virtude da generosidade. Tanto amantes quanto generosos dão. Mas não pela mesma razão. O primeiro atende ao comando do seu sentimento amoroso. O segundo ao comando da sua inteligência prática.

Quem ama suporta a diferença. De afetos, de gostos, de opiniões, de valores. Suporta porque ama. Mas também é possível suportá-las por decisão de inteligência. Virtude da

tolerância. Tanto amantes quanto tolerantes suportam as diferenças. Mas não pela mesma razão.

Quem ama só pensa no amado. Só quer a sua presença. Sobretudo para o mais íntimo. Ao levantar à noite para fazer xixi, enxerga o amado no fundo do vaso. Quando esse amor acaba, é possível manter a exclusividade. E não sair fazendo o rapa por aí. Virtude da fidelidade. A compromissos assumidos. Mesmo que a carne agora se deixe atrair por quase tudo que se move.

Shinsetsu tem muito a ver com esse amor prático. Não precisa do sentimento amoroso para limpar o estádio antes de partir. Para ajudar a carregar. Para segurar a porta. Deixar passar na frente. Ouvir o outro sofredor com paciência. Segurar a mão. Oferecer o ombro. Aparar a cabeça. Carregar, se for preciso. Aliviar a angústia. E fazer sorrir quando esta diminuir.

Na dor extrema, o judeu salva o antissemita de ser carbonizado. O gay cuida do homofóbico com Aids. A cafetina zela pelo casto impotente. O mané livra a cara do malandro, usando a astúcia. O humilde reza pelo arrogante. O oprimido defende o opressor. O excluído estende a mão. E o elitista a segura em desespero. Na dor extrema, shinsetsu.

Um amor prático, vivido na prática. Numa sociedade distante. Que, mesmo não sendo perfeita, tem muito a ensinar. Sobre o poder da gentileza. Da amabilidade. E do respeito.

Obrigado. Por ter aguentado firme. Até o fim. Shinsetsu.

“Suntsu, a arte da guerra. Shinsetsu, a arte da paz. Suntsu é chinês. Shinsetsu é japonesa. O primeiro é bem masculino, a segunda é mais para o feminino. Não há certeza de que tenha havido um militar de nome Suntsu. Pode ser apenas uma personagem, como Shin-setsu neste livro.

Suntsu não quer dizer guerra. Ensina a arte da guerra. Shinsetsu não quer dizer paz. Ensina a arte da paz. Suntsu é o que está em nossas mãos para fazer a guerra de um jeito eficaz. Shinsetsu é o que está em nossas mãos para fazer a paz, também de um jeito eficaz.

Suntsu é um estilo de combate. Shin-setsu é um estilo de harmonia. Quem age em Suntsu respeita princípios. Quem age em Shinsetsu também. Suntsu busca a vitória sobre o adversário. Shinsetsu busca a felicidade do outro. Ambos perseguem resultados.

Suntsu é usado em cenários específicos de conflito e luta; Shinsetsu, em cenários de solidariedade. Suntsu manda ocupar o campo de batalha antes do adversário. Shinsetsu sugere conceder o posto mais cômodo para o outro. Suntsu age, em guerra, defendendo os interesses da nação. Shinsetsu age, em paz, protegendo os interesses da humanidade.

Suntsu manda o líder conhecer os subordinados para tirar deles o melhor de suas competências. Em busca da vitória. Shinsetsu sugere

considerar qualquer outro, conhecer suas forças e fragilidades, para, se possível, ajudá-lo a se tornar uma pessoa melhor.”



Arquivo pessoal

“Conheci o professor Clóvis em um programa de televisão ao qual assisti. Ele estava interagindo com o professor Cortella. Não me esqueci desse homem enérgico e decidido, que fala alto, com clareza e precisão. Um professor que nos faz pensar, que oferece analogias atuais e questionamentos profundos sobre nossa existência e valores.

Seu trabalho é o de educar, de provocar, de nos fazer sair da maneira comum de pensar para outras formas de questionamentos.

Clóvis de Barros Filho é um dos grandes influenciadores da nossa era e está aqui no Brasil, transmitindo conhecimentos preciosos de maneira lúdica, tornando leve o que poderia ser pesado. É brilhante, gentil e

amoroso. Ama estudar, compreender o incompreensível e transmitir com clareza e precisão.

Oferece sua presença e atenção a quem estiver interessado em conhecimento profundo. É um prazer ouvi-lo, com ele dialogar e poder ler o autor sábio e compassivo.”

Monja Coen

O que dizer de um livro que interpreta a sabedoria japonesa pensando na alma ocidental? Que mistura filósofos como Sócrates, Kant e Rousseau; poetas como Hesíodo, Rilke e Oscar Wilde; escritores como Eça de Queiroz, Montaigne e Clarice Lispector e personagens como a Tieta de Jorge Amado? Que parte do conhecimento do mundo e de suas experiências para falar de assuntos como gentileza e moral; empatia e fraternidade; limites e consideração?

Um dos palestrantes mais requisitados do Brasil, o professor Clóvis de Barros Filho escreveu um livro em que conversa com o leitor e, sem que este perceba, ensina o que, de fato, é importante nesta vida. Poderia ser considerado uma versão brasileira de *O mundo de Sofia*, romance que conta a história da filosofia. Clóvis usa três personagens: a aluna japonesa Shinsetsu, sua amiga italiana Moral e a professora britânica Mrs. Utility. É através delas que lembramos que está na hora de pararmos de pensar só em nós mesmos.

“Quando útil, qualquer coisa ganha valor positivo. No caso de não servir para nada, não tem valor para ninguém”, afirma Clóvis de Barros Filho. *Shinsetsu – O poder da gentileza* tem utilidade para todo mundo: homens e mulheres, mais jovens e mais velhos, pobres e ricos, ocidentais e orientais. Se toda real transformação do mundo começa dentro de si, nesses tempos de intolerância e individualismo, este livro é leitura


obrigatória para quem quer começar a tratar o outro e a si mesmo melhor.

“Evitar produzir em outra pessoa dano, tristeza ou incômodo! Queremos outra atitude na vida partilhada do que essa convicção a ser transformada em reciprocidade? É exatamente com isto que Clóvis impregna este livro: colocar a gentileza como exigência, aprendizado, ensino, prática, proteção e partilha!”

Mario Sergio Cortella



 PlanetaLivrosBR

 planetadelivrosbrasil

 PlanetadeLivrosBrasil

 planetadelivros.com.br

50
IDEIAS DE
FILOSOFIA
QUE VOCÊ PRECISA CONHECER



BEN DUPRÉ

 Planeta

50 ideias de Filosofia

Dupré, Ben

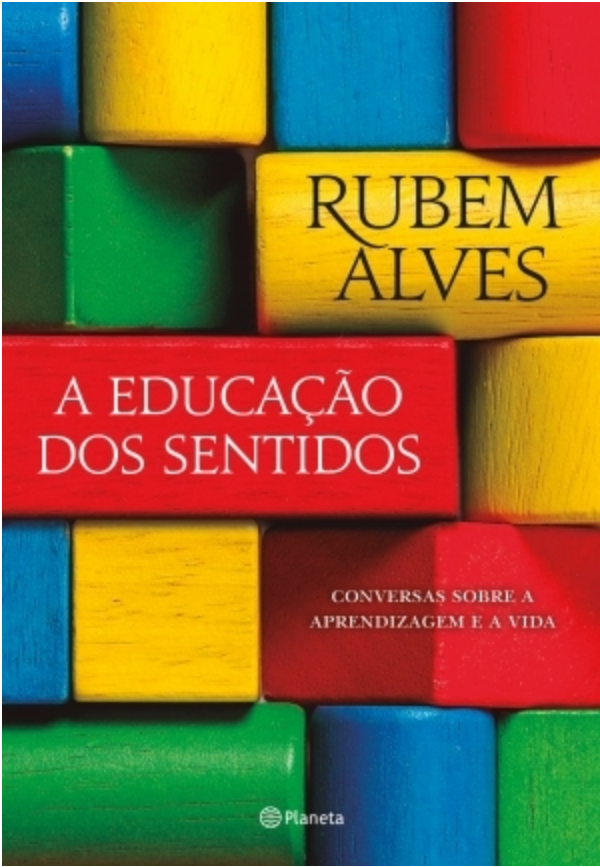
9788542204810

254 páginas

[Compre agora e leia](#)

Coleção com mais de 1 milhão de livros vendidos somente na Inglaterra! De onde viemos? Quem somos? Para onde vamos? Você é realmente livre em suas escolhas? É justo submetermos os animais a sofrimentos para o avanço da ciência? O que é moral e ética e como lidamos com estes princípios atualmente?

[Compre agora e leia](#)



A educação dos sentidos

Alves, Rubem

9788542213430

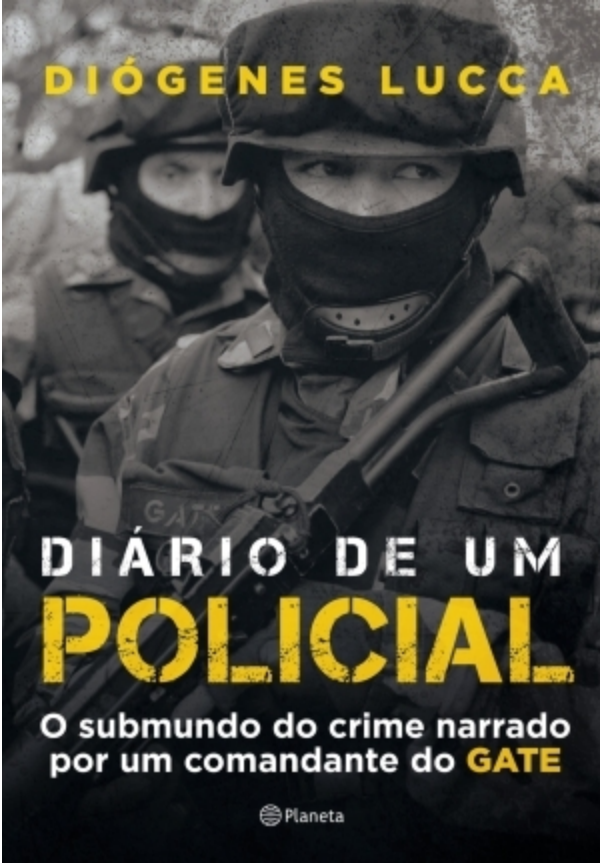
136 páginas

[Compre agora e leia](#)

Por uma educação consciente e eficaz "Nossos sentidos – visão, audição, olfato, tato, gosto – são todos órgãos de fazer amor com o mundo, de ter prazer nele." E qual seria a tarefa primordial da educação senão levar-nos a aprender a amar, a sonhar, a fazer nossos próprios caminhos, a descobrir novas formas de ver, de ouvir, de sentir, de perceber, a ousar pensar diferente... a sermos cada vez mais nós mesmos, aceitando o desafio do novo? Essa é a filosofia de Rubem Alves, escritor poeta que, recorrendo a imagens surpreendentes e

significativas, presenteia-nos com este inspirado livro, A educação dos sentidos. Lendo-o, podemos mergulhar não só nas reflexões em torno dos sentidos, mas também da leitura, da arte, da educação, do ensino, do vestibular, da brincadeira criativa, dos desafios que a vida nos apresenta. E podemos experimentar a alegria que brota das novas descobertas. Comovente, terno, espirituoso, poético, belo, crítico e desafiador, este clássico de Rubem Alves surpreende por sua leveza e, ao mesmo tempo, profundidade, o que só vem enriquecer a experiência do leitor.

[Compre agora e leia](#)



DIÓGENES LUCCA

**DIÁRIO DE UM
POLICIAL**

O submundo do crime narrado
por um comandante do **GATE**

 Planeta

Diário de um policial

LUCCA, DIÓGENES

9788542207125

138 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um "tropa de elite" de verdade Pouca gente no Brasil conhece a mente e o comportamento de um bandido tão bem quanto o tenente-coronel Diógenes Lucca, hoje na reserva. Em 30 anos na polícia militar, boa parte no comando do Gate, ele participou de mais de 100 negociações para soltura de reféns. Neste livro, Lucca conta os bastidores dessas negociações e revela, em detalhes, casos que marcaram a história policial do país: os sequestros do empresário Abílio Diniz e do apresentador Sílvio Santos, a invasão no Carandiru, o caso Marcola

e as rebeliões do PCC, entre outros. Muito mais do que um livro de memórias, Diário de um policial é um thriller de verdade, tão recheado de adrenalina que é impossível parar no meio.

[Compre agora e leia](#)

TRÊS AMIGOS

RAINHAS GEEK

DUAS HISTÓRIAS DE AMOR

JEN WILDE

UMA CONVENÇÃO

 Planeta

minotauro

Rainhas Geek

Wilde, Jen

9788542213348

256 páginas

[Compre agora e leia](#)

Uma declaração de amor à cultura geek Charlie é youtuber, atriz, bissexual... E uma das atrações principais da SupaCon, a convenção de cultura pop mais famosa do mundo. Essa é sua chance de mostrar aos fãs que superou seu término público com o ex-namorado – e coestrela de seu último filme – Reese Ryan. O reencontro de Charlie e Reese deixa o clima pesado, mas quando a it girl Alyssa Huntington aparece como convidada surpresa no evento, o que Charlie pensava ser apenas um crush de internet se mostra muito real. Melhor amiga de

Charlie, Taylor quer ser invisível. Seu cérebro parece estar programado para funcionar de maneira diferente das outras pessoas e ela gosta de rotina e estabilidade. A única mudança que ela quer em sua vida é no status de sua amizade com Jamie, o que ela sabe que nunca acontecerá. Mas, ao ouvir sobre um concurso de cosplay de seu fandom favorito, Taylor começa a repensar até onde vai seu medo de se destacar.

[Compre agora e leia](#)

PJ PEREIRA

A MÃE,
A FILHA E
O ESPÍRITO
DA SANTA



Planeta

DO AUTOR DA
SÉRIE BEST-SELLER
DEUSES DE
DOIS MUNDOS

A Mãe, a Filha e o Espírito da Santa

Pereira, PJ

9788542210095

434 páginas

[Compre agora e leia](#)

Do mesmo autor da trilogia best-seller Deuses de dois mundos, o romance A mãe, a filha e o espírito da santa é uma fábula de fé e manipulação, e também um thriller sobre a desvairada religiosidade brasileira. O primeiro anjo deu a ela o poder da palavra. O segundo, o dom do milagre. E o terceiro, que sentiu pena da menina, ofereceu a escolha. Foi aí que danou-se tudo. Inspirado por casos reais de abuso religioso ao redor do mundo, o escritor PJ Pereira volta agora com uma história sombria, violenta e por vezes engraçada do

despertar de uma mulher que, conforme relatos, foi anunciada pelos anjos como a nova Messias. A história começa na cidade maranhense de Codó, onde nasce Pilar, filha de uma mãe de santo do terecô. De lá, segue rumo a Brasília, onde conhece o misticismo new age e as igrejas evangélicas, e chega a São Paulo para se tornar a líder espiritual mais poderosa do país.

[Compre agora e leia](#)